

TRAVESSIA

revista do migrante

Publicação do CEM - Ano XVIII, número 51, Janeiro-Abril/2005

ISSN 0103-5576

PRECONCEITOS

TRAVESSIA

Revista do Migrante

CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação dos CEMs J.B.Scalabrini)

Publicação quadrimestral, voltada ao estudo e divulgação da realidade do migrante a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, econômico, educacional, cultural, etc.

Diretor

Sidnei Marco Dornelas

Editor

Dirceu Cutti

Jornalista Responsável

Antonio Garcia Peres (MTB 3081)

Conselho Editorial

Alfredo J. Gonçalves

Carlos B. Vainer

Dulce Baptista

Francisco Nunes

Heinz Dieter Heidemann

Helion Póvoa Neto

José G. Baccarin

José Guilherme C. Magnani

José J. Gebara

Luiz Bassegio

Marilda A. Menezes

Oswaldo M.S. Truzzi

Sidney A. da Silva

Teresa Sales

Conselho Consultivo

Cláudio Ambrozio

Edgard Malagodi

Ermínia Maricato

Marília P. Sposito

Milton Schwantes

Capa

Arte: 2M Criação e Produção Gráfica Ltda

Fotos: Arquivo do CEM

Editoração Eletrônica

Dirceu Cutti

Impressão

Gráfica e Editora Peres Ltda - Fone: (0xx11)4815.4331

Endereço para Correspondência

Rua Vasco Pereira, 55 - Liberdade

01514-030 São Paulo/SP - Brasil

Fone/Fax: (0xx11)3208.6227

cemsp@uol.com.br

www.cemsp.com.br

ÍNDICE

IMIGRAÇÃO, PRECONCEITOS E OS ENUNCIADOS SUBJETIVOS DOS ETNOCENTRISMOS

Giralda Seyferth.....5

GRINGOS E PRECONCEITOS BRASILEIROS

Thaddeus Blanchette.....16

IMIGRANTE NA CIDADE

PARADOXOS E PLEONASMOS

Leonardo Cavalcanti.....21

A IMAGEM DOS REFUGIADOS KOSOVARES NA IMPRENSA ITALIANA NO PERÍODO MARÇO - JUNHO/1999

Kamila Kowalska.....27

IDENTIDADE, ESTEREÓTIPOS E POLÍTICAS

O CASO DOS ROM NA ITÁLIA

Nando Sigona.....34

"A PRAÇA É NOSSA!"

FACES DO PRECONCEITO NUM BAIRRO PAULISTANO

Sidney A. Silva.....39

ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITO NA EXPERIÊNCIA DOS IMIGRANTES BRASILEIROS NO PORTO, PORTUGAL

Igor José de Renó Machado.....45

UM ALVO PRIVILEGIADO

Ao manusear páginas, sejam as velhas conhecidas de papel que compiladas nas gráficas se nos oferecem em forma de livros, revistas, jornais, ou as que hoje, através de um simples e suave movimento de mão, velozmente deslizam ante nossos olhos na tela do computador, buscamos sempre, pacientemente ou avidamente, a novidade, um furo de reportagem, uma temática inédita ou, para o revés desta, um novo ângulo de abordagem. Ao estamparmos a chamada "Preconceitos" nos distanciamos enormemente de qualquer ineditismo, é verdade, porém nos aproximamos de uma persistente atualidade. E talvez, mais do que isso, abrimos espaço para um mergulho nas intrincadas teias do nosso tecido social.

Duas perguntas nos alçam ao topo do trampolim. Em linguagem cru e nua: Quem é o preconceituoso? Quem é a vítima do preconceito? Muito provavelmente eu e você estejamos preparados para tecer longas considerações acerca da segunda indagação, pois somos tentados a imaginar que estamos imunes à possível pecha da primeira! Para evitar discussão particularizada, alarguemos o "eu e você" para um grande "nós", e se este for sinônimo de "brasileiros", dois textos nos instigam.

E a vítima do preconceito, quem é? A resposta parece não ser difícil - o outro! Mas há outros de todos os matizes. Interessa-nos aqui, particularmente, um outro a quem nos podemos referir como duplamente outro: o migrante. Nos casos aqui enfocados, o outro-outro é constituído por brasileiros em Portugal, kosovares e *rom* na Itália, latino-americanos e gringos no Brasil.

Longe, porém, a postura de um purismo ingênuo. Em última instância, por maior que seja a fragilidade do outro, este também se transforma em um nós. Por isso, no contexto imigratório, a construção das identidades coletivas explicita a constância dos preconceitos de um grupo em relação ao outro.

Uma vez envolvidos todos, quer como vítimas, quer como agentes do preconceito, não é exagero repisar que o fato de ser migrante constitui, por si só, alvo privilegiado do preconceito. Esta constatação, porém, soa cada vez mais como uma contradição, dado que o tecido social da sociedade globalizada encontra-se mais e mais amalgamado pela diversidade, pelas diferenças. Entretanto, verifica-se que, além de vítima do preconceito, o duplamente outro pode também ser transformado em objeto de manipulação frente à opinião pública, como tem ocorrido por parte da imprensa italiana em relação aos refugiados durante o conflito no Kosovo. Os que antes eram cunhados como invasores de toda estirpe, repentinamente foram transformados em coitadinhos, clamando por compaixão para, logo em seguida, voltarem a ser perigosos, um problema.

Talvez pouca novidade, mas muita atualidade - é o que nos oferecem os textos a seguir - pois o preconceito grassou e grassa.

Dirceu Cutti

DESEJA ADQUIRIR

TRAVESSIA - Revista do Migrante?

***É fácil assinar a Revista TRAVESSIA
É possível adquirir números avulsos*
E ainda há tempo para montar a coleção***

(* Exceto os números 8, 10 e 12)

Formas de Pagamento

Escolha a opção que lhe facilita mais:

a) *Cheque nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos*

b) *Depósito bancário nominal à Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos; Banco Bradesco; Agência Tabatinguera nº 0515-0; conta corrente nº 23083-9 e envie-nos cópia do comprovante de depósito.*

Valor da Assinatura

- () Ass. válida por 1 ano..... R\$ 20,00
- () Ass. válida por 2 anos..... R\$ 30,00
- () Ass. válida por 3 anos..... R\$ 40,00
- () Exterior (1 ano)..... US\$ 20,00

Números Avulsos

- Exemplares do nº 1 ao 7..... R\$ 2,00
- Demais exemplares: Nº avulso..... R\$ 5,00
- Quantidade (mais de 5)..... R\$ 4,00
- Coleção Completa - já incluído valor postal..... R\$ 150,00

Nosso Endereço

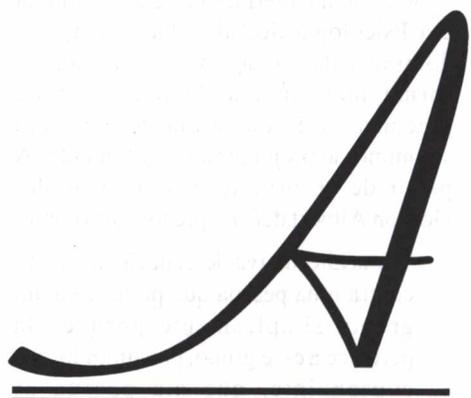
Rua Vasco Pereira, 55 Liberdade CEP: 01514-030 São Paulo/SP - Brasil
Fone/Fax: (0xx11)3208.6227
cemsp@uol.com.br
www.cemsp.com.br

NÚMEROS PUBLICADOS

- 01 - Sazonais
- 02 - Cidade
- 03 - Fronteira Agrícola
- 04 - Violência
- 05 - Voto
- 06 - Barragens
- 07 - Cultura
- 08 - Trabalho
- 09 - Família
- 10 - Religião e Religiosidades
- 11 - Estrangeiros
- 12 - Educação
- 13 - Pena de Morte
- 14 - Migrar e Morar
- 15 - Tempo e Espaço
- 16 - Desemprego e Subemprego
- 17 - Imagens
- 18 - Novas Tecnologias
- 19 - Identidades
- 20 - Saúde
- 21 - Emigração
- 22 - Retorno
- 23 - Metrôpole
- 24 - Índios e Territórios
- 25 - Deslocamentos Compulsórios & Restrições à Migração
- 26 - Mulher Migrante
- 27 - Nomadismos
- 28 - Meio Ambiente
- 29 - Albergue
- 30 - Clandestinidadade
- 31 - Festas
- 32 - Memória
- 33 - Mercosul
- 34 - Associações
- 35 - Gerações na Migração
- Nº Especial - O Retorno (Sayad)
- 36 - Um Olhar Retrospectivo
- 37 - Refugiados
- 38 - Bairros e Vizinhanças
- 39 - Assentamentos
- 40 - Redes
- 41 - Migração Laboral
- 42 - Linguagens e Símbolos
- 43 - Imprensa & Literatura
- 44 - Etnias
- 45 - Mobilidade & Flexibilidade
- 46 - Sagrado
- 47 - Cotidiano
- 48 - Fronteiras
- 49 - Narrativas
- 50 - Políticas Públicas

IMIGRAÇÃO, PRECONCEITOS E OS ENUNCIADOS SUBJETIVOS DOS ETNOCENTRISMOS

*Giralda Seyferth **



colonização de várias regiões do sul do Brasil por imigrantes europeus começou em 1824, com a fundação da colônia de São Leopoldo (RS) por alemães, numa iniciativa do governo imperial visando o povoamento de um território ainda sujeito às disputas fronteiriças, e o desenvolvimento de uma forma de exploração agrícola distinta da grande propriedade escravista. A proibição da presença de escravos no regime de colonização só ocorreu no final da década de 1840 quando, de fato, houve a retomada do fluxo imigratório (alemão), interrompido desde 1830¹. A intensificação do processo de colonização ocorreu após a promulgação da lei 601 – a Lei das Terras – em 1850, que influenciou a política imigratória associando-a ao desenvolvimento de um sistema agrícola baseado na pequena propriedade familiar. Desde então, imigrantes europeus de diversas procedências, com predominância de alemães, italianos e poloneses, na condição de colonos, receberam terras destinadas à agricultura demarcadas em “linhas coloniais”, povoando uma parte substantiva da região sul na forma que Jean Roche (1969) denominou “enxamagem” – uma evocação da multiplicação de colmeias, metáfora para assinalar a

expansão dos núcleos coloniais.

Vários fatores, contidos na legislação após 1850, contribuíram para a ampliação e desenvolvimento dessa forma de ocupação territorial: parte das terras devolutas passou para o controle dos governos provinciais encarregados de promover a imigração; o acesso à propriedade do lote colonial só podia ocorrer por compra (acabando, portanto, a gratuidade da concessão); aos poucos o governo imperial voltou a conceder subsídios (basicamente, passagens de navio e pagamento parcelado do lote); foi autorizada a formação de empresas particulares de colonização, que passaram a receber grandes concessões de terras públicas para promover o assentamento (na época denominado “localização”) de colonos – as duas mais importantes “colônias alemãs” de Santa Catarina (Blumenau e Joinville) surgiram desse tipo de iniciativa. A noção de “enxamagem” mostra a constância com que, durante mais de cem anos, imigrantes e descendentes se espalharam pelo Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná, formando um campesinato com características diversas do brasileiro.

Dois aspectos são significativos nesse processo: a ocupação ocorreu,

principalmente, em terras públicas, em grande parte cobertas por florestas, formando “zonas pioneiras”, conforme Waibel (1958); a noção de terra pública ou devoluta não levou em conta a possível presença de posseiros em algumas áreas destinadas à colonização com imigrantes, fato que aponta para a exclusão dos “nacionais” indicada, inclusive, na legislação republicana. A exclusão é reflexo seguro dos preconceitos raciais vigentes, inclusive no aparelho de Estado, desde meados do século XIX, e que recrudesceram no alvorecer da República com a tese do branqueamento vinculada à imigração europeia. No discurso das elites (inclusive da área acadêmica), quando se trata da imigração, o brasileiro comum, mestiço, índio ou negro, foi condenado à inferioridade racial, apesar da mestiçagem ter sido imaginada enquanto processo depurador da produção de um povo branco com o concurso do imigrante. Por isso houve tanto debate sobre a inconveniência das correntes migratórias oriundas da Ásia e da África². Nesse sentido, é paradoxal que a política de colonização tenha privilegiado a concentração de imigrantes em certas áreas, motivo de crítica dos ideólogos do branqueamento em busca da unidade e homogeneidade racial e cultural da nação, e que clamavam pela distribuição equitativa de estrangeiros brancos no território nacional (conforme Romero, 1902, por exemplo).

Enfim, a colonização e a imigração produziram diferenças sociais e culturais no meio propriamente rural, nas cidades emergentes de núcleos coloniais e nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande, Curitiba, etc., onde também se estabeleceram imigrantes e egressos do sistema colonial. As peculiaridades das chamadas zonas coloniais italianas, alemãs, polonesas – formando culturas híbridas, conforme expressão de Willems (1980) – serviram para marcar pertencimentos, identidades culturais próprias dos sistemas interétnicos. Em grande parte, tais pertencimentos também foram externalizados – especialmente antes de 1937 – através de publicações, monumentos, associações culturais e recreativas, ganhando maior visibilidade e motivando reações nacionalistas que

culminaram na campanha de nacionalização do Estado Novo (1937-1945). Entre os diferentes grupos de imigrantes e descendentes, e entre estes e os brasileiros, manifestaram-se as subjetividades próprias da xenofobia, do preconceito (inclusive racial) e do etnocentrismo marcador das identidades coletivas contrastando com os princípios da nacionalidade brasileira igualmente carregados de preconceito contra aqueles cidadãos considerados alienígenas. Estas manifestações são o objeto do presente trabalho, tendo em vista a noção de preconceito e seus correlatos – etnocentrismo e discriminação.

UMA SÍNTESE DOS ENUNCIADOS CONCEITUAIS

O termo preconceito, em geral, é usado no seu significado dicionarizado mais imediato: “conceito ou opinião formados antecipadamente, sem maior ponderação ou conhecimento dos fatos; idéia preconcebida” (Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*, 1975: 1127). O verbete contém outros elementos de definição, apontando aos termos relacionados – “julgamento ou opinião formada sem se levar em conta o fato que os conteste; prejuízo ... superstição, credence, ... suspeita, intolerância, ódio irracional ou aversão a outras raças, credos, religiões ...” (idem). Outros dicionários têm enunciados semelhantes, também presentes no senso comum³.

Apesar das dificuldades, desde a década de 1940 houve um esforço no campo das Ciências Sociais e, principalmente, da Psicologia, no sentido de construir um conceito viável como instrumento analítico para o estudo das relações entre grupos minoritários (ou minorias) e maioria em contextos nacionais, sobretudo nos Estados Unidos. Ao definir “minorias”, Wirth (1945) referiu-se às marcas físicas ou culturais em geral usadas para distinguir e tratar diferencialmente grupos de pessoas coletivamente discriminadas. Nesse

sentido, maioria e minoria são termos que não possuem conteúdo estatístico; são relacionais e apontam para desigualdades sociais e políticas. Ou, na acepção de Eriksen (1993: 121), minoria é uma noção aplicada a grupos étnicos que não são hegemônicos no Estado onde vivem. A noção da cidadania, muitas vezes, é imaginada incompatível com a diversidade étnica, especialmente em Estados com políticas assimilacionistas; por outro lado, a mesma idéia de incompatibilidade pode produzir práticas segregacionistas. Max Weber chamou a atenção para a dimensão política das relações raciais nos Estados Unidos, referindo-se ao desprezo ou repulsa em relação aos negros como construções sociais que desqualificam socialmente (Weber, 1991: 267) – entendimento também presente em Wirth. A variável ali destacada, mais tarde, foi chamada de preconceito/discriminação.

As definições surgidas na década de 1950 estão na interface entre a Sociologia e a Psicologia Social, relacionadas aos domínios das relações intergrupais. A forma mais direta da definição de preconceito é aquela que o considera sinônimo de prejulgamento infundado. A partir desse princípio, por exemplo, Gordon Allport definiu preconceito como:

“Uma alternativa de evitação ou hostil contra uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente porque ela pertence a esse grupo, presumindo, por conseguinte, que ela possua as qualidades censuráveis atribuídas ao grupo” (Allport, 1958: 8).

Destaca-se, aí, o fato de que o preconceito, no cotidiano, é quase sempre um assunto da conduta individual, mas também concerne a um grupo como um todo. Allport está falando de preconceito étnico (incluindo a variável raça), “antipatia baseada numa generalização falha e inflexível”. A proposição conceitual do autor (que, afinal, realiza uma alentada análise da “síndrome do preconceito” na sua dimensão étnica e enquanto “problema psicológico”) inclui, além das atitudes e crenças generalizadas e errôneas, os “graus” da ação que vão desde a expressão verbal (locação) dos antagonismos, até o extermínio (linchamento, massacre,

genocídio, passando pela evitação, discriminação/segregação e ataque físico (Allport, 1958: 14-15).

Allport considerou o preconceito um "tipo de categorização" que predispõe os indivíduos a construir julgamentos injustificados — parte dos valores pessoais, concepção que direcionou a maior parte dos estudos para os temas da personalidade preconceituosa e dos conflitos intergrupais. O trabalho de Simpson e Yinger (1965), apesar da abordagem sociológica das "situações maioria-minoria", por exemplo, tem orientação semelhante, ao definir preconceito como "atitude emocional e rígida", "predisposição para responder a um certo estímulo" em relação a um grupo de pessoas. Nesta definição preconceitos são considerados atitudes com uma qualidade emocional, que supõem a seleção e ênfase de alguns fatos e a supressão de outros. E mesmo as novas experiências são direcionadas para velhas categorias, portanto, preconceito envolve não apenas julgamento mas, igualmente, um julgamento incorreto ou injusto dos membros de um dado grupo humano, uma ação orientada socialmente (Simpson e Yinger, 1965: 9-13). Outros dois pontos são assinalados por estes autores: a relação entre preconceito e discriminação e a importância do pensamento estereotipado na formação do preconceito. Preconceito é uma atitude, uma resposta simbólica e não envolve, necessariamente, uma ação aberta; um indivíduo pode ter preconceito contra um grupo minoritário que sequer conhece; por isso, não deve ser equacionado com discriminação (ou o tratamento categórico e diferencial de indivíduos e grupos que não são considerados em conformidade com os códigos institucionalizados). Enfim, discriminação é a "expressão aberta do preconceito". E a estereotipia, por seu alto grau de rigidez e sua pouca ou nenhuma relação com os fatos, ajuda a conformar os preconceitos.

Estes enunciados conceituais estão referidos, principalmente, à dimensão interétnica e não envolvem uma concepção geral de minoria ou grupo minoritário. Conforme observação de Klineberg (1972), trata-se de julgamento injustificado e discriminação de grupos que

se distinguem por características físicas e/ou diferenças culturais. Daí a importância atribuída aos conceitos de estereótipo e etnocentrismo.

O termo estereótipo é bastante usado, mas raramente tem sido objeto de uma discussão conceitual. Os dicionários, em geral, dão ênfase ao seu conteúdo tecnológico — a duplicata de uma superfície de impressão. Ou, mais precisamente, o processo pelo qual um tipo é fundido num molde ou placa de metal chamada estereótipo. A analogia sociológica é perfeita pois, como observou Harding (1972) estereotipar (em tipografia) é produzir uma superfície de impressão que pode ser usada em milhares de outras; e o adjetivo estereotipo exprime algo "mecanicamente repetido". Este é, precisamente o significado do termo: imagem padronizada, banalizada, resistente a modificações. O estereótipo compõe-se de um conjunto de características usadas para tornar típico um grupo, fazendo generalizações representadas de forma caricaturesca e inflexível. Tem a peculiaridade da simplificação e, segundo Preiswerk e Perrot (1975: 237), ela procede "de uma escolha limitada de elementos específicos, de omissões conscientes e de simples esquecimentos"; engloba as unidades da categoria que pretende cercar em uns poucos traços⁴.

As ponderações sobre os termos preconceito e estereótipo apontam à complementariedade dos seus enunciados e, principalmente, a grande abrangência que não se restringe às relações entre grupos etnicamente diferenciados. Assim, no importante trabalho sobre facismo e antisemitismo de Adorno e colaboradores (*The authoritarian personality*, 1ª edição 1950), apesar da sua definição como um estudo sobre preconceito, este termo foi considerado pouco adequado por causa dos seus numerosos significados e conotações. Nesse caso, preconceito (étnico) ficou englobado no conceito de etnocentrismo:

"Preconceito é comumente considerado um sentimento de aversão contra um grupo específico; etnocentrismo, por outro lado, refere-se a um arcabouço mental relativamente consistente e

concernente aos alienígenas em geral" (Levinson, 1969: 102).

Embora o entendimento do etnocentrismo seja ancorado à definição sociológica original de W. G. Sumner — Levinson, autor do capítulo sobre a ideologia etnocêntrica na obra coletiva encabeçada por Adorno, o enuncia como a tendência ao centralismo étnico, a rigidez na aceitação daqueles que são culturalmente iguais e a rejeição dos diferentes — o uso do conceito, no caso em questão, está restrito aos aspectos psicológicos das relações entre grupos distintos, às atitudes que os indivíduos têm em relação ao seu grupo e aos outros, como tais idéias se desenvolvem, e de que forma interferem na personalidade.

Interessa, aqui, reter o significado deste termo na Antropologia, tendo em vista a questão das diferenças culturais articuladas à construção simbólica das identidades étnicas, e o postulado da sua universalidade. A maioria dos autores que trataram do tema se reportam a uma obra de Sumner (intitulada *Folkways*, publicada em 1907), onde etnocentrismo é considerado aquele ponto de vista segundo o qual nosso próprio grupo é o centro de tudo, e todos os outros são avaliados por referência a ele⁵. Nesse caso, o etnocentrismo supõe um princípio de pertencimento positivo culturalmente configurado em contraposição a outros grupos, com culturas diversas, muitas vezes socialmente desqualificados.

Wagley e Harris (1958), por exemplo, observaram que o etnocentrismo é uma característica estrutural das relações (conflituosas) maioria — minoria, exatamente porque indica a crença de que os próprios costumes, linguagem, características físicas, etc., são melhores ou mais "naturais" do que as dos outros. Para o indivíduo ou grupo etnocêntrico os *outsiders* (os que estão fora) são apenas quase humanos. E, acrescentam:

"... a tendência universal de considerar nossa própria cultura e tipo racial superior leva ao aparecimento de difernetes formas de etnocentrismo ..." (Wagley e Harris, 1958: 259).

Essa "tendência universal" faz parte do conceito desde o primeiro enunciado

de Sumner. Mas, de acordo com Preiswerk e Perrot (1975: 58), é fenômeno universal apenas em nível coletivo pois nem todos os indivíduos aceitam, integralmente, os valores do seu grupo. Valores etnocêntricos, portanto, conformam pertencimentos grupais em diferentes níveis – grupos étnicos, minorias, nacionalidades, ou mesmo nos movimentos de unificação preconizados por frações das elites (caso, por exemplo, do pangermanismo), ou nos regionalismos (Preiswerk e Perrot, 1975).

A diversidade das culturas, nos diz Levi-Strauss:

“Raramente se apresentou aos homens tal como ela é: um fenômeno natural, resultante das relações diretas ou indiretas entre as sociedades; eles viram nela antes uma espécie de monstruosidade ou de escândalo...” (Levi-Strauss, 1970: 236).

Aí, etnocentrismo é o repúdio puro e simples das formas culturais distintas das nossas, a recusa do próprio fato da diversidade cultural. Levi-Strauss estava se referindo à desqualificação daqueles que o ocidente chamou de bárbaros e selvagens, mas também mostra um paradoxo pois a “atitude de pensamento” que rejeita a humanidade dos chamados “selvagens” é também a atitude marcante e distinta desses mesmos selvagens. Ruth Benedict fez observação semelhante, reafirmada por Wagley e Harris (1958: 258).

A breve menção a esses conceitos, de certa forma, aponta para as dificuldades da aceitação igualitária da diversidade cultural e das distinções de natureza biológica subsumidas na idéia de raça, implícitas nas noções de minoria e grupo étnico. Preconceitos e etnocentrismo marcam tanto os princípios da nacionalidade quanto as etnicidades – um fato que não deve obscurecer a subordinação social e/ou política dos chamados grupos minoritários (nacionais ou étnicos).

A imigração costuma produzir uma pluralidade cultural conflitante com o nacionalismo dominante – identidades culturais cuja forma discursiva remete às fronteiras (sociais) intergrupais. Nos

domínios das etnicidades e do nacionalismo, e tendo em vista o processo de colonização estrangeira no sul do Brasil, configuram-se retóricas etnocêntricas que procuram distinguir, subjetivamente, grupos de imigrantes e nacionais.

A IDENTIDADE NACIONAL E OS ALIENÍGENAS

As primeiras imagens estereotipadas sobre imigrantes aparecem em meados do século XIX, quando o governo imperial brasileiro voltou a incentivar o agenciamento de colonos europeus. Vários escritos da elite imigrantista – isto é, aquele segmento da classe dominante interessado num modelo de agricultura baseada no trabalho livre – mostram as preferências nessa ou naquela nacionalidade, com enumeração dos desejáveis e dos indesejáveis. Por outro lado, a categorização de imigrantes contida na legislação também não escapou dessa forma de contingenciamento (Seyferth, 2002a). Assim, a “moralidade” e a suposta propensão ao trabalho agrícola independente são “qualidades” atribuídas aos alemães e negadas, por exemplo, aos irlandeses chamados de escória, vagabundos, aventureiros, desordeiros e outras adjetivações desabonadoras que constam da documentação oficial de administradores de colônias da província de Santa Catarina (Seyferth, 1999). Esse modo de categorização tem relação direta com o fracasso da “colônia irlandesa” localizada no Vale do Itajaí e, igualmente, reflete o preconceito de europeus e norte-americanos em relação a um povo “periférico” considerado rústico e pouco civilizado – bárbaros na Europa moderna.

Nas hierarquias, os imigrantes ideais precisavam ser colonos ideais, supondo o amor pelo trabalho agrícola e todo um conjunto de qualidades vinculada à condição camponesa. São arrolados estereótipos positivos, conforme o relatório do Conselheiro Menezes e Souza apresentado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e publicado em 1875. Alemães, belgas, suíços, espanhóis

e portugueses são considerados bons para colonizar; os italianos não teriam essa propensão. O autor recorre a outras opiniões para afirmar que os alemães amam o trabalho, são pacientes, corajosos, perseverantes; os belgas aparecem como “trabalhadores agrícolas moralizados e inteligentes”; os suíços, apesar de dedicados à relojoaria, pastoreio e confeitaria, pela “ductilidade” facilmente tornam-se excelentes lavradores; os espanhóis são sóbrios, laboriosos, humildes e os portugueses são infatigáveis, resistentes ao sol como o mestiço e o nacional (Menezes e Souza, 1875: 403-411). Estão aí valorizadas certas qualidades morais que, aparentemente, deviam garantir a boa colonização e, sobretudo, o bom comportamento dos imigrantes. Mas é bom lembrar que o referido autor (como outros dos seus contemporâneos) está falando de europeus – isto é, da imigração **branca**. O discurso muda para a questão racial quando o assunto é a imigração asiática. Entram em cena os estereótipos negativos – a desqualificação social e os estigmas da raça: “indianos” e “chins” (ou **coolis**) recebem a classificação de membros de sociedades envelhecidas e decréptas, destituídas do espírito de progresso, raças abastardadas, feias, pouco industriais. A aversão aos chineses reflete o símbolo da decadência civilizatória representada pelo ópio; nos termos de Menezes e Souza essa imigração traz consigo torpeza, devassidão, imoralidade, corrupção, degeneração moral e física. E, mencionando as “memórias do Dr. Nicolau Joaquim Moreira”, afirma:

“... a colonização chinesa será para nós um transbordamento de flagelos, porque nos virá abastardar a raça, inocular-nos o vírus da imoralidade, por um cravo na roda do progresso agrícola...” (Menezes e Souza, 1875: 418).

Raça não é um problema quando se trata de europeus; é bem diferente no caso dos orientais pois aí emerge o problema da miscigenação. Nesse período – década de 1870 – em plena vigência do regime escravista, nada é dito sobre uma possível imigração africana. Ou melhor, ela é descartada porque significaria “o indireto

restabelecimento do tráfico” (Menezes e Souza 1875: 423).

Essa categorização estereotipada e, no caso dos orientais e africanos refletindo preconceitos raciais, aparece sob outras formas em autores de retórica mais cuidadosa – caso de Tavares Bastos, por exemplo, que (em 1867) preferia a imigração de **farmers** – fazendeiros brancos do sul dos Estados Unidos descontentes com os rumos da guerra civil, denominados “lavradores inteligentes e ousados” (Tavares Bastos, 1976: 62). Não se posicionou contra a “importação” de chineses e indianos, numa pequena discordância com alguns dos seus contemporâneos paulistas. No entanto, tal recrutamento de trabalhadores asiáticos devia ficar para a iniciativa privada pois, era gente “de vícios e defeitos geralmente conhecidos” e ao governo competia apoiar (com subsídios) a formação de correntes migratórias dos povos civilizados (Tavares Bastos, 1976: 90). O significado disso é simples: os asiáticos não eram pensados como imigrantes; sua condição só podia ser a de trabalhadores temporários para solucionar a demanda de mão-de-obra.

Classificações semelhantes estão presente na legislação e não desaparecem depois de 1889. Na República, o problema da miscigenação vinculado à assimilação dos alienígenas suscitou numerosas discussões no âmbito da política imigratória, refletindo maior influência das teorias raciais, particularmente aquelas surgidas com a rubrica da eugenia. Raça, imigração e progresso eram termos associados; a crença na superioridade racial dos brancos continuou produzindo a desqualificação biológica e cultural de asiáticos e negros e, às vezes, dos chamados “povos semíticos” (incluindo árabes e judeus). Comparando o citado trabalho de Menezes e Souza com o de Joaquim da Silva Rocha (1918) – outro relatório produzido por alto funcionário do Ministério da Agricultura⁶ – observamos os mesmos critérios estereotipados, ditos da mesma maneira e com o intuito de qualificar o imigrante europeu idealizado, apesar de passados mais de quarenta anos e da crítica republicana ao modelo de colonização estrangeira do Império, afinal mantido sem grandes alterações. Por outro

lado, aparecem os mesmos preconceitos contra os asiáticos, agora abrangendo também os japoneses que, desde 1908 estavam chegando ao Brasil debaixo de protestos de boa parte dos pensadores nacionalistas afinados com a tese do branqueamento dos brasileiros. O preconceito é, mais uma vez, manifestado na forma de estigma da decadência/decrepitude/bastardia/física e cultural, particularmente em relação aos chineses; já os japoneses entraram na categoria de suspeitos de intenções expansionistas.

Na hierarquia de J. da Silva Rocha (1918: 70-76) o elemento discordante é a desqualificação dos alemães, cujo “valor produtivo” sucumbe à “dificuldade de assimilação às raças latinas”, passando assim de colono ideal privilegiado pela política de colonização do Império a alienígena irredutível. O ideal de assimilação estava presente no discurso sobre a imigração no Império e produziu conflitos especialmente com os alemães. Afinal, a religião evangélica luterana professada por parcela significativa desses imigrantes era motivo de discórdia com a igreja católica, na época com poderes temporais associados ao Estado. A condição de “protestante” podia ser convertida em estigma. Até 1889 era preciso autorização legal para a prática religiosa, realizada em casas comuns, sem aparência de templo. A suposta resistência alemã à assimilação não era vista como problema pelo setor imigrantista interessado na colonização que, desde a década de 1840 exigia a liberdade religiosa, o casamento civil e outras providências que pudessem facilitar um fluxo norte-europeu de imigração – reivindicações mais tarde repetidas nos textos de Tavares Bastos, Menezes de Souza, Augusto de Carvalho, entre outros. Augusto de Carvalho (1874), um político da província do Rio de Janeiro, menciona os preconceitos contra os estrangeiros – particularmente os portugueses e os alemães, coincidentemente os dois fluxos mais significativos de imigrantes na época – usados pela imprensa anti-imigrantista. Nela os alemães são chamados de “raça hostil”, protestante em hábitos e índole, antagonista ao Brasil católico e latino. A imigração, nesse caso, aparece antes como

processo de invasão de estrangeiros, repulsiva e ameaçadora da singularidade nacional.

O mesmo discurso, centrado na questão assimilacionista, está presente na virada para o século XX, numa forma ainda mais radical, como se observa, por exemplo, em escritos de Silvio Romero, que propõe “conjurar” o germanismo apagando as diferenças culturais que distinguem, no território nacional, as “colônias alemãs”. Romero queria a “fusão racial” (miscigenação) e a assimilação cultural – processos que considerava imprescindíveis para a formação da nação.

Por outro lado, os imigrantes portugueses, não obstante a herança colonial, base da nacionalidade, também foram alvo de preconceito e xenofobia. A lista de estereótipos varia, mas é a mais óbvia possível na desqualificação, sobretudo quando são mencionados os supostos “defeitos da raça” – indolência, falta de inventividade, grosseria, ineficiência, aversão ao trabalho e assim por diante. Além disso, não representam mais uma das raízes da formação nacional, tornando-se, nessas representações estereotipadas, apenas um grupo de imigrantes inassimiláveis, endogâmicos, ansiosos para enriquecer e retornar a Portugal⁷.

Apesar da sua qualificação latina e católica – características que, supostamente, garantiam a rápida assimilação – os italianos (e, da mesma forma, os poloneses) não escaparam desse tipo de adjetivação negativa. Pode-se dizer que a estereotipia tem relação com as características sociais mais marcantes da maioria dos imigrantes: a condição de colonos (portanto, trabalhador braçal, cultivador do solo) e a pobreza e seus apensos (o analfabetismo e a incultura). A própria legislação, ao definir imigrante como passageiro da 3ª classe dos navios estava associando a categoria com a condição social de pobre. Há uma dupla estigmatização na configuração do colono estrangeiro, ao mesmo tempo imprescindível no processo de ocupação territorial e na produção agrícola, portanto, valorizado inclusive por ser “branco europeu”, igualmente desprezado pelas elites por seu distanciamento em relação à

cultura nacional, mas também através da associação com o trabalho na colônia. Eram, sobretudo, os substitutos dos escravos. Além disso, certas formas de categorização do conteúdo preconceituoso, embora situadas na jocosidade, impõem limites sociais: a expressão “linguagem macarrônica” (ou “português macarrônico”), a generalização de categorias como **carcamano** (que remete à desonestidade) e **alemão batata**, por exemplo, traduzem com precisão os significados dos estereótipos – tipificam, caricaturalmente, os membros de um grupo.

Roche (1969: 708-709) observou o desprezo e hostilidade dos brasileiros em relação aos colonos alemães, sobretudo com o recrudescimento do nativismo concomitante ao crescimento numérico, à consciência coletiva dos teuto-brasileiros e reivindicações de natureza política das lideranças étnicas. De fato, podem ser identificados vários motivos para a exacerbação dos preconceitos em relação aos imigrantes e descendentes estabelecidos no país, particularmente aqueles que participaram do processo de colonização na região sul. As diferenças culturais e sua expressão simbólica na conformação das identidades étnicas carregada de etnocentrismo eram percebidas como ameaça à formação nacional claramente assimilacionista. Esse confronto entre o princípio da nacionalidade (que exigia o “abrasileiramento”) e as etnicidades agravou-se após a Primeira Guerra Mundial, quando houve um endurecimento das leis imigratórias na maioria dos países diante do grande número de refugiados e apátridas deslocados pelo conflito.

As restrições à imigração no Brasil foram ampliadas, até chegar à política de cotas em 1934, por causa dos postulados eugenistas que excluía doentes, deficientes e, de modo mais subjetivo, os indesejáveis por critérios étnicos ou raciais, e pelo temor de uma abertura a grupos de refugiados e aos indesejáveis por razões ideológicas e políticas. Mas havia o problema interno da assimilação, também levado em conta na discussão das políticas imigratórias. Na prática, a intolerância nacionalista com as diferenças culturais e

a incompatibilidade discursiva entre xenofobia e etnocentrismo identitário dos chamados “alienígenas”, ocasionou a implementação da campanha de nacionalização a partir de 1937. O discurso da nacionalização foi particularmente intenso na produção de preconceitos e na criação de categorias acusatórias. No caso dos alemães, devido à presença pangermanista e nazista, e os dois conflitos mundiais, havia o pressuposto do separatismo e da traição no uso de categorias como **boche**, **quinta-coluna**, **alemão-de-merda** – bastante usadas e de conteúdo generalizador principalmente durante o Estado Novo. Não são categorias presentes apenas nos escritos militares e outros que justificaram a campanha de nacionalização como “imperativo da unidade nacional” (Seyferth, 1982: 175-199); eram de uso comum, cotidiano, numa situação em que os brasileiros deviam impor sentimentos patrióticos e a cultura nacional aos **alienígenas** – um termo que anulava o **jus soli** em nome da brasilidade para incluir todos os imigrantes e descendentes não assimilados. Excetuando **alienígena**, as demais categorias ainda são empregadas hoje, com um sentido de distintividade, para destacar comportamentos atribuídos a uma suposta índole coletiva na construção da imagem do alemão “arrogante”, “prepotente” e, eventualmente, “inimigo traiçoeiro”.

Desde o período mais intensivo da imigração – cujo auge ocorreu na virada para o século XX – os “latinos” (italianos, espanhóis e portugueses) receberam a classificação de “assimiláveis”, considerando a suposta “proximidade cultural” com a formação brasileira, mantida na argumentação sobre cotas e política imigratória em geral durante o Estado Novo. Esse qualificador, porém, não foi capaz de atenuar a condenação das diferenças: na visão nacionalista e da própria sociedade continuaram estrangeiros ou filhos de estrangeiros. No cotidiano atual das relações interétnicas no sul, por exemplo, os atributos estereotipados conferidos aos italianos contêm julgamentos da ordem moral – briguentos, trapaceiros, carcamanos, bêbados, grosseiros, etc. – supondo sua natureza biológica ou inata⁸. São **gringos**,

um termo qualificador do estrangeiro usado quando alguém quer se distinguir dos descendentes de colonos. Nesse sentido, o Vale do Itajaí – que no Estado Novo foi considerado um território desprovido do “espírito nacional” – ainda é um lugar de gringos para aqueles que as lideranças étnicas da década de 1930 identificavam como “lusobrasileiros”.

Certos fatos acirraram os ânimos nacionalistas acerca da questão imigratória no Estado Novo. Em primeiro lugar, havia consenso quanto à necessidade da vinda de imigrantes para o Brasil; em segundo lugar, as medidas nacionalizadoras que vinham sendo preconizadas desde o início da República (Romero, 1902, por exemplo) – entre outras coisas, a imposição da língua portuguesa, a intervenção no ensino particular e nas publicações, e o fechamento das instituições comunitárias – foram levadas à prática, inclusive por tropas do exército e pela polícia política; em terceiro lugar, apesar do descrédito das teses raciais deterministas, ainda vicejavam entre os membros do Conselho de Imigração e Colonização certos pressupostos relativos à mestiçagem ligados ao velho mito do branqueamento. Perdurava a crença de que era possível formar no Brasil um povo fenotipicamente “branco” com o concurso da imigração. Atenuava-se o discurso por eufemismos (como a substituição do termo raça por etnia ou nacionalidade, mantendo o conteúdo biológico) para condenar a imigração japonesa ou judaica (a africana sequer era cogitada) em nome dos caminhos da formação nacional. Assim, os imigrantes necessários deviam ser “rigorosamente selecionados”, levando em conta um critério de eugenia racial (entre outros), o que levou a malabarismos retóricos bastante preconceituosos, para excluir fluxos que não fossem oriundos do ocidente europeu. A questão mais evidente nesse momento era a miscigenação em sinonímia com assimilação. O elemento definidor do imigrante ideal é o que Oliveira Vianna denominou “fusibilidade” – isto é, a raça ou nacionalidade mais propensa a integrar o “**melting pot**” nacional. Dessa forma, os japoneses, por exemplo, eram duplamente e contraditoriamente estigmatizados: para

Oliveira Vianna (e muitos outros) eram como enxofre, insolúveis – portanto, não se deixariam assimilar; mas aventada a hipótese da mistura (ou assimilação), não serviam aos princípios desejados da formação nacional por causa das diferenças raciais e da distância cultural⁹. Ao instituir esse formato de categorização do imigrante, o “abrasileiramento” articulado à “mistura racial” e assimilação tornou-se o qualificador essencial da cidadania e nacionalidade. O conjunto das diferenças culturais trazidas pela imigração estava sendo objeto de xenofobia e suspeição; quando muito, alguns traços culturais eram aceitáveis, sobretudo aqueles que podiam ser acomodados no rótulo do folclore ou dos hábitos alimentares. Mas a pluralidade cultural no seu significado étnico e, especialmente, o uso cotidiano de outra língua feria o princípio da nacionalidade e a unidade da nação. Os princípios de identificação coletiva do nacionalismo e das etnicidades, instruídos por critérios de tipo etnocêntrico, são incompatíveis, principalmente no contexto do Estado-nação assimilacionista avesso à pluralidade cultural. No tempo presente os radicalismos nacionalistas que levaram à intervenção, muitas vezes violenta, junto às comunidades imigrantes, particularmente naquelas áreas de maior concentração de gente de uma mesma etnia, estão atenuados. Mas aqueles que vivenciaram a ocupação militar dos espaços comunitários étnicos, como ocorreu no Vale do Itajaí e outras áreas de colonização, mesmo passado meio século, ainda condenam os excessos xenofóbicos da campanha de nacionalização; e os relatos mnemônicos da época ajudam a construir as representações identitárias em contraste com os outros brasileiros.

PREMISSAS ETNOCÊNTRICAS DE IDENTIDADES COLETIVAS

O principal objetivo da ação nacionalizadora iniciada na década de 1930 era acabar com os “quistos étnicos” formados pela imigração no sul do Brasil:

as populações “enquistadas” precisavam ser diluídas, caldeadas, misturadas, digeridas – para citar algumas metáforas usadas para falar dos problemas de assimilação. O emprego sistemático da palavra “quisto” (oriunda do jargão médico, para designar um “mal” cuja cura é cirúrgica) é denotativo do sentimento de aversão e estranhamento diante da diversidade “alienígena”, em atitudes condenatórias das políticas da colonização anteriores a 1930 por propiciarem a concentração de um grande número de estrangeiros numa só região do país. Decerto a concentração não podia ser atribuída aos imigrantes pois o processo colonizador, mesmo no caso das empresas particulares, foi inteiramente controlado pelo Estado. Mas o isolamento inicial dos colonos e a presença quase insignificante de brasileiros na maioria dos assentamentos certamente contribuiu para consolidar particularidades culturais e ideologias étnicas. Na década de 1930 a assimilação ainda não estava completa, conforme assinalou Willems (1980) – daí a referência nacionalista aos “quistos”, antigos núcleos coloniais, alguns em pleno desenvolvimento econômico, demasiadamente diferentes dos padrões luso-brasileiros de cultura e sociedade. Blumenau, a principal “colônia alemã” de Santa Catarina, tornou-se exemplo paradigmático desse “enquistamento”. Ali o português era um idioma quase desconhecido, falava-se a língua alemã, a arquitetura, a vida associativa (bastante intensa), os comportamentos eram outros ou, como disse o tenente Rui Alencar Nogueira (1947: 40). “Blumenau apresenta sistemas de vida inteiramente diferentes das outras cidades brasileiras, pelos costumes e usos”.

A referência a tais estranhamentos, a crítica muitas vezes preconceituosa dos nacionalizadores às lideranças comunitárias¹⁰, tem o propósito de assinalar a diversidade cultural produzida pela colonização e fundamento da construção e reconstrução simbólica de identidades étnicas. A idéia de “quisto” é um indicador da dificuldade de harmonizar nacionalismo e identidades cujos enunciados simbólicos apelam ao *jus sanguinis* e às singularidades das culturas nacionais. O

imigrante, de fato, é um intruso, alguém não reconhecido como integrante do Estado-nação, ou apenas parcialmente reconhecido quando se naturaliza; a atribuição categórica de alienígena se estende aos descendentes no discurso assimilacionista que exige a conformidade com os costumes e a cultura nacional. Por outro lado, o itinerário da imigração serve à construção da identidade de imigrante e, por extensão, da etnicidade. E esse itinerário inclui o processo de ocupação do espaço, a fronteira agrícola colonizada, convertida em símbolo da civilização e do progresso. De fato, os diferentes grupos de imigrantes criaram princípios de pertencimento coletivo evocativos da origem comum nacional e da experiência da colonização. A definição das identidades, portanto, apela às peculiaridades de cada grupo, mas todos compartilharam do mesmo itinerário de transformação do imigrante em colono. Considerando o caráter relacional dessas noções de pertencimento, inclusive na sua dimensão territorial, no mundo da colônia os brasileiros são estranhos, os que estão fora, não pertencem à comunidade, embora sejam o referencial necessário da distintividade.

Conforme foi observado, o modelo de colonização facilitou o estabelecimento de imigrantes de mesma procedência nacional em colônias singulares e, depois, mistas; mas pelo menos na fase de localização em lotes coloniais, não houve participação significativa de brasileiros. Os alemães foram os primeiros protagonistas dessa ocupação e, com a intensificação do fluxo imigratório a partir de 1850, surgiram as primeiras manifestações de pertencimento étnico e a formalização da identidade teuto-brasileira.

O editorial do número piloto do *Kolonie Zeitung*, um dos mais duradouros jornais em língua alemã do sul, publicado em Joinville (SC) entre 1862 e 1939 (portanto, extinto pela campanha de nacionalização), é um bom exemplo de formalização de uma identidade incompatível com o ideal assimilacionista do nacionalismo brasileiro. Evocando a pátria deixada para trás pelo imigrante, diz o editorialista:

“A fundação deste jornal se deve,

primordialmente, ao desejo de contribuirmos para que todos os imigrantes alemães que escolheram o Brasil meridional, e principalmente, a Província de Santa Catarina para se estabelecerem, aqui encontrem, realmente, uma nova Pátria, sem que isso implique na perda da sua antiga pátria” (*Kolonie Zeitung*, 20/12/1862, p. 1).

Aí está implícita a identidade hifenizada, conformada, igualmente, pelo que o editorialista chamou de índole e espírito germânico. Mas o que interessa reter, à parte as outras subjetividades da noção de **Deutschtum** (germanidade) é o significado de pátria nessa ideologia étnica. O primeiro fundamento do discurso sobre **Heimat** (pátria) está na situação de frente de expansão vivida pela primeira geração de imigrantes, por causa da localização das colônias em regiões de acesso precário.

Os problemas enfrentados pelos colonos são bastante conhecidos e descritos na historiografia da colonização; em parte foram causados pelo isolamento e pela falta de recursos para implementação da infra-estrutura necessária aos assentamentos. Na maior parte das colônias fundadas no século XIX os imigrantes enfrentaram epidemias, tiveram que suprir com seu próprio esforço as demandas de serviços públicos (construção de escolas, alojamentos, abertura de caminhos, demarcação das terras, etc), realizaram o trabalho penoso da derrubada e plantio – imagem mais freqüentemente acionada nas representações da identidade do colono pioneiro. Esses fatos marcantes dos primórdios da vida colonial deram respaldo ao discurso civilizatório e à elaboração das características determinantes da idéia de **Heimat**. A longa continuidade do processo colonizador na região sul, e a “enxamegem” evocada por Roche (1969) envolvendo os descendentes de imigrantes face à demanda por novas terras, mantiveram em evidência o “ciclo pioneiro” – isto é, as histórias das conquistas de florestas por pioneiros abnegados e trabalhadores (portanto, a figura do “colono na selva”) foram realimentados pela fundação de novas colônias. A colonização deu lugar ao

aparecimento de uma classe camponesa de pequenos proprietários, em sua maioria de origem européia, formando, conforme denominação de Waibel (1958: 206) “comunidades próprias”. Assim, imigrantes de diversas nacionalidades compartilharam o mesmo processo de povoamento, o mesmo “ciclo pioneiro” em diferentes períodos, mas produziram configurações culturais diversas. A denominação “colônia alemã”, por exemplo, dimensiona uma organização comunitária diferenciada, o uso da língua alemã, um *ethos* de trabalho e um modo de vida vinculados aos ideais de germanidade. Tem em comum com outras colônias adjetivadas – a “italiana” e a “polonesa” – o compartilhamento da colonização, o que as aproxima em muitas características da vida social e econômica, e também na apropriação do pioneirismo, não obstante a reivindicação de precedência dos “alemães”.

Colonização, pioneirismo e germanidade são as marcas da identidade teuto-brasileira, e seu símbolo mais recorrente entre os descendentes dos imigrantes, inclusive hoje, é o da conquista da floresta pelo trabalho árduo e eficiente: a colônia emerge como um espaço construído onde a floresta dá lugar à civilização e ao progresso. A figura de retórica predominante é o “trabalho alemão”, definido como qualidade herdada, decorrente da origem racial. A partir dela, o progresso das áreas coloniais, desde a derrubada da floresta até o crescimento urbano e industrial dos antigos núcleos coloniais, aparece no discurso étnico como exemplo das virtudes do imigrante alemão. A imagem ideal do pioneiro é a de um sujeito capaz de criar civilização e progresso em condições adversas porque traz a eficácia no sangue. Essa é uma expressão aberta de etnocentrismo, visível na década de 1930, por exemplo, no contexto dos debates sobre a instituição do “dia do colono”, e presente até hoje na exteriorização da identidade teuto-brasileira (ou alemã, como preferem os colonos). Na discussão sobre o “dia do colono” as lideranças teuto-brasileiras envolvidas claramente transformaram os alemães nos “pioneiros” de direito; e o “dia”, afinal instituído mais

tarde, foi, de fato, o da fundação de São Leopoldo, a primeira das colônias – 25 de julho, data até hoje festejada, mas sem os referenciais especificamente germânicos, pois engloba todos os “colonos de origem” (uma expressão vinculada à imigração), excluindo os (luso) brasileiros.

Retomando a questão da **Heimat**, ou pátria, a colônia aparece nas representações da identidade como um território étnico, construído pelo “trabalho alemão”, portanto, mantidas as características própria da tradição, cultura e índole germânicas, torna-se a nova pátria do colono. Essa forma de representação evoca o primordialismo do **jus sanguinis** e, principalmente, o espaço ou território onde se situa o lar (**Heim**) – pois **Heimat**, por seu prefixo, é termo evocativo do lugar onde se vive na forma mais restrita – o lar, a comunidade. A noção de pátria é fundamental na concepção do Estado-nação. Assim, o uso da palavra **Heimat** nessa forma restritiva de territorialização do pertencimento étnico no Brasil afrontou o princípio da nacionalidade, ajudando a criar a imagem contrastante de “quisto” alienígena condenado pelas idealizadores da campanha de nacionalização. Contudo, é preciso assinalar que a idéia de **Heimat** tem outras ambigüidades pois, embora primeiramente referida à comunidade colonial (em geral), é extensiva ao Brasil enquanto Estado. Não postula a vinculação ao Estado alemão; a Alemanha é a **Urheimat** (pátria original) e o Brasil a **nova pátria**, enunciando sentimentos de lealdade e pertencimento político ao país de acolhida. A definição da identidade teuto-brasileira, porém, sugere não só uma reivindicação ao pluralismo cultural mas, igualmente, a pertença a outro povo ou raça, com cultura e costumes próprios.

A última observação aponta para um problema crucial no conflito com o nacionalismo brasileiro da primeira metade do século XX, pois remete a concepções mais radicalizadas da germanidade (**Deutschtum**). Houve uma longa história de conflitos, incluindo duas guerras mundiais que deixaram a população teuto-brasileira na incômoda situação de potencial inimiga, dada a posição do Brasil nos dois conflitos, e a interminável discussão sobre o “perigo alemão”¹¹ – a

suposta intenção separativa dos “colonos”, com patrocínio da Alemanha, aventada desde a década de 1890. Mas interessa reter aqui a contraposição teuto-brasileira aos pressupostos da assimilação enquanto *melting-pot*.

Em primeiro lugar, há o critério de superioridade racial às vezes usado para defender a endogamia, particularmente visível em matérias da imprensa teuto-brasileira, por exemplo, nos dois períodos de influência de doutrinas racistas, mais precisamente do pangermanismo na virada para o século XX, do nazismo na década de 1930. O discurso racializado é condenatório da mestiçagem, defendendo a pureza racial germânica a partir do pressuposto preconceituoso da inferioridade dos mestiços e negros que compõem a população brasileira. Até aí, nada muito diferente do racismo encontrado entre notáveis representantes da elite brasileira que pretendiam o branqueamento do país através do “caldeamento” com imigrantes europeus, exatamente porque acreditavam na desigualdade racial. Mas junto com a condenação da mestiçagem, alguns escritos teuto-brasileiros ridicularizaram o ideal de branqueamento. Resumindo, no embate entre dois racismos conflitantes, defende-se a especificidade étnica das “colônias alemãs” como um “direito”, já que o Brasil é um Estado racial e culturalmente plural¹².

Em segundo lugar, deve-se considerar as diferenças culturais que singularizam aquilo que todos chamam de “colônia alemã”, especificidades apontadas inclusive na obra de E. Willems dedicada à assimilação (social). Diferenças acionadas para marcar a identidade coletiva, a especificidade em relação aos outros colonos e aos brasileiros. **Deutschum** tem um significado cultural apreendido do pensamento nacionalista alemão, e assume a língua, os costumes, enfim, a **Kultur** como marcas diferenciadoras; além, obviamente, do conteúdo racial implícito na idéia de “sangue comum”. Sendo assim, há o pressuposto de uma superioridade cultural – a noção de **Kultur** tem sentido civilizatório – particularmente enfatizada no período anterior à campanha de nacionalização; e mais subjetivamente

acionada hoje, no cotidiano. Algumas marcas diferenciadoras são, inclusive, assinaladas em comemorações e festas periódicas associadas à imigração, sobretudo nas últimas décadas caracterizadas pela reelaboração da identidade cultural cheia de referências à língua alemã, hábitos alimentares, estilos de vida, limpeza (no sentido higiênico do termo), e o velho “trabalho alemão” associado à colonização.

No discurso etnocêntrico de senso comum, atual e passado, estereótipos e preconceitos servem para estabelecer distinções hierarquizadas entre descendentes de imigrantes e os brasileiros representados pela categoria caboclo em oposição aos colonos. Embora não pareça, é uma distinção que pressupõe inferioridade racial, pois os estigmas da ineficiência e da preguiça são associados ao “sangue”, ao tipo físico. Os termos empregados, por seu caráter estereotipado, são bastante significativos: atrasado, preguiçoso, cachaceiro, sem raízes (ou nômade), malandro, etc. A distinção é simplesmente categórica: os alemães (ou colonos) têm origem, os brasileiros (caboclos) não. Origem, nesse caso, é uma referência à imigração, mas também possui conteúdo racial.

As mesmas formas de diferenciação são encontradas nos outros grupos de imigrantes, seja na configuração de uma identidade étnica frente à sociedade nacional, seja na apropriação dos valores da colonização. Não é possível fazer uma comparação mais geral nos limites de um artigo, mas algumas referências à italianidade (**Italianitá**) têm utilidade para mostrar que a experiência da colonização – portanto, a sociedade e o sistema cultural formados em solo brasileiro – não é exclusiva das representações da etnicidade teuto-brasileira. Thales de Azevedo (1982) associou o movimento pela italianidade no Rio Grande do sul a um esforço do grupo étnico para proteger-se da perda de sua cultura e lealdade em relação à pátria de origem. Daí a importância assumida pela língua italiana (apesar dos vários dialetos), pelas associações, agremiações de auxílio mútuo, pela “escola italiana”, etc. Tratava-se, segundo este autor, da “defesa da herança cultural que se procura

compatibilizar com a lealdade à pátria adotiva” (Azevedo, 1982: 259).

Não existe algo semelhante à noção de **Heimat** na elaboração dessa identidade italiana. Mas os sinais da italianidade também estão contidos na idéia da língua comum (o **talian**, termo designativo da fala italiana no Rio Grande do sul), e outros aspectos significativos da cultura relacionados à organização familiar, à religião católica, hábitos alimentares, enfim, aqueles elementos que integram os “costumes” (Oro, 1996; Zanini, 2000). Além disso, também está presente no discurso étnico a idéia do território – a “colônia italiana” como um lugar diferente e melhor, construído pelo trabalho civilizador do imigrante. Assim, a colonização serve de base à construção do imigrante eficiente, o colono herói civilizador, pioneiro, conforme observaram Zanini (2000) e Santos (2004), numa concepção valorativa do *ethos* de trabalho, marcada pela idéia de desbravamento e ocupação de espaços vazios, muito próxima da versão teuto-brasileira sobre o “colono alemão”. Também reivindica-se o pioneirismo civilizador, glorifica-se o colono construtor do progresso – verdadeiro herói cultural – numa atualização permanente da identidade étnica até o presente. Na auto-imagem, o colono italiano é valorizado pela operosidade, capacidade de trabalho e de acumulação, sobriedade, perseverança e muitas outras “virtudes”, em oposição aos brasileiros desqualificados pelas categorias “negrada” e “pelo duro”, dois termos de inequívoco conteúdo racial, apesar de não estarem referidos à cor da pele. Trata-se, segundo Zanini (2000) de termos que designam gente considerada de menos valia, que não possui ascendência europeia, preguiçosos e pouco religiosos. A classificação estereotipada dos brasileiros, paradoxalmente, é acompanhada da valorização da identidade gaúcha, presente, inclusive, na categoria hifenizada **ítalo-gaúcho** em lugar de ítalo-brasileiro. Por outro lado, no contexto interétnico existe a percepção negativa dos colonos italianos pelos brasileiros e, eventualmente, por colonos de outras “origens”. Nas representações de brasileiros, são **gringos** rudes, grossos, sovinas (pão-duros),

briguentos, enganadores (carcamanos) – formas preconceituosas radicalizadas durante a campanha de nacionalização, que também reprimiu a italianidade, interferindo nas instituições comunitárias e no domínio doméstico, tal como ocorreu nas “colônias alemãs”. Essa alteridade que marca as distinções étnicas, atualizadas por eventos como a Festa da Uva, mantém a italianidade como um valor primordial, associado ao “sangue comum” (Zanini, 2000) e destaca a imagem mítica do pioneiro que venceu a selva trazendo o progresso. A análise empreendida por Santos (2004) sobre a festa da uva (realizada em Caxias do Sul), com destaque também para a simbologia da colonização contida na iconografia e nos monumentos ao imigrante, mostra que uma festa urbana, organizada por membros da classe alta (industriais, intelectuais), atualiza, a cada dois anos, a auto-imagem coletiva que remete ao pioneiro. Assim, um amplo painel do pintor Aldo Locatelli inclui desde a derrubada da mata, no início da colonização, até a grande indústria caxiense, passando pela vindima, a atividade artesanal – glorificando o trabalho familiar; os índios estão ocultos na folhagem, meros observadores no relato do progresso, do fazer a América, também contado nos desfiles alegóricos realizados durante as festividades.

Finalmente, o compartilhamento do mesmo processo de ocupação territorial e da mesma categoria social – colono – não esmaeceu as diferenças culturais apropriadas na construção das identidades étnicas, nem tampouco as formas estereotipadas e às vezes preconceituosas de marcar a distintividade. Os descendentes de poloneses, por exemplo, são designados por uma categoria pejorativa – **polaco** – e considerados pelos outros descendentes de imigrantes “falsos, pouco inteligentes, atrasados”; e replicam chamando os “alemães” de “arrogantes” e os “italianos” de “pão-duros, desonestos, gananciosos”, estes, por sua vez, falam de “alemães perdulários” e excessivamente crentes da sua superioridade. São traços, sobretudo vinculados ao caráter e honra étnicos, usados para tipificar comportamentos, representações estereotipadas que revelam o

etnocentrismo de cada grupo, embora ninguém conteste a igualdade e legitimidade contidas na idéia de colonização como um processo compartilhado de progresso e civilização do qual o brasileiro (caboclo, pelo duro, etc) é excluído.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As breves referências às manifestações acerca das identidades coletivas surgidas no contexto imigratório da colonização no sul do Brasil mostram a constância dos preconceitos (no sentido corriqueiro de prejulgamento sem fundamento) e estereótipos na conformação das diferenças culturais demarcadoras das fronteiras simbólicas de cada grupo, embora compartilhem da apropriação de uma mesma categoria social – colono – que une todos em oposição aos brasileiros. Cada grupo conta a mesma epopéia do herói civilizador – tema particularmente enfatizado por “italianos” e “alemães” – representando a conquista de um território selvagem e perigoso. Define-se o colono por referência a uma “origem” nacional européia que, por princípios etnocêntricos, exclui os brasileiros designados por categorias denotadoras de pressupostos de inferioridade cultural e racial, apesar do pouco uso de referências explícitas ao fenótipo. A exclusão não está presente apenas nos discursos étnicos daqueles que se apropriaram da vinculação entre colono e progresso, pois foram prejulgamentos racistas que embasaram o cerceamento da entrada de nacionais em áreas de colonização, professados pelas elites imigrantistas que acreditavam na superioridade do branco europeu.

O contato entre descendentes de imigrantes e os brasileiros tornou-se mais significativo na década de 1930, diante do crescimento econômico de algumas ex-colônias, período também marcado pela campanha de nacionalização. O contato e o propósito de assimilação à força que norteou a ação nacionalizadora, por sua vez, produziram um discurso xenofóbico em torno da categoria alienígena, igualmente estereotipado e preconceituoso,

pontuado por termos denotativos de traição e ausência de patriotismo.

Finalmente, apesar do uso de expressões aparentemente jocosas ou inconseqüentes na categorização dos outros, elas contêm julgamentos de valor que apontam para dispositivos preconceituosos e para as dificuldades de aceitação das diferenças culturais que podem ou não resultar em discriminação. As subjetividades próprias dos etnocentrismos interferem nas relações sociais. Não há nada de neutro ou ingênuo nas concepções estereotipadas que servem para desqualificar os outros, os diferentes, aqueles que não pertencem ao grupo, não compartilham da mesma identidade.

* *Giralda Seyferth é Profª do Dpto. de Antropologia / Museu Nacional-UFRJ.*

NOTAS

1 - Não há registro confiável do número de imigrantes localizados em núcleos coloniais no período de 1824 a 1830; as estimativas oscilam entre quatro e seis mil indivíduos (Willems, 1980: 40). A interrupção do processo teve duas causas: o decreto legislativo que proibiu despesas com a imigração, promulgado em 1830, e a guerra civil (Revolução Farroupilha), iniciada em 1835 e encerrada em 1845.

2 - Sobre as formas de exclusão, e a “questão racial”, ver Seyferth, 2002a.

3 - O Michaelis/Moderno Dicionário da Língua Portuguesa é mais preciso, apresentando uma definição sociológica do termo estereótipo na página 893: “imagem mental padronizada, tida coletivamente por um grupo, refletindo uma opinião demasiadamente simplificada, atitude afetiva ou juízo incriterioso a respeito de uma situação, acontecimento, pessoa, raça, classe ou grupo social”.

4 - É preciso observar que a maioria dos autores assinala que tanto preconceitos como estereótipos podem ser negativos, positivos e contraditórios. Sobre isso, ver Adorno e colaboradores (1969), Preiswerk e Perrot (1975).

5 - O termo **Folkways** foi criado por Sumner para indicar os hábitos e costumes que caracterizam um grupo. Além do conceito de etnocentrismo, introduziu nas ciências sociais os termos *in-group* – grupo cujos membros possuem um senso de

solidariedade e comunidade por compartilhar os mesmos **folkways** – (em contraste com) *out-group*, grupo que possui **folkways** diferentes e muitas vezes é objeto de aversão e hostilidade. A obra de Sumner é marcadamente evolucionista, mas estes termos foram amplamente utilizados nos estudos étnicos.

6 - Na República a política imigratória continuou no âmbito da pasta da Agricultura – parte do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) – e a colonização (e, conseqüentemente, a imigração ficou na alçada do Serviço de Povoamento do Solo Nacional criado em 1907. Os dois autores em questão foram, pois, funcionários do mesmo ministério e produziram relatórios que deviam instruir a política de imigração e colonização.

7 - Sobre estas representações acerca da imigração alemã e portuguesa, ver Seyferth, 2002b.

8 - Essa forma de categorização é comum no Vale do Itajaí; Zanini (2000) também a observou numa região colonial italiana do Rio Grande do Sul.

9 - Sobre esta retórica racista vigente na discussão da imigração, ver Seyferth, 2002a.

10 - As lideranças locais, principalmente religiosas e políticas, e as mães, pelo papel de educadoras dos filhos, foram acusadas de fomentar sentimentos anti-patrióticos e lealdades espúrias ou, numa outra metáfora médica corriqueira nos discursos dos nacionalizadores, espalhavam o "vírus da desnacionalização" (Seyferth, 1997).

11 - Sobre essa questão, ver Gertz (1991).

12 - A familiaridade das lideranças teuto-brasileiras com a tese do branqueamento é concomitante com suas primeiras elaborações na década de 1880 (Seyfert, 2002b).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALPORT, Gordon W.
(1958) *The nature of prejudice*. Nova York, Anchor Books.
- AZEVEDO, Thales de
(1982) *Italianos e gaúchos*. Rio de Janeiro, Cátedra, Brasília, INL.
- CARVALHO, Augusto de
(1874) *Estudo sobre a colonização e emigração para o Brasil*. Lisboa, Tipografia do Comércio do Porto.
- ERIKSEN, Thomas H.
(1993) *Ethnicity & Nationalism. Anthropological perspectives*. Londres, Pluto Press.
- GERTZ, René
(1991) *O perigo alemão*. Porto Alegre, Ed. Universidade (UFRGS).
- HARDING, John
(1972) "Stereotypes". In: *International Encyclopedia of the Social Sciences*, 15. Nova York, Macmillan, pp. 259-261.
- KLINBERG, Otto
(1972) "Prejudice I. The Concept". In: *International Encyclopedia of the Social Sciences*, 12. Nova York, Macmillan, pp. 439-449.
- LEVI-STRAUSS, Claude
(1970) "Raça e história". In: *Raça e Ciência I* (UNESCO). São Paulo, Perspectiva.
- LEVINSON, Daniel J.
(1969) "The study of ethnocentric ideology". In: Adorno, T. W. et al. *The authoritarian personality*. Nova York, Norton.
- MENEZES E SOUZA, J. C. de
(1875) *Theses sobre a colonização do Brasil*. Rio de Janeiro, Tipografia Nacional.
- NOGUEIRA, Rui A.
(1947) *A nacionalização do Vale do Itajaí*. Rio de Janeiro, Ministério do Exército.
- ORO, Ari P.
(1996) "Mi so talian: considerações sobre a identidade étnica dos descendentes de italianos do Rio Grande do Sul". In: BONI, Luis A. de (org.) *A presença italiana no Brasil*. V.III. Porto Alegre, EST.
- PREISWERK, Roy e PERROT, Dominique
(1975) *Ethnocentrisme et Histoire*. Paris, Anthropos.
- ROCHA, Joaquim da Silva
(1918) *História da colonização do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional.
- ROCHE, Jean
(1969) *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Ed. Globo.
- ROMERO, Silvío
(1902) *O elemento português no Brasil*. Lisboa, Tipografia da Cia. Ed. Nacional.
- SANTOS, Miriam de O.
(2004) *Bendito é o fruto: festa da uva e identidade entre os descendentes de imigrantes italianos de Caxias do Sul* – RS. Tese de Doutorado, PPGAS-Museu Nacional-UFRJ.
- SEYFERTH, Giralda
(1982) *Nacionalismo e identidade étnica*. Florianópolis, Fundação Catarinense de Cultura.
- SEYFERTH, Giralda
(1997) "A assimilação dos imigrantes como questão nacional". In: *Mana. Estudos de Antropologia Social* (Rio de Janeiro), v. 3(1), pp. 95-131.
- SEYFERTH, Giralda
(1999) "Colonização e conflito: estudo sobre "motins" e "desordens" numa região colonial de Santa Catarina no século XIX". In: SANTOS, J. V. Tavares dos (org.) *Violência em tempo de globalização*. São Paulo, Hucitec.
- SEYFERTH, Giralda
(2002a) "Colonização, imigração e a questão racial no Brasil". In: *Revista da USP*, 53, pp.: 117-149.
- SEYFERTH, Giralda
(2002b) "A singularidade germânica e o nacionalismo brasileiro: ambigüidade e alotropia na idéia de nação". In: BASTOS, Cristiana; VALE DE ALMEIDA, Miguel e FELDMAN-BIANCO, Bela (orgs.) *Trânsitos Coloniais: diálogos críticos luso-brasileiros*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- SIMPSON, G. E. e YINGER, J. M.
(1965) *Racial and Cultural minorities*. 3ª Ed. Nova York, Harper.
- TAVARES BASTOS, A. C.
(1976) *Os males do presente e as esperanças do futuro*. 2ª ed. São Paulo, Cia. Ed. Nacional; Brasília, INL.
- WAGLEY, Charles e HARRIS, Marvin.
(1958) *Minorities in the New World*. Nova York, Columbia University Press.
- WAIBEL, Leo
(1958) *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro, IBGE.
- WEBER, Max
(1991) *Economia e Sociedade*. Brasília, Editora UnB.
- WILLEMS, Emílio
(1980) *A aculturação dos alemães no Brasil*. 2ª ed. São Paulo, Cia. Editora Nacional, Brasília, INL.
- WIRTH, Louis
(1945) "The problema of minority groups". In: LINTON, R. (ed.) *The Science of Man in the World Crisis*. Nova York, Columbia University Press.
- ZANINI, Maria Catarina C.
(2000) *Italianidade no Brasil Meridional: a construção de identidade étnica na região de Santa Maria (RS)*. Tese de Doutorado, PPGAS/USP.

GRINGOS E PRECONCEITOS BRASILEIROS

Thaddeus Blanchette *

*Ô gringo, não força. Deixa de ser imbecil.
Você que vem lá de fora quer entender do Brasil?*

(175 Nada Especial, Gabriel o Pensador)

Para muitas pessoas, a única maneira sã e inteligente de falar em gringos¹ e preconceitos no Brasil é discursar sobre os preconceitos que estes têm em relação ao país. Isto porque o conceito de “preconceito” tem sido tão vinculado, na arena popular brasileira, à noção de racismo que falar daqueles que alguns brasileiros demonstram para com os estrangeiros – particularmente os oriundos do assim chamado primeiro mundo – parece bobagem. O Brasil, nessa acepção do mundo, é entendido como uma terra tolerante que acolhe qualquer estrangeiro, mas que tem uma queda particular pelos de pele branca, cidadãos da Europa Ocidental ou da América do Norte (acima do Rio Grande, é claro). A partir dessa perspectiva, a idéia de que um gringo possa eventualmente ser *vítima* de preconceitos por parte dos brasileiros é quase inconcebível e, quando alguém sugere esta possibilidade, na maioria dos casos é rapidamente corrigido pelos brasileiros que estão à sua volta. Como uma colega minha afirmou, pouco tempo depois da minha entrada no Museu Nacional como aluno: “Você não tem o direito de reclamar dos preconceitos, Tadeu. Afinal, esse país te *concedeu* a permissão de ficar por aqui, te *concedeu* uma vaga na universidade, te *concedeu* uma bolsa... Você *tomou o lugar de um brasileiro legítimo* em nosso sistema educacional e, se fosse minha a decisão, você não teria esse *privilégio*. Aliás, é bem possível que você só tenha conseguido uma vaga porque o Brasil tem preconceito do Brasil: estamos tão colonizados e falta tanto ao amor próprio que muita gente aqui

pensa que qualquer gringo é melhor que qualquer brasileiro.”

E aí está exemplificado o preconceito central que todo gringo residente no Brasil há de encontrar repetidamente durante a sua vida nesta terra: a afirmação de que ele não pode criticar nada do que é brasileiro, pois deve gratidão ao Brasil, país que tem demonstrado sua benevolência essencial por *conceder* a ele *privilégios* que são, de fato, estipulados como *direitos* pela Constituição.² Para aumentar ainda mais a frustração do gringo, no momento em que é mandado calar a boca, seu interlocutor também o acusa de ter se beneficiado de preconceitos brasileiros que agem em seu favor – preconceitos estes que resultam da lavagem cerebral colonialista de “outros brasileiros” (que quase nunca são especificados).

O preconceito é geralmente pensado no Brasil como atributo ou falha moral da personalidade individual. Observamos, porém, que ele também é alguma coisa possível de ser utilizada – existe como um fato social no sentido que lhe é dado por Durkheim (1978:88) – algo que é independente da vontade ou da psicologia de qualquer indivíduo. Além de uma ou outra pessoa *ser preconceituosa*, ela se *utiliza* dos preconceitos, principalmente para desqualificar outros em momentos de conflito, ou seja, alguém pode *usar* os preconceitos sem *ser*, dentro da definição popular da palavra, preconceituoso. Esta utilização encontra sua forma mais brasileira quando vemos a injunção da *tolerância* como justificativa para a exclusão e a desigualdade.

O Brasil, na acepção estereotipada e popular, é um país explorado pelos estrangeiros justamente por causa de sua *tolerância*. Vale a pena refletir, então, sobre o fato desta palavra ter um duplo sentido em português, sendo carregada de significados positivos e negativos. No sentido positivo, a “tolerância” significa a aceitação louvável das diferenças em costumes e hábitos manifestados entre os diversos ramos da família humana. Todavia, a “tolerância” também pode significar uma aceitação desmoralizante do caos social. Uma *casa de tolerância*, por exemplo, é um bordel, onde as normas sociais do sexo, reciprocidade e casamento são suspensas. No entendimento popular brasileiro, a “tolerância” é um conceito altamente associado ao poder e ao ritual hierarquizante de “você sabe com quem está falando?”, tão bem descrito por Roberto Da Matta (1979:139-193). No Brasil, falamos que uma pessoa “abusou da minha tolerância” quando ela insiste em questionar as hierarquias sociais que são apresentadas como naturais. Como Da Matta salienta, podemos falar em direitos e democracia no Brasil, mas os limites de tolerância são determinados pelo poder. Se alguém, numa posição inferior, *insiste* em ser tolerado, sua insistência é vista como uma intimidade inaceitável que merece o castigo (idem, 149-150).

Nesse sentido, as noções brasileiras de “tolerância” entram em conflito com os entendimentos modernos da sociologia e da psicologia acerca do preconceito, que é visto como um desajustamento que viola as normas sociologicamente estabelecidas do convívio e da justiça. (Allport, 1967;

Adorno, 1950; Bauman, 1990). Tais “normas”, porém, estão baseadas em noções iluministas de livre arbítrio, cidadania e governo que em nada são hegemonicamente estabelecidas no Brasil, como adverte Sérgio Buarque de Holanda (1973:9).

A primeira coisa que devemos entender, então, sobre os preconceitos contra os gringos no Brasil é que estão profundamente enraizados em uma visão natural e normalizante das hierarquias que compõem a sociedade brasileira, apesar desse sistema ser apresentado como igualitário pela lei-mór do país, a Constituição. A partir dessa visão, o lugar do estrangeiro é tido como *naturalmente* abaixo e atrás do filho nativo da terra, mas tal posicionamento é principalmente estipulado naqueles momentos em que um estrangeiro ou um grupo de estrangeiros desafia a ilusão da igualdade, entrando em conflito com brasileiros.

Vale a pena lembrar que também existem outros tipos de preconceito referentes aos gringos, por exemplo, um número pequeno mas expressivo de brasileiros que realmente sofrem de uma certa xenofobia, um desgosto exagerado em relação àquele que vem do exterior. Também há brasileiros que salientam preconceitos *em favor* dos gringos, dos quais falaremos mais adiante. Mas o preconceito mais encontrado pelo gringo em *terras brasílicas* é o que costuma ser *empregado* por um brasileiro – não necessariamente preconceituoso – para desqualificar o estrangeiro e as suas opiniões em situações de enfrentamento.

Como sugere Bauman, o preconceito implica a manutenção de uma dupla moralidade, onde o comportamento que é considerado aceitável, em um caso, transforma-se em ultraje, em um outro, conforme as identidades sociais dos atores. Todavia, no Brasil, longe de *gerar* uma dupla moralidade, o preconceito muitas vezes *a fetua*. Quando Bauman fala que o preconceito permite a produção de atrocidades contra os forasteiros, ele sustenta suas palavras na noção de que, em uma determinada sociedade, existe um consenso objetivo e normativo sobre o que seja, de fato, uma atrocidade, e quem é um forasteiro. Este pode não ser o caso no

Brasil, onde o preconceito é utilizado para excluir aquelas pessoas que insistem em quebrar o consenso social e onde quem é rebaixado pelo preconceito em um dado momento pode ser tratado com uma pretensa igualdade em um outro – às vezes pela mesma pessoa! Assim, a característica utilizada para exclusão pela via do preconceito – seja de cor, gênero, orientação sexual, origem nacional e outros – é de importância secundária face do comportamento do ator a quem o adjetivo se aplica. Quando este mesmo ator quiser cobrar como *direito* o que a sociedade brasileira normaliza como *privilégio*, e quando essa cobrança entrar em conflito com os desejos de alguém que se considera superior em uma determinada escala social hierarquizada, o preconceito é ativado para mandar os macacos de volta aos seus devidos galhos. Nesses casos, as atrocidades formuladas para os que transgridem o consenso social não são entendidas como “injustiças” e sim como procedimentos normativos que devem ser aplicados àqueles que “abusam da nossa tolerância”.

O preconceito no Brasil, então, manifesta-se em muitos momentos em função de uma lógica que é utilizada para excluir qualquer pessoa desagradável e, neste sentido, “gringo” é apenas um entre vários adjetivos que podem ser facilmente acoplados a estereótipos negativos, no mesmo plano de “gay”, “negro”, “mulher” etc. É importante reconhecer que, na sociedade brasileira, nenhuma dessas palavras *necessariamente* gera ou exprime o preconceito, mas todas elas podem ser facilmente utilizadas para efetivar a exclusão através de sua ligação a um arquivo de imagens preconcebidas. O preconceito pode ser utilizado, dessa forma, pelo indivíduo, sem ser incorporado como faceta duradoura de sua personalidade.

Seguem abaixo, então, alguns preconceitos comuns referentes aos gringos e deflagrados por brasileiros em momentos de conflito com estrangeiros, ilustrados por exemplos vindos da minha vida pessoal e de meu trabalho de campo entre gringos no Rio de Janeiro. Vale a pena avisar aqui que não quero afirmar que os gringos são um bando de pobres coitados

que sofrem mais do que qualquer outro grupo social no Brasil, nem que as suas vidas nessas terras estejam predominantemente caracterizadas por uma luta ingrata e constante contra os preconceitos brasileiros. Ofereço esta lista unicamente como ilustração de como e quando um determinado tipo de preconceito é utilizado no Brasil na esperança de que isto possa servir como parte de um mapeamento dos preconceitos em geral.

O gringo burro

O estereótipo do “gringo burro” é talvez o mais utilizado por brasileiros em confrontos com gringos. Em termos de imagens visuais, esse gringo é tipicamente apresentado como corpulento e queimado pelo sol, vestido com uma camisa florida, meias pretas e sandálias ou tênis. Em termos sociais e políticos, o “gringo burro” é aquele que está completamente perdido e não tem a menor capacidade de desvendar realidades brasileiras sem que haja uma intercessão nativa. Atualmente, no Rio de Janeiro, o “gringo burro” é visto como estadunidense, mas ele tem sido identificado, em outros momentos e lugares no Brasil, como francês, inglês, alemão, ou até argentino.

Como indicam as palavras da canção do Gabriel o Pensador, citadas no início deste artigo, o “gringo burro” não entende nada do Brasil, portanto, sua opinião não vale coisa alguma quando ela se contrapõe a de um brasileiro “legítimo”. Por isso, o estereótipo do “gringo burro” é geralmente empregado quando um brasileiro quer desqualificar o argumento de algum estrangeiro sem ter que discutir logicamente com ele.

Um exemplo recente da utilização desse estereótipo pode ser encontrado na reação geral do público brasileiro ao artigo escrito pelo correspondente do *New York Times*, Larry Rohter, em 2004. Ao reportar que o Brasil está encarando uma onda de obesidade, Rohter não fez nada mais do que relatar informações já divulgadas por fontes brasileiras. Todavia, a reação à matéria do jornalista americano visou castigá-lo como gringo ignorante que nada sabia sobre o Brasil. Nessas denúncias, a

veracidade das acusações não foi criticada: bastava salientar o *status* de Rohter como gringo e burro para desqualificar suas opiniões sem que se tivesse que refutá-las de maneira crítica.³

Testemunhei vários exemplos do uso do estereótipo do “gringo burro” durante a pesquisa que resultou em minha tese sobre imigrantes anglofalantes no Rio de Janeiro. O mais marcante deles, para mim, foi o de uma informante minha, a “Sara”, que tinha sido contratada para trabalhar como dublê de uma famosa apresentadora de programas infantis da TV brasileira. Sara foi taxada de “gringa burra” quando a agência que a empregou tentou destituí-la de 80% de seu salário após o encerramento das filmagens em que trabalhou.

O combinado era Sara receber um salário igual ao que ganhava, na época, como professora de inglês, ou seja, algo em torno de R\$ 100 por dia. Como ela não tinha direito a trabalhar livremente no Brasil (pois na época ainda não havia recebido o seu visto de permanência), não houve contrato além do verbal. No dia do pagamento, porém, Sara descobriu que a agência só tinha pago o equivalente a R\$ 20 diários. Quando reclamou, o empregador alegou que ela não tinha entendido o contrato, pois “você sabe como é: vocês gringos não conhecem bem a nossa língua”. Quando Sara revelou que um colega brasileiro estava disposto a testemunhar a seu favor, o argumento da agência mudou de direção, mas não de conteúdo. Continuou apostando na caracterização de Sara como “gringa burra”, dessa vez alegando que ela “não entendia como esse tipo de trabalho é feito no Brasil; atrizes principiantes não ganham mais que isto em nosso país”. Somente após receber o apoio de vários colegas brasileiros, dispostos a levar o caso a uma instância trabalhista, é que Sara finalmente recebeu o pagamento integral.

O caso da Sara demonstra, novamente, que o preconceito contra o gringo não tem que ser um traço permanente da personalidade para poder ser utilizado como recurso ocasional em momentos de conflito. O agente contratador, neste caso, estava motivado pela intenção de poupar dinheiro na folha de pagamentos e não por

algum desgosto generalizado em relação aos gringos. Nesse jogo, a desqualificação de Sara como “gringa burra” surge simplesmente como uma maneira econômica de desacreditar das suas reivindicações por um salário, de acordo com os padrões estipulados por seu contrato verbal e pelas leis trabalhistas brasileiras.

“Sei como fazem em sua terra”

O preconceito não é necessariamente reduzido pelo contato com o próprio objeto, fato que também se dá no caso de idéias *a priori* de brasileiros contra gringos. Aqui enfocamos aqueles brasileiros que têm vivido no exterior ou que têm tido muito contato com estrangeiros e, às vezes, utilizam um tipo específico de preconceito com o objetivo de julgar o gringo pelas normas de seu país de origem. Novamente, se a acusação é verdadeira ou não, é de importância secundária; importante é que ela redirecione a atenção das reivindicações ou reclamações do estrangeiro, focalizando-a em seu *status* de gringo.

O exemplo clássico do uso deste tipo de preconceito pode ser visto no argumento do oficial da Polícia Federal que, diante de um gringo que reclama de uma injustiça burocrática, real ou imaginada, responde que “você não deve chorar, pois o que fazem em sua terra com os brasileiros é bem pior”. Se a acusação é verdadeira ou não, ela nada tem a ver com as responsabilidades do oficial perante as leis brasileiras. Novamente, a acusação se configura como exemplo da reclassificação de *direitos* como *privilégios tolerados*.

Testemunhei um outro exemplo desse tipo de preconceito quando um grupo de alunos estrangeiros tentou convencer sua universidade da necessidade de providenciar um curso avançado de texto escrito em português. A desculpa oferecida pelo funcionário que impediu o prosseguimento da petição dos alunos foi que ele tinha feito cursos extensivos nos EUA e na Europa e que “não oferecem aulas desse tipo para os alunos estrangeiros nas universidades lá de suas terras”. Nessa

ocasião, o argumento oficial era completamente errado, já que os cursos de aperfeiçoamento de língua são oferecidos para alunos estrangeiros na maioria das melhores universidades americanas e européias. Novamente, porém, a veracidade da acusação não era importante, sendo que o objetivo do argumento do funcionário era apenas o de bloquear o pedido sem ter que argumentar logicamente contra ele, utilizando o recurso “sei como é que fazem em seus países”.

Tal acusação é extremamente comum em argumentos entre brasileiros e estrangeiros, às vezes entrando em discussões que não fazem o menor sentido. Uma vez, por exemplo, vi um *barman* gringo abordar um freguês brasileiro que não queria pagar integralmente uma conta. O brasileiro em questão era casado com uma gringa e quando o *barman* continuou a insistir no pagamento, argumentou que “já vivi em sua terra e sei como as coisas são feitas lá. Mas estamos no Brasil e nem sempre a gente daqui tem o dinheiro que quer. Você vai ter que esperar pela segunda metade de seu pagamento.” Registra-se mais uma vez que seja qual for a veracidade da acusação, sua função aqui é a de salientar o *status* do gringo como alguém que não tem o *direito* de reivindicar uma conta. Certamente esta é uma maneira bastante original em insistir no fiado!

O Retrato de Dorian Grey

Uma outra acusação tipicamente empregada contra gringos é a de que eles não são o que parecem ser; que debaixo de uma superfície aparentemente inócua e inocente há um ser profundamente perverso que busca abusar da hospitalidade e da tolerância dos brasileiros para efetivar uma agenda oculta. Esse é o gringo que quer “roubar as riquezas da Amazônia” e que, durante a ditadura, era taxado de “agente da CIA” por universitários esquerdistas. Nos dias de hoje, a acusação dessa natureza mais tipicamente empregada contra os gringos é a de serem pedófilos ou turistas sexuais. Em todos os casos, porém, a manobra é essencialmente

a mesma: desqualificar o gringo como agente social através de uma acusação desmoralizante que não se sustenta em nada que ele tenha feito, mas sim no que ele poderia estar planejando fazer.

A analista de cultura Freya Johnson fala no “*high other*”, um “outro enaltecido” que existe em contraposição, mas não em contradição, ao já conhecidíssimo “*low other*”, ou “outro rebaixado”. De acordo com Johnson, em ambos os estereótipos “[...] existe a construção costumeira do ‘outro’ [...] para distanciar e proteger o ‘eu’ de [certas] semelhanças que posso compartilhar com o objeto revoltante[...].” No entanto, diferente da configuração tradicional do “outro rebaixado”, a primeira impressão das representações dos “outros enaltecidos” é que eles são atraentes, educados, organizados, bem-vestidos, etc. Com mais contato, porém, podemos enxergar que essa impressão é apenas superficial e que o “outro enaltecido” é um maníaco psicopata, com motivações psicológicas alienígenas e repugnantes. Em outras palavras, com os “outros rebaixados”, a objetividade é tida como congruente com a subjetividade: gente baixa gosta de baixarias. Por contraste, diante dos “outros enaltecidos”, o estereótipo nos informa que eles são subjetivamente diferentes da gente, apesar de certas semelhanças objetivas: eles parecem com “gente normal”, mas são de fato perversos. Como no *Retrato de Dorian Grey*, “outros enaltecidos” podem ser atraentes, mas no fundo de seus corações são maldosos e decadentes. (Johnson: 14).

Acusar o gringo de ser alguém que esconde uma agenda oculta tem muito a ver com o “*high other*” de Johnson, pois sua aparência inocente esconde uma verdade terrível. E de novo é importante salientar que tal estereótipo é empregado independente de qualquer justificativa baseada no comportamento real do gringo em questão. Sem dúvida alguma, existem gringos pedófilos no Brasil. Devem existir até os que trabalham para a CIA. No entanto, o brasileiro que emprega esse estereótipo certamente pouco se importa se a vítima da acusação é ou não é um espião ou predador sexual; as características de uma minoria insignificante dos gringos são ampliadas

para desqualificarem moralmente qualquer gringo com quem o brasileiro se desentenda.

Um de meus informantes, um inglês que recentemente foi premiado por suas obras de caridade entre as crianças das favelas do Rio de Janeiro, foi acusado de pedofilia pelo dono de sua pensão:

“Era para eu pagar 100 dólares por mês. Quando ele pediu 200, recusei e disse que eu mudaria de moradia. Saí em busca de um hotel e, quando voltei à pensão, a polícia estava à minha espera. Acontece que o dono me acusou de ter dormido com uma menor do grupo com o qual eu trabalhava. Eu dizia que isto era um absurdo e que meu trabalho era vistoriado pela Igreja, mas os policiais me diziam ‘São sempre os gringos como você, com essa cara de inocente, que são os piores infratores’.— Tive que pagar uma propina enorme, embora a polícia não possuísse prova alguma contra mim, pois me ameaçaram, dizendo que iam me jogar na cadeia, contando para os outros presos que eu era um turista gringo, estuprador de menores. Mais tarde, descobri que a polícia dividiu o dinheiro com o dono da pensão.”

Neste caso, uma acusação de pedofilia foi rapidamente mobilizada para ganhar uma disputa em torno do aluguel com um gringo. Uso semelhante a esse estilo “*Dorian Grey*” foi usado em 1939 para expulsar a etnóloga americana Ruth Landes do Brasil. Landes tinha entrado em atritos com o antropólogo brasileiro Artur Ramos e foi expulsa do país por causa de acusações de violações da ordem moral que aparentemente surgiram, pelo menos parcialmente, em função dessa disputa (Corrêa, 2003:163-177; Landes, 1967). Este tipo de preconceito é provavelmente tão velho quanto a presença estrangeira no Brasil, fato testemunhado, nos arquivos históricos da colônia, de um certo “Thomas babintão ingles. Memorial de todos os Extrangeiros q Vivem nas Cap.as do Rio Grande, Parahyba, Tamaracá & Pernambuco e Bahia dos quais se não pode ter suspeita. [sic]” (Souza Cruz, 1987:12-13). Embora Thomas estivesse acima de qualquer suspeita, essa inscrição de 1618 deixa claro que a maioria dos “extrangeiros” provavelmente não o

fossem.

O gringo bom, ou o “nosso” gringo

Um estereótipo final encontrado por gringos e até utilizado por eles para se defenderem dos outros preconceitos é o que tenho chamado, em outros trabalhos (Blanchette, 2001), de o “gringo bom” – o estrangeiro descrito por seus amigos brasileiros como “quase brasileiro” ou “mais brasileiro que muitos brasileiros” e que geralmente é definido como “alguém que ama, e muito, o Brasil”. Esta classificação não deixa de ser preconceituosa, embora no sentido positivo, pois se sustenta em estereótipos e é utilizada como uma espécie de “recompensa” para aqueles estrangeiros que não quebram o consenso social, não entrando em atritos com os nativos.

Em primeiro lugar, os “gringos bons” são aqueles que não contradizem nossas opiniões sobre o mundo. Para quem gosta do Flamengo, o gringo que torce pelo Vasco é um “gringo burro que não sabe nada de futebol”, mas para o seu correligionário flamenguista, ele é um “gringo bom, quase um brasileiro”. “Gringos bons” são aqueles que mais se assemelham a nós, sem entrarem em conflitos com a nossa visão da vida vivida como brasileiro. Ademais, eles tendem a ser aqueles estrangeiros que estão mais perto de nós em termos de afinidades pessoais. Quanto mais próximo o gringo estiver de um brasileiro, em termos pessoais, profissionais e políticos, maior a chance deste brasileiro referir-se a ele como “quase brasileiro”. Essa menção é bastante valorizada por muitos gringos, que se esforçariam com afinco para merecê-la.

Particpei de uma demonstração de como as afinidades podem ser chaves na construção da categoria do “gringo bom” em uma ocasião em que saí para uma noite junto com vários colegas da minha turma no Museu Nacional. Eu estava sentado ao lado de Mateus, um colega sueco da minha idade, tamanho e cor e que dominava um português do mesmo nível que o meu. Do outro lado da mesa, sentavam-se duas colegas brasileiras, uma

co-orientada do Mateus e a outra minha co-orientada. Começávamos a falar sobre a minha pesquisa e mencionei como era difícil saber quem era ou não gringo em alguns casos.

Magina, Tadeu! – diz a co-orientada de Mateus, enquanto minha colega conversava com o garçom – é óbvio quem é gringo, fora alguns casos particulares. Quero dizer, só de olhar para você, eu consigo ver que você é gringo. Mateus, porém, dá para enganar. Parece até brasileiro. Mas ele é uma raridade.

Neste momento, minha co-orientada voltou à conversa, sem ter ouvido a contribuição de nossa amiga:

“Tadeu – dizia – é bem claro quem é e quem não é gringo na grande maioria dos casos. Você só não acha que é, pois você é um dos poucos gringos que passa por nativo. Mas olha só o Mateus! Como é que alguém poderia ver ele e não achar que fosse gringo?”

Conclusão

Costumamos entender o preconceito como algo duradouro, fato revelado por uma campanha anti-racista recente que perguntava aos brasileiros: “Onde guarda o seu racismo?” Esta aceção do fenômeno o situa como um desvio psicológico e duradouro, profundamente pessoal, que pode ser atacado através da educação e da conscientização do indivíduo. Todavia, como deve ser óbvio através dos exemplos dados acima, o tipo de preconceito mais encontrado por gringos no Brasil não está necessariamente enraizado num distúrbio moral ou psicológico que vai contra as normas brasileiras de tolerância ou de justiça e muito menos configura-se como característica permanente. Tipicamente, o preconceito é encontrado num *emprego estratégico* de determinados arquivos de imagens estereotipadas que visam desqualificar um estrangeiro em momentos de conflito, apelando para as caricaturas do gringo, a fim de se esquivar da necessidade de se engajar logicamente aos seus argumentos ou às suas reivindicações.

A característica mais estável desse jogo é o apelo a uma pretensa hierarquia social que “todo mundo” reconhece, na qual o

nativo é tido como naturalmente superior ao estrangeiro. Nessa trama, os *direitos* são (re)-configurados como *privilégios*, partindo-se do *status* presumivelmente inferior do estrangeiro diante do nativo, justamente para evitar qualquer discussão que possa desvendar os interesses em conflito. Nesse sistema de valores, é errado dizer-se que o indivíduo é necessariamente preconceituoso quando ele utiliza a linguagem socialmente reconhecida dos preconceitos para defender seus interesses. “Gringo” – igual a outros adjetivos que podem ser usados para mobilizar o preconceito, como “negro” ou “gay” – é geralmente visto no Brasil como uma palavra neutra, na medida em que o indivíduo rotulado é normalizado como “um dos nossos”. As qualidades negativas do rótulo somente aparecem em momentos de crise. Portanto, acusar alguém de ser preconceituoso contra os gringos, na maioria dos casos, não tem o menor sentido. Tal acusação seria devolvida junto com uma injunção de que o acusador reconhece que o acusado não pode ser preconceituoso, pois tem à sua disposição vários amigos gringos.

O preconceito contra o gringo, então, revela um fato social recorrente no Brasil: aqui, é possível utilizar-se dos preconceitos de forma estratégica, sem necessariamente incorporá-los como generalização que abrange todos os indivíduos da classe visada, em todos os momentos. Portanto, as intervenções sociais contra o preconceito – calcadas na noção da educação e da sensibilização do indivíduo preconceituoso – não de arrefecer, na medida em que ignorarem os jogos de interesses por trás da utilização dos preconceitos.

* *Thaddeus Blanchette é Doutorando em Antropologia Social - Museu Nacional/UFRJ.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor
(1950) *The Authoritarian Personality*. New York: Harper & Row.
- ALLPORT, Gordon
(1954) *The Nature of Prejudice*. Reading, Mass.: Addison-Wesley Pub. Co. [1979].
- BAUMAN, Zygmunt
(1987) *Thinking Sociologically*. Belmont,

CA: Wadsworth Pub.

CORRÊA, Mariza
(2003) *Antropólogas & Antropologia*. Belo Horizonte: Editora UFMG.

HOLANDA, Sérgio Buarque de
(1973) *Raízes do Brasil*. 7ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora.

DA MATTA, Roberto
(1979) *Carnavais, Malandros e Heróis*. Rio de Janeiro: Editora Zahar.

DURKHEIM, Émile
(1978) “As regras do método sociológico” In: DURKHEIM. *Série Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural.

LANDES, Ruth
(1967) *A Cidade das Mulheres*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.

SOUZA CRUZ COMPANY
(1987) *A Presença Britânica no Brasil: 1808-1914*. Rio de Janeiro: Editora Pau-Brasil.

Recursos da internet

JOHNSON, Freya
(1995) “Newt’s Nazis: Pop Culture’s High Other.” In: *Bad Subjects: Political Education for Everyday Life*. #33, Setembro, 1995. Versão eletrônica disponível no <http://eng.hss.cmu.edu/bs>.

NOTAS

1 - Como tenho registrado em outros textos (Blanchette, 2001a; 2001b; 2002), “gringo” é um termo não-pejorativo, geralmente utilizado no Brasil para rotular um estrangeiro em *terras brasílicas*, alguém que “não é nosso, mas está entre nós”. Todavia, aqui utilizo o termo num sentido simultaneamente mais amplo e mais restrito do que em meus trabalhos anteriores. Neste artigo, “gringo” refere-se àqueles estrangeiros, residentes no Brasil, oriundos de nações popularmente entendidas como tendo mais poder e prestígio do que este país no sistema político-econômico internacional. Em particular, falo aqui de gringos nativos dos países da Europa Ocidental, América do Norte acima do Rio Grande, Austrália, Nova Zelândia e, às vezes, África do Sul e Argentina. Nenhum recorte étnico ou de classe está implícito nesse uso do termo “gringo”, embora os gringos mais “clássicos” sejam entendidos pela maioria brasileira como brancos e de classe média.

2 - Note-se que o estrangeiro residente ou naturalizado tem o mesmo direito de usufruir do sistema educacional brasileiro que qualquer cidadão nativo.

3 - A acusação de que a matéria de Rohter é inválida porque o *Times* a apresentou com fotografias de turistas tchecas gordas é um desvio da questão central, já que o jornalista gringo não foi responsável pela inclusão das fotos e os seus argumentos não foram nelas sustentados. A mídia brasileira, ao salientar a questão das tchecas, está praticando uma variação mais sofisticada do estereótipo do “gringo burro” para desqualificar as palavras de Rohter.

IMIGRANTE NA CIDADE

PARADOXOS E PLEONASMOS

Leonardo Cavalcanti *

A medida que o mundo contemporâneo está se tornando cada vez mais complexo, em que o saber local é constantemente retroalimentado pelo conhecimento global, as chamadas migrações internacionais vêm ganhando um dinamismo singular nos últimos anos. Quando se contemplan as importantes transformações geopolíticas do ocidente, sobretudo aquelas ocorridas na travessia do século XX, observa-se como essas mudanças, que foram de diversas ordens e em esferas distintas da sociedade, também alteraram as imagens e as idéias sobre as migrações. Se as mobilidades humanas, como já se sabe, foram uma constante através das páginas da história, nas últimas décadas, o fenômeno migratório vem se constituindo como um processo fértil para ler e entender a dinâmica das grandes cidades do planeta, que no dizer de Castells (1999), trabalham como “gestoras” do atual processo, real ou imaginário, da globalização.

Mais ainda, caso se parta da hipótese de que se entende com mais clareza a lógica do funcionamento dos sistemas sociais quando se analisa o que está nos seus limites, nas margens, nos pontos de exclusão, então é possível afirmar que os imigrantes contemporâneos, na sua condição extrema de estigmatização social, conformam a imagem do que se rejeita na cidade e, portanto, permite uma análise pormenorizada sobre as próprias lógicas da ordem urbana. A sua condição paradoxal de estar *aqui*, na cidade, mas ser constantemente imaginado como um

intruso ou forasteiro que pertence a algum *ali*, a um outro lugar, evoca uma incoerência em torno à sua figura como ator social. Além disso, provoca o questionamento sobre quem pode e deve ser reconhecido como imigrante no espaço urbano, já que se trata de um lugar marcado pela mobilidade, pelo instável e que está constantemente se estruturando.

Apesar das críticas feitas à Escola de Chicago, entre os méritos que são atribuídos aos seus teóricos, está, sem dúvida, o fato de terem colocado em evidência a formulação de que a cidade somente pode ser entendida como um espaço de heterogeneidade irrestrita, em que não só tolera as diferenças, senão que a fomenta. A corrente a que pertenceram Park, Wirth, Burgess, Mackenzie e Whyte, entre outros, esforçou-se em constatar que o espaço urbano se caracteriza justamente pela inexistência de uma realidade dotada de certa uniformidade. O espaço público, entendido desde a lógica dos teóricos de Chicago, constitui-se como um lugar heterogêneo e como um amálgama de microsociedades, que está formado basicamente por pessoas oriundas de outras cidades, do campo ou de outros países. O fenômeno migratório representaria, assim, o alimento indispensável para que a cidade possa se reproduzir e sobreviver.

Contraditoriamente, em espaços urbanos complexos, marcados pela sinfonia das diferenças, como podem ser as grandes cidades européias, o discurso dominante, político, da mídia e, em parte, também acadêmico, empenha-se em apresentar o fenômeno da imigração como

um “problema”, quando, na verdade, é a solução para garantir a sobrevivência da cidade.

A imigração não-comunitária se converteu em um tema comum dentro da órbita européia, compartilhado tanto pelos formadores de opinião pública, pelas universidades, pelos meios de comunicação de massa, pela conversa informal no meio popular, pelas instâncias políticas. Todo mundo se sente no direito de “opinar” sobre o que fazer com “eles”. Cada vez mais, produzem-se eventos e atividades relacionadas com os imigrantes nos mais diversos âmbitos de notícias, programas de televisão, declarações políticas, campanhas de beneficência, congressos, seminários, jornadas de sensibilização, que já formam parte do cotidiano dos europeus, em que, muitas vezes, transformam o fenômeno da imigração como um problema que possui uma *presença aparentemente definitiva*.

Um sujeito que acaba se convertendo, paradoxalmente, em “outro”, o que não deixa de ser um disparate, pois atribuir a determinados personagens urbanos o estereótipo de “diferente” seria escorregar em um pleonismo, dado que nos contextos urbanos todo mundo é de fato um “outro” entre muitos “outros”. O paradoxal é que em cidades como Madri e Barcelona, por exemplo, consideradas como “cidades globais”, para utilizar uma expressão de Sassen (1991), em que se pode confirmar que o núcleo central dessas sociedades está caracterizado justamente pela diversidade, todos são de fato “diferentes” e “outros”, entretanto aos imigrantes sobram os

discursos que os estigmatizam e rotulam as suas diferenças. Aqui se está diante de um paradoxo das sociedades contemporâneas, nas quais todas as "diversidades" não são igualmente valorizadas.

A indefinição e a ambigüidade na hora de definir a quem se deve atribuir o qualificativo de imigrante na cidade, estão fundadas em argumentos que contradizem o reconhecimento e o registro do espaço público como um lugar mergulhado na diversidade. Pensar a cidade como um ambiente cultural coeso e invariável é formular uma de suas antíteses, pois nela se produz um oceano de gentes, em que as dessemelhanças de formas, cores e movimentos orquestram esse mar de outros, no qual coexistem muitos *outros distintos*. Cabem, por conseguinte, as interpelações: Por que, em um espaço em que todos são diferentes, algumas diferenças incomodam tanto? Se a migração é de fato um fenômeno, o que justifica os discursos que insistem em apontá-la como um problema? Quem na cidade deveria ser reconhecido como imigrante e por quanto tempo?

O presente texto procurará aprofundar questões como essas, assim como refletir sobre a construção simbólica da figura do imigrante. Um personagem que é constantemente apontado como dono de um lugar diferenciado, lugar do outro, do estranho, do intruso, do forasteiro e, geralmente, é associado a um problema a ser resolvido, quando, na verdade, representa a vitalidade, a renovação e a continuidade da cidade. Essas contradições, que serão matizadas a seguir, não deixam também de denunciar alguns dos paradoxos do mundo contemporâneo, pois, de acordo com Garcia Canclini (1990), ao mesmo tempo que vivemos em uma época de fraturas e heterogeneidades, de segmentações dentro de cada repertório nacional, cujos próprios grupos locais se comunicam e se identificam de forma fluida com ordens e símbolos transnacionais, não cessam os discursos que não se cansam de apontar que a presença dos chamados imigrantes representa uma "ameaça" e um "problema" para as cidades contemporâneas.

UM RACISMO SEM RAÇA

No tocante ao protagonismo dos estudos antropológicos sobre o fenômeno migratório contemporâneo, não cabe nenhuma dúvida que um olhar em profundidade é a mirada que melhor identifica o labor antropológico ao refletir sobre a imigração e os migrantes. No entanto, observa-se com frequência, como nos meios de comunicação, nas declarações políticas, nas conversas informais, etc., recorre-se sistematicamente às contribuições antropológicas, por meio de enfoques curtos, intervenções breves, aproximação de fatos de modo superficial, o que seria a antítese mesma da pesquisa antropológica. Os conceitos e as noções que, muitas vezes, já foram rebobinados e re-significados pela própria antropologia são constantemente utilizados de modo superficial para se referirem aos imigrantes.

A utilização de termos como cultura, etnia, diversidade cultural, multiculturalismo, interculturalismo, entre outros, estão na pauta cotidiana dos discursos que opinam sobre "o que fazer" e "como fazer" com os imigrantes na cidade. Muitas vezes, utilizados de modo banal, esses conceitos terminam, incoerentemente, sendo argumentados de modo distorcido para justificar ou fundamentar determinadas ações políticas que visam manter uma parte da população nos estratos mais vulneráveis da estrutura social e, portanto, nos pontos de exclusão.

Entretanto, a noção de etnia aparece como uma das mais utilizadas na retórica desses discursos. Segundo Aramburu (2000), depois da Segunda Guerra Mundial, muitos foram os autores que substituíram a noção de "raça" pela de "etnia" como critério de categorização sociocultural. Do século XV ao XIX, o termo raça esteve presente no vocabulário europeu como associado a uma vertente mais biológica, que determinava, em parte, as características psicológicas, intelectuais e comportamentais da pessoa ou do grupo. No entanto, depois das atrocidades mundialmente conhecidas na Segunda Guerra Mundial e com os avanços científicos, demonstrando que na espécie

humana não existem "raças" em termos estritamente biológicos, esse termo foi entrando em desuso e em descrédito, sobretudo porque ficou comprovado que, por debaixo da pele e dos traços físicos, os seres humanos são quase que idênticos geneticamente (Wieviorka, 1992).

Ademais, se de alguma maneira a palavra raça ressuscitava o velho demônio do racismo, as categorias étnicas, ao colocar uma acentuação em especificidades culturais, marcavam distâncias das questões biológicas ou genéticas. Assim, as categorias étnicas ou culturais são racializadas, garantindo o caráter ideológico-político de um sistema que visa manter a discriminação e a dominação de um grupo sobre o outro. Em lugar de *inferiorizar* o "outro" por um marcador biológico, o que se faz é exaltar e hierarquizar as *diferenças* "étnicas" e as *identidades culturais*, em que a identidade coletiva se concebe cada vez mais em termos étnicos ou culturais e apenas esporadicamente se faz referência ao "sangue" ou à "raça".

Dando um passo mais adiante, seria oportuno colocar mais lenha na fogueira que polemiza sobre os chamados novos racismos e as novas retóricas de exclusão. Até que ponto não seria pertinente questionar se essa ênfase em exaltar a diferença absoluta, irredutível e incomensurável das "identidades culturais" não esconde um racismo "camaleônico", "diferencial"; "clandestino" ou "polimórfico" (Balibar, 1991; Goldberg, 1993 e Taguieff, 1990) que muda de cor e de forma, podendo adotar diferentes critérios conforme o que seja coletivamente mais assimilado como pertencente à "ordem natural das coisas". Naturalizando as diferenças e fundamentando as desigualdades sociais, formulam-se novas formas de racismos que mudam constantemente de acordo com o contexto histórico e social.

Assim, pode-se falar de um racismo cultural ou étnico que, ao diferenciar negativamente as particularidades de determinado grupo humano, justifica a sua exclusão por indicar um certo tipo de inferioridade étnica ou cultural. O processo de racialização se fundamenta agora em especificidades religiosas, nacionais,

regionais, etc, que justificam e racionalizam sistemas de desigualdade, exploração, opressão e conflito. Da mesma forma que advoga pelo direito de salvar a inexistente integridade cultural do grupo receptor, nem que para isso tenha que marginalizar, excluir, expulsar ou impedir o acesso dos supostos "intrusos" que ameaçam a "pura" e "magnífica" coesão cultural. Dessa maneira, reedita-se a terrífica imagem do bárbaro invasor que ameaça com sua periculosidade e, por isso, é necessário se livrar dele o quanto antes.

A utilização trivial da palavra etnia para designar grupos, produtos e condutas dos imigrantes exalta uma diferença que contrasta com uma inexistente pureza cultural do chamado grupo autóctone. Assim, um restaurante paquistanês ou um açougue marroquino, em Barcelona, são denominados de negócios étnicos, enquanto um Ginos ou um Bob's são franquias multinacionais. Um programa de televisão árabe é denominado de mídia étnica, mas um da BBC não. No repertório do conjunto étnico, encontra-se uma infinidade de termos como bairros, comidas, músicas, danças, entre outros, que insistem, sem trégua, em "etnificar" determinado grupo de imigrantes, considerando algumas particularidades dos indivíduos como se fossem características inatas, semelhantes a uma espécie de código hereditário. Inclusive dentro do próprio grupo nacional, utilizam de modo pejorativo o termo etnia, no sentido de inferiorizar determinado grupo de imigrantes internos. Outro dia, alguém falava em um desses "não-lugares" (Augé, 1995) urbanos de São Paulo em uma possível "etnia nordestina", da mesma forma que se fala de etnia negra, latina, indígena, cigana, árabe; em contrapartida, etnia paulistana, inglesa ou americana é impensável. O curioso é que dentro de uma cidade como, por exemplo, São Paulo, que na definição do poeta "é o país dentro do país"¹, apenas alguns sotaques ou especificidades regionais são exaltadas negativamente. A transformação de determinados sujeitos urbanos em minorias étnicas, em nome de uma suposta diferença cultural, termina por deixar claro que, a exemplo de todas as experiências históricas do racismo, o que se trata é de combinar

uma hierarquização com uma diferenciação, a fim de marginalizar, excluir e explorar determinado grupo humano.

Tanto as retóricas culturalistas ou o "fundamentalismo cultural", para fazer alusão a Stolcke (1995), como a transformação do imigrante em personagem público responsável por todos os males sociais, são utilizados para aumentar a antipatia popular com os imigrantes e justificar as retóricas de exclusão. Enquanto se tenta "homogeneizar" determinados aspectos da população autóctone, esquece-se de visualizar a heterogeneidade dos imigrantes.

A retórica excludente utilizada também no meio popular está baseada em estereótipos homogêneos, ainda que cotidianamente muitas pessoas tenham contato direto com os imigrantes, elas insistem em empregar atributos generalistas ao se referir aos árabes, aos latinos, aos chineses, ou a outros coletivos, inclusive quando se utilizam da sua própria experiência pessoal e cotidiana. É relativamente habitual se escutar de um trabalhador europeu que determinado grupo de imigrantes se comporta segundo determinados estereótipos, mas que conhece um companheiro de trabalho que é uma exceção. Essa ressalva acaba confirmando que, através da exceção, corrobora-se uma perversa generalização preconceituosa dos chamados imigrantes. Outro dia eu escutava uma frase em uma conversa informal que ilustra essa reflexão: *"eu vou me casar com uma africana, mas ela é jornalista, culta, inteligente e trabalhadora. Minha família que é um pouco racista, no começo não gostou da idéia, mas até que está aceitando pelo fato de ser uma negra como ela"*.

De modo geral, essas posições e esses discursos racistas, xenófobos ou carregados de "alterofobia", para utilizar um pensamento de San Román (1996), não são rígidos e se mesclam com outras questões de ordem puramente ideológica. Naturalizando as desigualdades e negando aquilo que Lefevre (1978) chamou um dia de o "direito à cidade", os imigrantes residentes nas principais urbes européias são vítimas de um insólito "racismo sem raça".

DISCURSOS, RETÓRICAS E METÁFORAS DE EXCLUSÃO

O jogo simbólico que está por trás da própria denominação imigrante, opera no sentido de marginalizar determinados grupos, fazendo com que ocupem lugares inferiores no sistema social e sejam responsabilizados por todos os tipos de males. Inclusive no caso de pessoas que gozam plenamente dos mesmos direitos jurídicos e políticos do Estado-nação, como no caso dos estrangeiros que obtiveram a dupla nacionalidade ou dos próprios imigrantes internos, eles estão condenados a viver à margem, nos lugares inferiores da estrutura social. Ainda que tenham o direito de equidade perante a lei, são vistos socialmente como atrasados e com dificuldades de entender o "universo cultural" da sociedade receptora.

A propósito, essa operatividade simbólica fica mais evidente quando se percebe como a designação daquele que poderia ser denominado como "imigrante" pode variar de acordo com o contexto sociopolítico de determinado lugar. A Espanha pode ser citada como um bom exemplo para ilustrar esse raciocínio. Nas últimas duas décadas, com a afluência de imigrantes originários fundamentalmente da África, da América Latina e da chamada Europa do Leste, a Espanha se consolidou como um país receptor de trabalhadores estrangeiros, e a imigração nesse país foi profundamente ressignificada. Os imigrantes internos foram pouco a pouco perdendo seu "grau de imigridade". As pessoas procedentes de outras regiões da Espanha, que eram denominadas pejorativamente, por exemplo, como "xarnegos" ou "maketos", na Catalunha e no País Basco, respectivamente, ficaram invisibilizados com a chegada dos imigrantes estrangeiros. Já os chamados "moros" ou "sudacas", como são conhecidos de modo pejorativo os árabes e os latino-americanos, respectivamente, foram ganhando um lugar de diferente e estranho, que antes pertencia aos imigrantes internos. Se em um passado recente, as pessoas vistas como

perturbadoras da paz social, como barulhentas, com um sotaque “deselegante”, mal-educadas, com um temperamento agressivo e com costumes que, inclusive, poderiam ameaçar a integridade cultural da comunidade receptora eram os chamados imigrantes internos, na atualidade os estrangeiros passaram a ser culpabilizados por todos os males possíveis.

Por outro lado, não seria inoportuno questionar as chamadas ciências sociais ou humanas, a fim de entender o que define o imigrante como uma categoria social. A propósito, caberia o questionamento sobre quem na cidade merece ser definido e taxado como imigrante. Sabe-se que o termo imigrante procede da demografia e faz referência a uma pessoa que saiu de seu lugar de origem para viver em outro. Seguindo essa lógica, Delgado (1996) indaga sobre a validade desse argumento, no âmbito da produção acadêmica, dado que a expressão imigrante constitui um participio do presente, que indica um estado ainda em trânsito. Sendo assim, somente poderia ser denominado imigrante uma pessoa que acaba de chegar, uma figura efêmera que logo será absorvida pela dinâmica da urbe. Para quem já está estabelecido no seu lugar de destino, haveria, então, que se empregar o termo “imigrado”. Seguindo esse raciocínio, seria mais paradoxal ainda falar de imigrantes de “segunda ou terceira geração”, dado que esses estariam sendo identificados pelos deslocamentos de seus ascendentes, marcando-os, assim, com uma espécie de “pecado natural” ou uma marca indelével de “imigridade”, quando, de fato, já estão há muito tempo imersos no tecido social urbano². Dando continuidade às considerações do mencionado autor, aquele a quem se denomina imigrante não é uma figura objetiva, senão um personagem imaginário, em que recai um atributo carregado de princípios negativos, cuja intencionalidade passa pela ordem ideológica.

Em contrapartida, o próprio Estado-nação se encontra diante de imprecisões, também carregadas de sentido ideológico, na hora de definir esse “personagem conceitual”, para fazer eco a Deleuze. Nem a toda pessoa que abandonou seu território

de nascimento é conferido o mesmo qualificativo de imigrante. Dessa forma, as denominações de “estrangeiro” e de “imigrante” recebem um reconhecimento distinto. Para Sayad (1998), ambas as expressões não implicam, necessariamente um mesmo estatuto social. No que se refere ao marco jurídico, existe uma legislação que regula o estrangeiro, seus direitos e seus deveres, com relação à sua presença e permanência dentro do território. Já do ponto de vista social, surge a figura de “imigrante”. Enquanto a denominação de estrangeiro, em geral, está associada a um indivíduo procedente de uma nação economicamente mais desenvolvida, a de imigrante significaria, justamente, o contrário, uma pessoa que é natural de um país ou lugar economicamente menos favorecido, que tem um umbral de pobreza muito grande e por isso “exporta” imigrantes³.

Os imigrantes também são vítimas de metáforas que provocam a hostilidade popular, em que, muitas vezes, são comparados a um câncer, a uma epidemia ou a uma praga que cresce e destrói tudo e todos. Na observação de Van Dijk (1997), o tratamento da mídia e parte do discurso da opinião pública sobre os imigrantes, em diversos países da Europa, está constantemente associado à violência, aos distúrbios, ao caos urbano e às manifestações. Em muitas ocasiões, associa-se a imagem dos imigrantes procedentes da África, que chegam em embarcações precárias, com destino às costas espanholas, a eventos que causam temor na população, como, por exemplo: *avalanche* de imigrantes, *bomba* da imigração, *maremoto* de imigrantes.⁴ Dessa forma, as pessoas originárias do chamado Terceiro Mundo que vivem nos países “desenvolvidos”⁵ são acusadas constantemente de todas as mazelas e desgraças possíveis. No entanto, as temáticas relacionadas ao êxito e às contribuições dos imigrantes nos diversos campos sociais, assim como os aportes das suas experiências de vida e das ações não-estereotipadas, são, com frequência, desvalorizadas.

De modo geral, a prática discursiva em relação ao imigrante está dotada de sentidos e ênfases que convertem o

estrangeiro em uma figura que gera pânico social. Na Espanha, por exemplo, enquanto os cientistas sociais das mais diversas províncias espanholas vêm denominando de “fenômeno” a imigração não-comunitária, o discurso político, os meios de comunicação e a opinião pública em geral a classificam como um “problema”⁶. Essa identificação da imigração como um “problema” se viu refletida nas pesquisas de opinião pública⁷, revelando que a imigração já se constitui como o terceiro “problema” para a população espanhola, só ficando atrás do desemprego e do terrorismo do grupo ETA⁸. Assim, essa representação promove sentimentos de incômodo, insegurança ou medo com respeito aos imigrantes. A denominação de “problema” para definir o “fenômeno” da imigração, apresentando-o como uma ameaça à estabilidade social do Estado, bem como as contínuas medidas sociojurídicas e administrativas que limitam a cidadania do imigrante e os crescentes discursos que exaltam a homogeneidade cultural como condição do ideal de convivência social, traduzem-se, para Stolcke (1996), em uma *nova retórica da exclusão na Europa*.

Os imigrantes se vêem imersos nos mecanismos de vigilância e controle que alcançam de modo mais contundente aqueles rotulados como diferentes. Reconhecidos e caracterizados socialmente como tais, seja pelo seu aspecto físico, pelo seu modo de falar, pelos seus costumes específicos, seja por qualquer outro aspecto que possa considerar-se como um sinal de pertencer a um país menos desenvolvido economicamente, os imigrantes são distinguidos como “gente diferente”.

Dessa maneira, são freqüentes os interrogatórios a que são submetidos os imigrantes, que podem vir tanto de policiais que os surpreendem enquanto passeiam pelos espaços públicos, como de um companheiro de trabalho, de estudo ou de qualquer cidadão, na zona rural ou urbana. Cotidianamente questionados e vigiados, para utilizar uma metáfora foucaultiana, os imigrantes são percebidos imaginariamente como “outro”, a partir de aspectos que acentuam a sua “estranheira”. Distinguido por supostas “diferenças”

culturais, raciais, fenótipas, entre outras, o imigrante fica cada vez mais vulnerável ao controle que o limita social e culturalmente. O seguinte discurso de um brasileiro ajuda a entender melhor como essas questões estão impregnadas no dia-a-dia:

“Eu sou brasileiro, mas como brasileiro é parecido mesmo com todo mundo, às vezes, tem gente que pensa que sou um africano. Um dia, entrei num desses botecos para comer alguma coisa, e já era tarde, entrei e perguntei se ainda tinha alguma coisa para picar e, em vez de o homem me responder o que tinha para comer, foi logo me dizendo que era melhor eu procurar outro lugar porque o que tinha era comida feita com carne de porco e que eu não podia comer porco. Fiquei sem acreditar, Meu Deus!!! Que ignorância, ele pensou que eu era muçulmano. É sempre assim, na rua, nas lojas, nas lanchonetes, todo mundo fica perguntando de onde eu sou, o que eu faço aqui (...), um bocado de pergunta, que às vezes enche o saco e tenho vontade de mandar todo mundo para aquele lugar (...), já o meu companheiro de piso, que também é brasileiro, só que é branco e parece um europeu, ninguém enche tanto o saco dele, desde que ele não abra a boca, porque quando abre a boca, com aquele espanhol misturado com sotaque de mineiro (risos) (...) todo mundo começa a fazer o mesmo interrogatório. Isso é pior de que no tempo que meu pai foi pedir ao meu avô a mão da minha mãe para casar. Acho que nem meu avô fazia tanta pergunta como esse pessoal faz aqui.” (Paulo, 28 anos; 2 em Barcelona. Trabalho de campo 2002)⁹.

A sua presença, identificada com frequência como procedente de uma região atrasada e pouco civilizada, em geral, é percebida como demograficamente excessiva. Quando os partidários de frear a imigração utilizam o chamado “imperativo territorial” dos etnólogos que afirmam que um grupo animal tende a defender seu território quando este é “invadido” entre 12% e 15%, para justificar a tendência “natural” de parte da sociedade a rechaçar os imigrantes em defesa da “manutenção da cultura”, eles “esquecem” que a cidade está formada por

um sistema aberto, complexo e ativo. Desde a física, autores como Prigogine e Stengers (1994), ao comparar a estrutura de uma célula com a de uma cidade, afirmam que ambas não somente são sistemas que estão abertos, senão que se alimentam e vivem de fato do mundo exterior.

Por outro lado, pode-se afirmar que o trabalho levado a cabo pelos imigrantes restringe-se às atividades que a maioria dos autóctones não aspira desempenhar. Ainda assim, não faltam os discursos que insistem em limitar a afluência de imigrantes sobre o argumento de que “eles” são os responsáveis pelo aumento do desemprego. Esse tipo de retórica parte do pressuposto de que, em uma economia estática e fechada, quando alguém ascende a um posto de trabalho, este é, necessariamente, perdido por outra pessoa. Nesse tipo de raciocínio, não se considera que o dinamismo econômico, nesse caso, impulsionado pela imigração, possa ser um motor que repercute numa maior ocupação profissional. Qualquer generalização resulta arriscada, mas é possível afirmar que, nos países europeus, os imigrantes tendem a ocupar postos de trabalho pouco qualificados, temporários e, na maioria dos casos, com baixa remuneração, realizados em condições precárias e sem participação ou presença sindical. Para Izquierdo (1996), está-se tratando de uma inserção profissional desfavorecida e do aumento da economia submersa, sem proteção e excluída de direitos.

Como “bodes expiatórios” de todos os males, os imigrantes são injustamente acusados pelas principais questões que preocupam a população. O desemprego, o aumento da insegurança, a deterioração dos serviços sociais, a escassez da moradia, entre outras temáticas que preocupam também o chamado Primeiro Mundo, são, muitas vezes, responsabilizadas pela “excessiva” presença dos imigrantes. Muitos são os líderes de partidos conservadores e da extrema direita que não se cansam em argumentar que os estrangeiros são os responsáveis por todas as desgraças morais e sociais. Ao acusarem de modo pragmático e mágico os imigrantes, “esquecem-se” de debater as principais causas da recessão econômica

e do ajuste capitalista que atinge praticamente toda a economia mundial.

Em suma, a figura do imigrante assume um exagerado protagonismo nas principais cidades européias, em que todos, seja nas conversas informais, nas associações de moradores, nas entrelinhas dissonantes dos discursos e das práticas dos políticos, nas tempestades de imagens e notícias da imprensa escrita ou televisiva, na quantidade de seminários, congressos, campanhas de sensibilização, em que a maioria das pessoas não cessa de opinar e divergir sobre como “integrar” os imigrantes ou o que fazer para que a população “tolere” essa presença. No entanto, referir-se aos imigrantes no espaço urbano em termos de integração, multiculturalidade, interculturalidade, etc., seria, outra vez, cair em um rodeio de palavras e incorrer em um circunlóquio, dado que, como adverte Delgado (1996), uma cidade é reconhecida como um lugar de hibridizações generalizadas e como um amontoado de legados e trânsitos que emergem em meio a um emaranhado de diversidades, em que aqueles que reivindicam o direito de igualdade o fazem justamente porque antes conquistaram o direito de ser reconhecidos como diferentes.

À GUIA DE CONCLUSÃO

Questionar e repensar a operatividade simbólica que se criou em torno da figura do imigrante não desacredita a realidade atual das grandes cidades do planeta. Pelo contrário, intensifica uma reflexão que se centra em olhar o contexto urbano como um lugar em que a existência de imigrantes e do chamado fenômeno migratório é tão presente, como decisiva para a sua existência e reprodução. No entanto, em uma sociedade contemporânea marcada por humanidades diferenciadas, em que a dinâmica econômica e demográfica levou um grande número de pessoas a dividir o mesmo espaço público, apenas algumas diferenças são realçadas negativamente.

Da mesma forma, não se trata de desconhecer as diferentes formas de organização de vida e os distintos sistemas de significados dos grupos humanos. Igualmente, sabe-se que a humanidade se

comportou sempre de modo dinâmico e que já não é novidade afirmar que, nos últimos anos, o chamado objeto clássico da pesquisa antropológica, constituído basicamente por seres que viviam em sociedades tribais, isolados, que estavam em um lugar longínquo, agora estão também nas ruas, nas festas, na vizinhança, nos edifícios, nos bairros ou em uma atividade cotidiana da urbe. Com essa mudança sociocultural era de se esperar que as fronteiras, em seus múltiplos aspectos, fossem cada vez mais diluídas, entretanto, observa-se como os muros visíveis e invisíveis crescem cada vez mais com uma força assustadora.

Além disso, não cabe dúvidas de que a diversidade cultural existe por si mesma e que há uma diferença objetiva entre comunidades diferenciadas, apesar de que, como ensinou Barth (1976), esse tipo de identidade se forma em contraste com outros grupos. No entanto, o objetivo, aqui, não é entrar no mérito da discussão sobre a formação da identidade étnica, ao contrário, a intenção é apontar como se utiliza, politicamente, a diversidade cultural para excluir determinados grupos, ativando suas supostas diferenças para limitar e impedir qualquer possibilidade de estar em contato.

Assim, a dualidade, de certo modo esquizofrênica e carregada de um sentido ideológico, cria, de um lado, os autóctones, aqueles considerados “daqui”, e, de outro lado, os denominados imigrantes, os que são de “fora” e que deverão estar situados nos degraus mais baixos do sistema, porque são “perigosos” para a organização social e “ameaçam” a integridade e a pureza cultural e identitária. Entretanto, esse tipo de ordem, apesar de contradizer toda a lógica urbana, revela-se muito útil para a instalação de um preconceito e de uma discriminação que estará marcada por uma diferenciação e hierarquização. Em outras palavras, está-se diante de novas formas de racismos cada vez mais sutis e cruéis.

Concluindo, vale a pena ressaltar a idéia de que, no espaço urbano, ninguém deveria ser taxado de intruso, invasor, forasteiro ou mesmo imigrante, pois, parafraseando o filósofo, de alguma maneira, todo habitante de uma urbe é, de certa forma, estrangeiro em sua relação

com o espaço público.

* *Leonardo Cavalcanti é Pesquisador Pós-doutoral, Universidade Autônoma de Barcelona – Espanha.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUGÉ, Marc
(1995) *Los 'no lugares' espacios del anonimato. Una antropología de la sobremodernidad*. Barcelona: Gedisa.
- ARAMBURU, M.
(2000) *Bajo el signo del gueto. Imágenes del "immigrante" en Ciutat Vella*. Tesis doctoral presentada en el Departamento de Antropología Social. Universidad Autónoma de Barcelona.
- BALIBAR, E. & WALLERSTEIN, I.
(1991) *Raza, nación y clase*. Madrid: Iepala.
- BARTH, F.
(1976) (comp.) *Los grupos étnicos y sus fronteras*. México: FCE.
- CASTELLS, Manuel
(1999) *Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- DELGADO, Manuel
(1996) *Ciutat i immigració*. Barcelona: Centre de Cultura Contemporània de Barcelona.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor
(1990) *Culturas híbridas: estrategias para entrar y salir de la modernidad*. México: Grijalbo.
- GOLDBERG, D. T.
(1993) *Racist Culture. Philosophy and the Politics of Meaning*. Londres: Blackwell.
- IZQUIERDO, A.
(1996) *La inmigración inesperada. La población extranjera en España (1991-1995)*. Madrid: Editorial Trotta.
- LEFEBVRE, Henri
(1978) *El derecho a la ciudad*. Barcelona: Península.
- PRIGOGINE e STENGERS
(1994) *La nueva alianza*. Madrid, Alianza.
- SAN ROMÁN, T.
(1996) *Los muros de la separación. Ensayo sobre alterofobia y filantropía*. Barcelona: Tecnos; Universitat Autònoma de Barcelona.
- SASSEN, S.
(1991) *The global city: New York, London, Tokyo*, Princeton University Press.
- STOLCKE, V.
(1995) "Talking Culture: New Boundaries, New Rhetoric of exclusion in Europe". *Currently Anthropology*, 36, pág. 1-24.
- SAYAD, Abdelmalek.
(1998) *A imigração ou os paradoxos da alteridade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo.
- TAGUIEFF, P. A.
(1990) "La identidad francesa y sus

enemigos. El tratamiento de la inmigración en el nacional-racismo francés contemporáneo." *Debats*, 17 Valencia, pag. 22-42.

VAN DIJK, Teun A.

(1997) *Racismo y análisis crítico de los medios*. Buenos Aires: Paidós.

WIEVIORKA, M.

(1992) *El espacio del racismo*. Barcelona: Paidós.

NOTAS

1 - Caetano Veloso, em show por ocasião do aniversário da cidade de São Paulo, em janeiro de 2004.

2 - Quanto às pesquisas em migrações, a utilização do termo "imigrante", "imigrado" ou qualquer dos neologismos dos quais se faça uso, é indistinto, dado que todas essas expressões se referem a uma parte dos habitantes da cidade.

3 - É importante apontar que essa fronteira não é tão rígida, pois mesmo dentro de um mesmo grupo nacional que é identificado como um país de emigrantes, algumas pessoas podem ter um status social de "estrangeiro", como é o caso de diplomatas, artistas, estudantes, esportistas, entre outros.

4 - Como, por exemplo, as teses xenófobas utilizadas na última eleição da Suíça, que levaram ao poder Christoph Blocher, líder do partido de extrema direita suíço, o qual defendia na campanha eleitoral, entre outras coisas, que "o mal vem de fora".

5 - Entendido o conceito de desenvolvimento de acordo com os critérios estabelecidos pelos organismos internacionais.

6 - Ao se referir à opinião pública, à mídia e ao universo político, o texto não pretende assumir uma atitude generalista, tampouco afirmar que todos os espanhóis têm atitudes xenófobas ante o imigrante. Na Espanha, também existe um debate coerente que se propõe a "historicizar" a imigração e refleti-la de modo mais dinâmico. Além do mais, existem cerca de quatro milhões de espanhóis que participam ativamente como voluntários em instituições que trabalham, entre outras coisas, diretamente com os imigrantes. Assumir uma visão generalista, seria cair numa atitude preconceituosa com a academia e com uma significativa parcela da sociedade espanhola.

7 - Dados dos *Barómetros de Opinión del Centro de Investigaciones Sociológicas, CIS*, consultados em http://www.cis.es/bd_estudios.asp?tema=23; último acesso em 29 de novembro de 2002.

8 - O grupo ETA é uma organização separatista do País Basco que reivindica a independência de sua região, utilizando táticas terroristas.

9 - Esse relato foi extraído do trabalho de campo realizado pelo autor com o objetivo de construir sua tese doutoral, que teve como temática o estudo dos imigrantes brasileiros na cidade de Barcelona.

A IMAGEM DOS REFUGIADOS KOSOVARES EM JORNAIS ITALIANOS ENTRE MARÇO E JUNHO DE 1999

*Kamila Kowalska **

(Tradução do italiano por pe. Giuseppe Bortolato)

“No transcorrer da última semana de março de 1999, o mundo foi invadido pelas imagens televisivas dos albaneses que fugiam do Kosovo. As cenas apresentadas comoviam os numerosos espectadores do mundo todo e os repórteres de televisão, especialmente aqueles das maiores agências, entre as quais BBC, CNN, SKY, etc., informavam a respeito das tragédias de gente obrigada a deixar as próprias casas. Eram exibidas as imagens da destruição completa de refinarias, pontes, casas, fábricas e estações de TV. Em meio a isso tudo, podiam ser vistas as multidões de jovens que se manifestavam nas praças das cidades sérvias, cantando e proclamando slogans cheios de ironia, raiva mas também de humorismo. Em seguida se voltava ainda às imagens das casas destruídas, do trem que tinha sido bombardeado e dos rostos destruídos de albaneses em fuga, que se dirigiam em fila em direção às fronteiras...” (Lukovic, 2000:7).

De um ponto de vista geral, não há dúvida de que o papel dos Meios de Comunicação, na difusão das informações a respeito dos acontecimentos de países diferentes e distantes, no que tange às

guerras, os fugitivos, mas também a respeito da imagem dos estrangeiros, da imigração e da variedade das culturas é muito relevante e, outrossim, indispensável. As coisas, às quais um espectador por si só jamais poderia ter acesso, por motivos de língua e cultura, bem como pelas grandes distâncias, ou simplesmente pela periculosidade da situação em casos de conflitos, tudo isso vem superado através dos Meios de Comunicação, que nos trazem diretamente em casa qualquer imagem. A pergunta fundamental que se impõe é, porém, até que ponto a imagem transmitida reflete o objeto em questão de forma neutra e quando, pelo contrário, começa a condicionar o espectador. Para que a imprensa não tenda a reproduzir uma imagem estereotipada ou prejudicial dos estrangeiros e das diversidades, no decorrer do último decênio foram assinadas, na Itália, três cartas de princípios com relação à imprensa e imigração: a Declaração do compromisso de uma informação pluralista (1993-1994), a Carta de Ercolano (1995) e as Recomendações para uma informação não racista (1996). As regras anunciadas nesses documentos convidam os jornalistas a combater os estereótipos sobre a imigração, a abster-se

de julgamentos que não sejam comprovados pelos fatos, a evitar julgamentos e discriminações na linguagem e nas manchetes e a levar em conta a mudança do sentido das palavras no tempo. Os resultados obtidos pelas pesquisas, no âmbito da relação dos Meios de Comunicação italianos e os imigrantes, entre eles, as pesquisas realizadas pelo Centro de Estudos Inter-culturais da Universidade de Verona nos anos 1998-2002; pelo Censis a respeito do tema dos imigrantes e das minorias étnicas nos Meios de Comunicação (realizado entre maio e setembro de 2001); pela agência ANSA, e também do estudo aqui apresentado, é mais que evidente que estes princípios nem sempre foram obedecidos e plenamente respeitados (Licata, 2003:128).

E isto acontece pelo fato de que a relação entre imigrantes e Meios de Comunicação adquire uma característica relevante: não é uma relação equânime, recíproca e, conseqüentemente, assume com frequência, uma forma desequilibrada pelo “peso” maior de uma das partes, os meios de comunicação. A concorrência entre os meios de comunicação, a força de uns e a fraqueza de outros, a briga permanente pelo furo de reportagens ou

pela notícia mais impactante, fazem com que existam sempre mais pontos de interrogação com relação à neutralidade da notícia e a influência a respeito da informação por parte de quem a transmite.

Os meios de comunicação, no que tange à imigração, detêm o poder absoluto, pois são eles mesmos os criadores da imagem dos estrangeiros que será absorvida depois pela sociedade.

Nem sempre o destinatário que recebe a informação através dos meios de comunicação está em condições de questionar se a imagem é de fato real, ou se está influenciada pela opinião política e pela formação de quem informa, da linha política dos meios de comunicação, da opinião pública corrente, ou ainda pela necessidade de evidenciar uma certa notícia para poder encobrir uma outra. Os meios de comunicação se defendem afirmando, repetidamente, que o papel deles no desempenho da informação, da instrução e da atualização permanente, considerando a diversidade de interesses no interior da própria sociedade, é muito complexo; portanto, para conseguir alcançar a todos sentem-se obrigados a simplificar a notícia, usando modelos já existentes e bem compreensíveis. Pode ser até verdade: precisa, porém, tomar consciência do fato que através dos modelos nem sempre se consegue traduzir a realidade.

O FENÔMENO DA “MEDIATIZAÇÃO” E AS SUAS CONSEQUÊNCIAS NA ITÁLIA

A questão do quarto poder, ou seja, o poder da mídia e o papel da mesma em influenciar e guiar tanto as decisões políticas, quanto a opinião pública, conhecido também como “o efeito CNN”, é considerado por muitos preocupante e, mais que isso, questionável. “Este problema, sobretudo no caso da assim chamada ‘mediatização’ da política, emergiu depois da Segunda Guerra Mundial, junto com o desenvolvimento dos meios de comunicação e da descoberta e evolução das técnicas de persuasão cada

vez mais presentes nos discursos dos políticos. A ‘mediatização’ da vida política, considerada como o sinal dos nossos tempos, faz com que a esfera política seja transformada e modernizada pelos meios de comunicação, os quais não representam mais, exclusivamente, os porta-vozes oficiais, mas assumem o papel de poderosos atores da política mundial, capazes de criar suas próprias idéias e formar uma nova opinião pública” (Dobek-Ostrowska, 1999:128). Por quanto o fenômeno do “efeito CNN” possa ser marginalizado ou mesmo ignorado pelos próprios políticos, não há dúvidas que na maior parte dos conflitos acontecidos recentemente (se não em todos), a influência e a relevância da mídia em criar o clima da opinião pública foi bastante notável. Tudo isto vem causado pelo fato que, escolhendo uma notícia para transmitir, “os meios de comunicação concentram a atenção da sociedade em alguns fatos, frequentemente aqueles de maior visibilidade, como as guerras, os atentados terroristas, as revoluções e as catástrofes, ignorando os demais. Promovem assim um tipo de hierarquia dos temas “importantes” e fortemente sentidos pela sociedade, portanto, não indiferentes às decisões tomadas pelos políticos” (Dobek-Ostrowska, 1999:133). Esta realidade corresponde a uma outra teoria das ciências da comunicação, isto é, a teoria da “agenda setting” (agenda fechada), introduzida em 1963 por B. Cohen, que em uma de suas obras constatou que “os meios de comunicação sugerem não tanto o que pensar, quanto de que pensar” (Goban-Klas, 1999:267); portanto, certos acontecimentos adquirem maior relevância que outros, mesmo sendo semelhantes quando não até iguais. Assim como aconteceu no caso de tantos conflitos armados entre os quais alguns obtiveram a máxima atenção por parte da opinião pública (ex.: conflito em Kosovo ou conflito Israel-Palestina), enquanto outros, pelo contrário, como aqueles em Angola, Borundi, Sudão, Serra Leoa, Tchetchênia, etc., foram completamente esquecidos.

A questão da manipulação da informação por parte da mídia, focalizando alguns temas e relegando outros, não diz respeito somente aos denominados novos

meios de comunicação, como internet ou TV via satélite, mas da mesma forma está presente naqueles tradicionais, isto é, na imprensa escrita. O motivo disso encontra justificativa no fato de que os diários raramente são lidos do começo ao fim, atentamente e com calma. Frequentemente, pelo contrário, são somente vistos superficialmente, sem pensar e, portanto, para um aprofundamento, são escolhidos poucos textos, aqueles que parecem interessantes pela manchete, pela caricatura ou mesmo aqueles que transmitem a notícia em uma ou duas frases. Este fenômeno, chamado por Umberto Eco “fruição da desatenção”, usado pelas redações dos diários e semanais do mundo todo, faz com que seja lido apenas aquilo que é sugerido pelos jornalistas e do modo como é por eles interpretado. Não obstante a teoria do “efeito CNN” pareça ser adotada sobretudo pelos meios televisivos, dos quais provêm também o nome do mesmo fenômeno, também a imprensa escrita utiliza-se das “técnicas de indução” naquilo que diz respeito aos temas mais e menos relevantes.

As técnicas mais evidentes são aquelas relativas à página na qual o artigo vem publicado, levando em conta que, principalmente, são a primeira e a segunda página as que determinam a maior importância da notícia, o espaço dedicado ao texto (o número de colunas) e também a localização na página onde vem inserida a matéria. O artigo mais importante, isto é, o artigo que abre cada número do jornal se encontra habitualmente na primeira página, no alto, à direita, de modo tal a atrair imediatamente a atenção do leitor; aquele relativamente menos significativo, em baixo, à esquerda.

Mas existem outras técnicas, dentre as quais: a disposição das fotos, colocadas ao lado dos principais textos; a apresentação de uma questão de forma tendenciosa e exclusivamente de um único ponto de vista; a continuidade da temática no número seguinte, para fazer com que o jornal seja adquirido também no dia seguinte, bem como a do tamanho e do formato das letras nas manchetes (Ricci, s/d). A manipulação da informação por parte dos meios de comunicação, seja através do conteúdo

ou daquilo que diz respeito às técnicas profissionais, através das quais um fenômeno, uma cultura, um povo são favorecidos em relação a um outro, é um problema muito presente na realidade dos dias atuais e um tanto quanto perigosa. De modo todo especial lá onde a influência e o papel dos meios de comunicação em criar e formar a opinião pública é maior que qualquer outra coisa: assim como, sem dúvida, acontece na Itália.

Os dados da sondagem realizada junto ao diário "La Repubblica" em novembro de 2002, revelam que 41% das pessoas entrevistadas passam de duas a quatro horas diárias assistindo televisão, 35% duas horas diárias, enquanto 21% ultrapassam as quatro horas (Bordignon, 2002:14). O problema do papel tão significativo dos meios de comunicação para os italianos e a sua dependência em relação aos programas televisivos e da imprensa escrita, vem sendo estudado há muito tempo por sociólogos e psicólogos, os quais ressaltam o grande risco deste fato, visto que para um alto índice da população, a informação transmitida é aceita de modo cego e com credibilidade absoluta.

O CONTEXTO DA OPINIÃO PÚBLICA NA ITÁLIA NO INÍCIO DO CONFLITO NO KOSOVO

À luz desta realidade, pareceu-me particularmente interessante desenvolver uma pesquisa sobre o tema das imagens dos kosovares, criada pela imprensa escrita italiana durante o conflito no Kosovo, ou seja no período entre 24 de março e 10 de junho 1999. Os motivos da peculiar escolha deste argumento foram vários, entre os quais o mais relevante foi aquele referente ao esteriótipo negativo ainda existente na sociedade italiana com relação aos vizinhos procedentes da Albânia. Os albaneses, portanto também os Kosovares, são vistos principalmente como o povo da imigração ilegal, que desembarca diariamente dos botes nas orlas italianas da

Puglia, como ladrões, personagens das páginas policiais, traficantes de drogas, de seres humanos e de armas. Repentinamente, porém, de um dia para o outro, o povo albanês viu-se desempenhando o papel de bom, enquanto vítima inocente de uma guerra injusta, dos bombardeios da NATO (e portanto também da Itália). Era evidente que os meios de comunicação deveriam reagir, alterando esta imagem negativa, causada pelos preconceitos profundamente arraigados na sociedade e criados pela própria mídia. O conflito no Kosovo representava um dos poucos casos em que não era possível aplicar "a espiral do silêncio", fazendo esquecer esta guerra e ignorando as suas consequências, como tem sido feito em muitas outras ocasiões. O Kosovo estava próximo demais da Itália e o próprio conflito já havia provocado um forte impacto em todo o mundo. Em toda parte as pessoas protestavam contra esta guerra e o mesmo o faziam os italianos. Manifestavam o seu desacordo em relação aos bombardeios e ao envolvimento direto por parte do Estado italiano, através das manifestações em favor da paz pelas ruas das maiores cidades do país, como Roma, Milão, Firenze e Nápoles. Tem sido embaraçoso a todos eles saber que foi da própria Itália, da base militar de Aviano, que havia partido o primeiro avião da NATO para atingir a Sérvia e por conseguinte, dando início ao conflito. Tudo isto, juntamente com as preocupações das agências humanitárias sobre um possível afluxo maciço para a Itália dos kosovares vítimas da guerra, em virtude da ausência de um dispositivo legal em matéria de asilo e de infra-estrutura adequada para acolher os refugiados, tem criado um conjunto de fatores e de situações anômalas.

Não se pode omitir, finalmente, a voz do Vaticano, ou seja, do Papa, que durante os 77 dias de duração do conflito, sequer por um instante deixou de lançar, do coração da Itália, o apelo para o término desta tragédia humana, ou seja, do conflito no Kosovo.

Uma vez criada uma espécie de "questão italiana" no interior do conflito no Kosovo, os meios de comunicação não poderiam permanecer calados: e têm, de fato, reagido imediatamente, acompanhando o conflito com atenção do início até o fim.

UMA VISÃO GERAL DOS JORNAIS ANALISADOS AO LONGO DA PESQUISA

Na Itália, ao longo dos últimos anos, os estudos e as análises sobre a relação entre os meios de comunicação italianos e os cidadãos estrangeiros tem sido assunto cada vez mais presente nas pesquisas voltadas para o campo social, assim como continua aumentando a evidência e a importância da presença dos imigrantes em território italiano.

Também neste meu estudo procurarei examinar o fenômeno em questão, situando-o, porém, em um contexto muito particular, que conforme já assinalarei anteriormente, tem influenciado muito o início, o desenvolvimento e a finalização "do problema": a visão da mídia em relação ao conflito no Kosovo e aos próprios kosovares.

A primeira parte deste trabalho se deterá na análise quantitativa, ou seja, sobre o número de textos (entre os que foram publicados em primeira página), o número de páginas e de fotos dedicadas ao tema dos kosovares em cada jornal examinado ao longo da pesquisa.

A segunda parte, porém, será dedicada à análise qualitativa do conteúdo, ou seja, a imagem dos kosovares criada pelos jornais, analisando o impacto na opinião pública, os temas, as sondagens efetuadas pelos jornais, bem como a terminologia, por exemplo, as manchetes e as palavras-chaves usadas para referir-se aos fugitivos de guerra kosovares.

Para conseguir desenvolver esta pesquisa sobre a imagem dos kosovares nos meios de comunicação italianos de maneira séria e o mais representativa possível, resolvi deter-me apenas sobre os jornais, renunciando à análise dos meios televisivos, visto que muito mais complexos. Para conseguir, porém, que fosse contemplado inteiramente o panorama dos alinhamentos políticos, propiciando uma imagem complexa das opiniões e dos pontos de vista, escolhi, propositadamente, apenas cinco diários, entre os muitos existentes, a saber: //

Manifesto, La Repubblica, La Stampa, Il Corriere della Sera e Il Tempo.

Il Manifesto, fortemente alinhado à esquerda, enquanto comunista, diferentemente dos demais jornais analisados, prioriza as notícias de caráter internacional em relação as de caráter nacional, o que ficou muito evidenciado durante o conflito em questão. *Il Manifesto* foi o único, entre os cinco analisados, a criticar abertamente as decisões do governo italiano, acusando-o de violar o direito internacional (Murialdi, 1998:2001). Mesmo utilizando com frequência em seus artigos uma linguagem sarcástica, irônica ou palavras com significado forte, foi sem dúvida o jornal que tratou do tema Kosovo, kosovares de maneira mais completa, dedicando o maior número de páginas e de artigos.

La Repubblica, La Stampa, Il Corriere della Sera, os mais significativos para todos os italianos e os mais importantes e de maior influência em âmbito nacional e internacional, têm tratado do conflito no Kosovo de modo semelhante. Enquanto de tendência mais ou menos de centro, sendo o *La Repubblica* considerado mais de centro-esquerda, os três concentraram-se em noticiar os fatos, comentá-los e a projetar possíveis soluções para o futuro, dedicando ao conflito um número igual de textos. Os artigos neles publicados divergiam em muito daqueles do *Il Manifesto*, mais prudentes nas palavras, menos sensacionalistas e decididamente “politicamente corretos”. A temática da guerra no Kosovo, vista a partir das suas redações, às vezes vinha tratada propositadamente com o intuito de envolver os italianos e fazê-los refletir sobre as implicações que este conflito trazia e poderia trazer para a situação interna do país. Ao difundir as imagens mais “comoventes” dos kosovares e ao transformar os refugiados em personagens “lendários” sobressaía-se, entre os três, de modo particular, *La Stampa*, que com insistência procurava, através da narração das histórias de vida das vítimas da guerra, criar uma atmosfera “melo-dramática”.

Um exemplo muito peculiar tem sido aquele do jornal *Il Tempo*, um tradicional jornal romano, popular e conservador, de tendência centro-direita. O seu modo de

dar as informações quanto ao conflito do Kosovo foi aquele que conseguiu o maior envolvimento dos leitores, através de sondagens e pesquisas sobre temáticas específicas entre os mesmos. *Il Tempo* tem dedicado o menor espaço ao tema da guerra no Kosovo entre os cinco jornais, centrando-se principalmente nas questões políticas antes que sobre aquelas de caráter humanitário e sobre a situação e as condições vivenciadas pelos refugiados.

A ANÁLISE QUANTITATIVA: O CONFLITO NO KOSOVO E OS KOSOVARES EM NÚMEROS

A análise dos artigos publicados sobre os periódicos em questão fez emergir as diferenças existentes, manifestadas principalmente na crítica ou no apoio à decisão do governo de tomar parte no conflito, já durante a primeira semana após o início dos bombardeios. E assim como diversas eram as suas opiniões sobre o conflito, também variava o modo de transmitir as informações sobre a guerra: iam do destaque máximo a uma cobertura secundária.

Do ponto de vista da análise quantitativa, o jornal que tem dedicado ao tema do Kosovo a maior atenção tem sido aquele de esquerda ou seja, *Il Manifesto*. Da análise mais detalhada de seus textos publicados durante a primeira semana do conflito, constata-se que eram dedicadas diariamente entre 10 e 13 páginas a textos e fotos referentes ao Kosovo. As primeiras páginas, ao invés, eram dedicadas às imagens e vinhetas acompanhadas frequentemente de expressões irônicas tais como: “Mas o Kosovo está longe” ou “NATO = morte”. Em decorrência desta opção gráfica, de dedicar as primeiras páginas “ao aspecto visual”, eram relativamente poucos os textos ali publicados (4 nos 7 números da primeira semana). As fotos e os desenhos foram os protagonistas na cobertura do conflito sobre as páginas do *Il Manifesto*, o qual publicava em média 50 imagens nos 7 números semanais. O destaque era dado

principalmente aos fugitivos kosovares, às crianças de mãos dadas fugindo das bombas, às mulheres chorando a morte de seus maridos e filhos durante o conflito e aos idosos desesperados e forçados a abandonar suas casas. Diferentemente das fotos, a maior parte dos textos destacava sobretudo as questões referentes à guerra e à política (aproximadamente 110 artigos em 7 números semanais), antes que questões relacionadas aos refugiados e da ajuda humanitária (apenas 15 artigos na primeira semana). No transcurso da guerra, ou seja, durante 77 dias, *Il Manifesto* praticamente não alterou o modo de cobri-la, dedicando ao conflito do Kosovo entre 11 e 13 páginas por número e publicando em média de 15 a 20 artigos diariamente. Durante cada semana eram escritos, portanto, entre 100 e 150 artigos, entre os quais somente de 10% a 15% diziam relação aos refugiados kosovares. A estatística completa das imagens deste conflito nas páginas do *Il Manifesto* atingem aproximadamente 950 páginas, com um total de 1400 a 1500 artigos, dos quais somente 15% sobre os kosovares. Como assinalado anteriormente, o percentual de textos nas primeiras páginas do *Il Manifesto* tem sido relativamente baixo, ao mesmo tempo eram exibidas grandes e significativas imagens, via de regra provocadoras e chocantes, tais como as dos bombardeamentos acidentais da Embaixada chinesa e do edifício da televisão sérvia, ou ainda de escolas e hospitais destruídos pelas bombas. O número total de imagens e vinhetas nas páginas do *Il Manifesto*, ao longo dos 77 dias, foi de aproximadamente 520, sendo que apenas entre 11% e 13% divulgadas na primeira página.

A principal característica do segundo jornal analisado, ou seja, *Il Corriere della Sera*, tem sido aquela do amplo tratamento do tema, sendo que a cada artigo em particular eram dedicadas numerosas colunas e, com frequência, também páginas inteiras. Seu posicionamento de centro e sua influência manifestaram-se não só no claro aprofundamento do tema por parte dos jornalistas, mas também no fato de que muitas reportagens e opiniões eram de autoria de políticos (seja italianos, seja europeus), filósofos, escritores e de várias

outras personalidades. Em cada número apareciam cerca de 15 artigos (semelhante ao que ocorria com *Il Manifesto*), entre os quais a maior parte aparecia em primeiro plano (um significativo número de artigos também centralizados no alto nas primeiras páginas). Durante a primeira semana do conflito *Il Corriere della Sera* publicou por volta de 65 artigos referentes ao Kosovo e mais de 30 referiam-se aos fugitivos kosovares. A estatística final de tudo o que foi publicado durante o conflito prevaleceu igual a obtida na primeira semana, com significativas diferenças na última semana de abril e, esporadicamente em maio, quando as temáticas da ajuda humanitária, dos refugiados e dos civis passaram a ocupar até mais de 40 artigos semanalmente.

Em linhas gerais, porém, a tendência em manter sempre um número fixo de páginas e artigos referentes ao Kosovo não sofreu alterações e, portanto, a cada semana os textos dedicados a este tema não superavam os 100, ocupando o espaço de 7 a 8 páginas. *Il Corriere della Sera*, ao longo do conflito, num total de aproximadamente 600 páginas (número muito inferior àquele do *Il Manifesto*) publicou quase 1200 artigos, dos quais 230 (ou seja, cerca de 20% do total) referiam-se à situação dos refugiados provenientes dos territórios em conflito.

La Stampa, o segundo dos jornais de centro e terceiro entre os examinados, foi aquele que, juntamente com *Il Tempo* tem dedicado à guerra do Kosovo o menor número de páginas, isto é de 6 a 7 páginas a cada número. A cada semana eram publicados cerca de 100 artigos (na maioria das vezes breves em relação aos demais jornais analisados), entre os quais praticamente 25% referiam-se aos kosovares. As ilustrações referentes ao Kosovo publicadas por *La Stampa*, não tem alcançado o destaque e a importância obtidos por *Il Manifesto* como também por *La Repubblica*: de fato o jornal em questão estampava um número relativamente baixo de fotos, por volta de 40 sobre 7 números semanais. A maior parte das imagens referiam-se, ao invés, aos políticos dos países envolvidos no conflito, às cenas de destruição das cidades bombardeadas e a outros aspectos da guerra.

Em 77 números de *La Stampa*, editados durante o transcorrer da guerra no Kosovo, o tema em questão ocupou mais de 500 páginas num total de aproximadamente 1100 artigos a respeito. O que tem distinguido decisivamente o jornal turinense dos demais tem sido o seu maior interesse para com as questões relacionadas às ações das agências humanitárias e da ajuda que prestam aos fugitivos da guerra; como também a atenção dada aos refugiados já estabelecidos na Itália e às suas perspectivas futuras (cerca de 300, sobre 1100 artigos sobre os kosovares). A questão dos civis que fugiam dos territórios em conflito, tem encontrado a sua relevância particular também nos serviços fotográficos: sobre cerca de 500 imagens publicadas ao longo da guerra, mais de 100 referiam-se aos refugiados kosovares.

La Repubblica, o último entre os jornais de centro (também se considerado mais de centro-esquerda), tem privilegiado o aspecto visual do conflito, publicando em cada número por volta de 15 (e às vezes mais de 20) imagens sobre o Kosovo. Dedicando diariamente entre 12 e 15 artigos num total de 8 ou 9 páginas (o equivalente aproximado a 700 páginas ao longo de todo o conflito), a exemplo do *Il Corriere della Sera*, publicava numerosas entrevistas, correspondências, comentários e opiniões de políticos e personalidades públicas. Da mesma forma que *Il Corriere*, muitos dos textos apareciam em primeiro plano, centralizados na primeira página, atraindo a atenção dos leitores.

Levantamento realizado semanalmente apontava em média entre 100 e 110 artigos extensos (entre os quais de 12 a 15 na primeira página), acompanhados de uma centena de fotos, habitualmente com uma na primeira página. Um significativo acréscimo de artigos e imagens tem sido verificado nos últimos dias do conflito, quando eram publicadas até 30 imagens e os artigos superavam a casa dos 23, aumentando também o número de páginas dedicadas à temática do Kosovo, de 8 ou 9 para 11. Uma outra mudança significativa, neste caso referente ao conteúdo dos textos, emergiu em meados de abril, na sequência das informações

relativas à limpeza étnica, apareceram mais matérias sobre os refugiados e a população civil (antes, em geral, predominavam os temas políticos e da guerra, em detrimento daqueles de caráter civil). Os artigos faziam-se acompanhar de fotos de crianças, mulheres e idosos, por tratar-se dos mais vulneráveis no seio da sociedade.

No transcorrer do conflito, sobre aproximadamente 700 páginas, foram publicados quase 1200 artigos, à semelhança do verificado com *Il Corriere della Sera*, dos quais entre 13% e 14% na primeira página. Mais de 1000 imagens relacionadas ao conflito foram publicadas nas páginas de *La Repubblica* (por volta de 100 na primeira página), o que inegavelmente diferenciou este jornal dos demais.

Por fim, *Il Tempo*, último periódico analisado, também tem mantido uma postura uniforme ao tratar do conflito em curso: o tema mantinha-se presente mas não de modo exageradamente exposto, com destaque para o aspecto estratégico e político da guerra antes que daquele humanitário. Durante a primeira semana dos bombardeios, *Il Tempo* dedicava ao tema até 6 ou 7 páginas, o equivalente a mais ou menos 80 artigos, dos quais, em média, 2 apareciam diariamente na primeira página. Como já foi dito, os percentuais referentes às informações e às imagens sobre os refugiados (entrevistas com os fugitivos da guerra, opiniões dos agentes e voluntários das ONGs que atuavam em campo, reportagens e estatísticas) eram os mais baixos de todos os jornais analisados, cerca de 7% a 8% em relação ao total dos artigos e 8% ou 9% no tocante às imagens.

Os artigos publicados no *Il Tempo* eram de praxe extensos e tratavam da guerra em si, mas não faltavam tampouco as discussões políticas, entrevistas com as autoridades, comentários dos estrategistas, análises dos políticos e sondagens envolvendo os leitores. O que de fato chamou a atenção foi o relativamente baixo número de imagens. Durante toda a duração do conflito, nas cerca de 500 páginas dedicadas por *Il Tempo* ao Kosovo (muito próximo do jornal *La Stampa*), foram publicados mais de 900 artigos (em média entre 10 e 12 por dia), dos quais

praticamente 15% nas primeiras páginas.

A IMAGEM CRIADA: ANÁLISE QUALITATIVA DO CONTEÚDO

No estudo da imagem criada dos kosovares pelos 5 jornais pesquisados, não me deterei em analisar cada periódico em particular, mas procurarei traçar um quadro geral englobando a todos, visto que, embora existindo por vezes entre os mesmos uma carga emotiva diferente ao descrever os refugiados, a "imagem" criada tem sido muito semelhante em todos os casos. E até mesmo simples, de tendência contrastante: "pobrezinhos" e vítimas da guerra na fase inicial do conflito e "perigosos" ao final do mesmo.

Inicialmente, falava-se dos kosovares com muita compaixão, com piedade, narrando a sua sorte de modo tal a comover os italianos por esta situação dramática. Falava-se, portanto, "da realidade chocante", "da situação dramática", "do êxodo", "do terror e dos extermínios", "da catástrofe humana", "do drama dos refugiados", "da massa dos fugitivos de guerra", "das ondas que fogem em direção à fronteira", "das dimensões bíblicas desta tragédia" e "de 250 mil em fuga, que deixaram seus lugares e se endereçam para as costas italianas". Para fazer com que a sociedade italiana se sentisse ainda mais envolvida, procurava-se fazer refletir a realidade kosovara na situação interna da Itália, utilizando-se de títulos alarmantes: "O governo italiano enfrentará a catástrofe humanitária" e "Na fronteira preparam-se para o pior".

Os fugitivos eram tratados com certa "delicadeza" no tom, mesmo usando palavras fortes, tais como: "os refugiados sem futuro", "os pobres sem-teto", "perdidos no mundo", "aos milhares em fuga", "desesperados", "expulsos" e "vítimas inocentes". Deste "pesadelo" que eram os refugiados, informava-se com maior ou menor "emotividade", de acordo com a tendência de cada jornal. *La Stampa*, por exemplo, utilizava com frequência muitos adjetivos e palavras elaboradas, concentrando-se na descrição detalhada

das situações: "o sofrimento das pessoas... famílias divididas, uma mais que as outras: o homem jovem com o rosto queimado, a mulher com duas crianças ao colo, uma terceira criança - uma menininha - seguindo-a com a cabeça baixa..." E em seguida, na página seguinte: As pessoas andam sem saber para onde ir, esfaimadas, não obstante o frio e a neve avançam lentamente em busca de um refúgio, aterrorizadas, aniquiladas, sós - forçadas a fugir." (*La Stampa*, 21 de março de 1999).

As descrições carregadas de emoção, na fase correspondente às primeiras semanas do conflito, eram a tônica entre os jornais analisados, portanto, também no *Il Corriere della Sera*, que informava: "entre os grupos dos fugitivos kosovares constatam-se ou últimos sinais de vida; as mulheres que tiveram que deixar seus maridos no Kosovo, choram, percebe-se todo o desespero no rosto dos idosos..."

A tendência geral de narrar as histórias das vítimas foi seguida também por *Il Manifesto*, o qual, porém, diferentemente dos outros jornais, agregava a estas histórias acusações contra o governo italiano e a comunidade internacional. "Chegaram em número de 174. Coitados, sem uma mala, sem uma sacola, só lhes restou a roupa do corpo... 174 desesperados. Multidões de refugiados pelas estradas, abandonados à própria sorte, sem nenhum tipo de ajuda. As organizações humanitárias das Nações Unidas já fizeram suas malas..."

Esta imagem "da caridade", "do abismo dos desesperados", "do êxodo bíblico", "do êxodo em massa" e de "milhares e milhares de mulheres, crianças e idosos pelas estradas, caminhando em direção a Albânia", transmutou-se, no transcórre da guerra, em uma outra: aquela "do perigo dos refugiados", "das intermináveis fugas", "das imagens virtuais" e "das ondas de imigrantes ilegais que fugiam do Kosovo para alcançar a Itália e ali espalhar-se por todo o território."

De acordo com o que escreveu *Il Tempo*, no dia 10 de junho de 1999, portanto no último dia do conflito: "serão necessários pelo menos 20 anos para fazer retornar a todos os kosovares".

Entretanto, no que diz respeito às manchetes, as mais frequentes eram as que visavam atrair a atenção dos leitores, tais como: "Kosovo - gueto para os 600 mil albaneses", "Continua o alarme na Puglia: chegam novos refugiados", "Mulheres e crianças no trem da morte", "A maior tragédia humana dos tempos do genocídio na Bósnia", "Dramático êxodo dos fugitivos", "Nova fronteira da desolação", "Massacres e execuções em massa", "Três mil abandonados: dormem ao relento e alimentam-se de plantas".

ALGUMAS OBSERVAÇÕES FINAIS

Conforme analisado neste estudo, o "peso" dos cinco jornais italianos, *Il Manifesto*, *La Repubblica*, *La Stampa*, *Il Corriere della Sera* e *Il Tempo*, em influenciar a opinião pública, tanto no que se refere ao conflito no Kosovo, quanto às imagens dos refugiados kosovares, não deixa nenhuma dúvida.

Isso foi também confirmado por um levantamento acerca dos conflitos esquecidos, realizado pela Cáritas italiana em parceria com pesquisadores das universidades e de centros de pesquisa, no qual foi constatado que 60% dos italianos buscaram informar-se sobre questões políticas, relações internacionais e assuntos de guerra através da televisão e do rádio, enquanto 28% declararam fazê-lo através da imprensa escrita, seja ela diária, semanal ou mensal (Boccegato, 2003:52).

E a informação sobre o conflito no Kosovo, com certeza, não esteve ausente em nenhum dos meios de comunicação citados. De um ponto de vista científico, a visibilidade da guerra no Kosovo não surpreende, visto que corresponde perfeitamente à teoria da divisão do mundo entre Norte e Sul e à teoria mediática da regionalização dos conflitos. Segundo a teoria em questão, o interesse dos meios de comunicação predomina para os eventos e conflitos que acontecem nas regiões mais ricas e de maior relevância sob o ponto de vista estratégico, ou seja, aquelas do Norte, enquanto se nota uma tendência em omitir o que acontece no continente africano e na América do Sul.

Para o que se passa na Europa, como por exemplo o conflito no Kosovo (muito importante do ponto de vista geopolítico), ou nos territórios dos países produtores de petróleo do Oriente Médio, sempre terão uma maior visibilidade em relação ao que acontece no hemisfério Sul do planeta. Efetivamente, os dados publicados na pesquisa da Cáritas confirmam que apenas 0,5% das pessoas entrevistadas sabiam da existência da guerra no Gongo, 1% dos conflitos no Burundi e em Angola e 2% do conflito na Etiópia (Beccagato, 2003:48).

Os autores da pesquisa referida afirmam, porém, que o fator geográfico não é a única variável que pesa na decisão dos meios de comunicação. Também ganha relevância a proporção do conflito e sua repercussão em nível internacional (com o envolvimento no conflito por parte dos meios de comunicação internacionais da União Européia, da NATO, da ONU), bem como as relações históricas, econômicas e culturais entre o país em guerra e aquele no qual a mesma está sendo noticiada.

Ganha peso também a duração do conflito: aqueles de curta duração atraem a máxima atenção dos meios de comunicação praticamente do início ao fim (como foi o caso da guerra no Kosovo); contrariamente, aqueles que duram anos, mais facilmente são substituídos por outros acontecimentos e, conseqüentemente, no transcorrer do tempo são simplesmente esquecidos (Beccagato, 2003:39).

Por essa razão, dada a sua importância, o conflito no Kosovo, que envolveu as estruturas políticas mundiais e européias, além de ter tido uma duração relativamente curta, alcançou enorme visibilidade seja por parte dos meios de comunicação internacionais que italianos. Não obstante tudo isso, porém, também neste caso, ao longo do conflito, notou-se uma ligeira queda na atenção e um certo cansaço com relação ao tema. Os kosovares, vítimas inocentes da política internacional, ao final da mesma começavam a ser apresentados como potencial "perigo" para os ricos países vizinhos da União Européia, enquanto refugiados à procura de uma solução permanente fora de seu país de origem.

Como afirma Ryszard Kapuscinski, em determinado momento "a informação verdadeira e propriamente dita passa para um segundo plano e o que de fato conta é o modo atraente de transmitir a notícia. A verdade deixa de ser relevante e sequer o é a luta política, a importância passa a ser o valor econômico do produto que pode ser vendido" (Roidi, 2001:96). E isso tem sido evidenciado no comportamento dos meios de comunicação italianos no caso do Kosovo e dos kosovares.

** Kamila Kowalska é jornalista, formada em Relações Internacionais, Imigração e Refugiados.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAMOWSKI, J.; GOLKA, B.; STASIAK-JAZUKIEWICZ, E.
(1997) Wybrane zagraniczne systemy informacji masowej cz. II, Elipsa Warszawa.
- ARUFFO, A.
(1999) L'Inferno dei Balcani. Datanews, Roma.
- BECCEGATO, P., NANNI, W. (red.)
(2003) I conflitti dimenticati, Caritas Italiana, Mediolan.
- BETTETINI, G.
(1984) La conversazione audiovisiva, Bompiani, Milano.
- CARITAS
(2002) Caritas e Migrantes, XII Rapporto sull'immigrazione. Dossier Statistico 2002, Roma.
- CARITA
(2003) Caritas e Migrantes, XIII Rapporto sull'immigrazione. Dossier Statistico 2003, Roma.
- CARITAS
(2004) Caritas e Migrantes, XIV Rapporto sull'immigrazione. Dossier Statistico 2004, Roma.
- CHELI, E.
(1992) La realtà mediata. L'influenza dei mass media tra persuasione e costruzione sociale della realtà, Franco Angeli, Milano.
- DOBEK-OSTROWSKA, B.
(1999) Podstawy komunikowania społecznego, Astrum, Wrocław.
- GOBAN-KLAS, T.
(1999) Media i komunikowanie masowe. Teorie i analizy prasy, radia, telewizji i internetu, PWN, Warszawa-Kraków.
- IGNATIEFF, M.
(2000) Virtual War: Kosovo and Beyond, Chatto Bodley Head and Cape, London.
- KARWAT, M.
(2000) Sztuka manipulacji politycznej, Toruń.
- KRIPPENDORF, K.
(s/d) Analisi del contenuto. Introduzione metodologica.
- LUKOVIÆ, M.
(2000) Kryzys kosowski oczyma Serbów, Belgrad.
- MACIOTI, M.I., PUGLIESE, E.
(2003) L'esperienza migratoria. Immigrati e rifugiati in Italia, Editori Laterza, Roma.
- MENDUNI, E.
(1996) La piu' amata dagli Italiani, Bologna.
- MURIALDI, P.
(1998) La stampa italiana dalla Liberazione alla crisi di fine secolo, Editori Laterza.
- MAGDZIAK-MISZEWSKA, A. (red.)
(2000) Swiat po Kosowie, Warszawa.
- NAVA, M.
(1999) Kosovo c'ero anch'io, Milano.
- MOROZZO DELLA ROCCA, R.
(1999) Kosovo. La guerra in Europa, Milano.
- NATO
(1999r) "Rivista della NATO", nr.2 estate.
- ROIDI, V.
(2001) La fabbrica delle notizie. Piccola guida ai quotidiani italiani, Laterza Bari.
- RICCI, P. (red.)
(s/d) Il linguaggio della stampa quotidiana, Giunti/Marzocco.
- STATERA, G.
(1993) Società e comunicazioni di massa, Palumbo, Palermo.
(2000) The Media in Western Europe, Londyn.
- THOMPSON, J. B.
(2001) Media i nowoczesnoœæ. Spoleczna teoria mediów, Astrum, Wrocław.
- TRUTKOWSKI, C.
(2000) Spoleczne reprezentacje polityki, Wydawnictwo naukowe "Scholar", Warszawa.
(2000) UNHCR, Uchodzczy Zwiata. 50 lat pomocy humanitarnej.
- WOLF, M.
(1989) Teorie delle comunicazioni di massa, Bompiani, Milano.
- WOLF, M.
(1992) Gli effetti sociali dei media, Bompiani, Milano.

IDENTIDADE, ESTEREÓTIPOS E POLÍTICAS

O CASO DOS ROM NA ITÁLIA

Nando Sigona *

(Tradução do italiano por Helion Póvoa Neto)

“M

uitos motivos me levaram a mudar de vida: em primeiro lugar, o fato de ser ‘nômade’, ou seja, de rom tornar-me ‘nômade’, tornar-me ‘cigano’, com todos os preconceitos, sobretudo negativos, que isto comporta. Quando estava em meu país, nunca tinha pensado em mim mesmo como um ‘nômade’. Não pensava em mim mesmo como um ‘cigano’: sujo, maltrapilho, ladrão. Por isso, quando cheguei na Itália, decidi trabalhar ativamente pelos direitos dos rom. Quero mostrar aos italianos que nenhum ‘cigano’ chamaria de ‘cigano’ um outro rom”.¹ (D. M., rom macedônio)

Como as políticas contribuem para a reprodução e consolidação dos estereótipos? Como, por sua vez, os estereótipos tornam-se fatores de legitimação para as próprias políticas? Como, ainda, ambos influenciam a identidade dos indivíduos e dos grupos que pretendem explicar e governar? Este artigo explora tais interrogações, em particular quanto ao caso dos rom na Itália, enfocando como o discurso público sobre “ciganos” e “nômades”, alimentado por estereótipos e preconceitos antigos e novos, tornou-se a base para políticas sociais discriminatórias que permitiram a manutenção de um estado de pobreza e segregação, favorecendo por vezes diretamente a marginalização das comunidades rom. Como destaca Piasere (2004, 4), “a categoria ‘cigano’ parece portanto uma identidade externa, a ser desconstruída e depois reconstruída

englobando-se diversos movimentos rom; esta construção ‘externa’ deve ser um ponto de partida já que, devido a ela, os rom compartilharam destinos análogos na Europa.”

A presente intervenção enfoca tais processos e indaga como políticas sociais e estereótipos contribuíram, conjuntamente, para a construção daquelas identidades burocráticas utilizadas pelo sistema político para fins de governo e controle. Mas há ainda uma outra face da moeda. Retomando uma frase de Zetter (1991, 40), o artigo questiona “como a identidade se forma, se transforma e é manipulada dentro do contexto definido pelas políticas públicas e, sobretudo, pelas práticas burocráticas”.

As definições oficiais não apenas contribuem ativamente para as definições de identidades coletivas como também, sendo instrumentos do sistema político, tornam-se expressão e síntese de sua própria estrutura, proporcionando um quadro da dialética e dos conflitos internos entre atores institucionais e não institucionais. As definições não são monolíticas. Elas exprimem aquela que é, segundo Foucault, a própria condição de possibilidade do poder, “a base móvel de relações de força que definem sem parar, por sua disparidade, situações de poder, mas sempre locais e instáveis” (Foucault 1988, 82). As definições podem, assim, estar em conflito entre si e, conseqüentemente, produzir resultados conflitantes, tanto do ponto de vista

conceitual quanto político.

O caso dos rom na Itália presta-se bem à observação de tais processos. Como se verá em seguida, o tão contestado quanto difundido uso do termo “nômade” para indicar o conjunto de grupos rom e *sinti*² é um exemplo relevante tanto das ligações entre categorias burocráticas, políticas públicas e identidades dos sujeitos, quanto da fluidez e do caráter circunstancial do poder e de suas manifestações concretas (Sigona, 2002; 2003).

O CONTEXTO

O heterônimo “ciganos”, bem como sua versão politicamente correta³ “nômades”, são categorias de classificação complexa⁴, constituídas por elementos assemelhados mas bastante diversos (Piasere, 1995). Referem-se a e incorporam um conjunto de grupos e subgrupos relacionados entre si segundo diversos modos. Dentre eles, três são os componentes principais: os rom, os sinti e os caminhantes. Uma outra distinção, que assume como divisor de águas a categoria da cidadania, se pode fazer entre cidadãos italianos e cidadãos estrangeiros (e, entre estes, um importante componente aparece como subcategoria: os refugiados políticos).

A Itália, entre os membros da União Européia, é o único país em que o número de rom estabelecidos depois de 1945 equipara, se não supera, a população rom e sinti anteriormente estabelecida. Os rom e sinti italianos surgiram no território do país desde o século XV. Os sinti alcançaram o Centro-Norte da Itália atravessando por terra os Balcãs. Os rom atravessaram o mar Adriático e estabeleceram-se ao Sul, (Karpati, 1969; Karpati, 1993). Quanto aos caminhantes, sua origem não é clara. Muitos entendem tratar-se de um grupo autóctone gradualmente separado do resto da sociedade ao longo dos séculos (Soravia, 1981; Sidoti, 2003; Piasere, 2004). Rom e sinti são divididos numa pletora de subgrupos e clãs familiares que frequentemente assumem o nome da região em que se encontram estabelecidos ou da atividade econômica predominante desenvolvida pelo grupo (Viaggio, 1997).

Na ausência de estatísticas oficiais sobre a população rom e sinti na Itália, recorre-se a estimativas, segundo as quais existem no momento cerca de 120 a 150 mil rom, sinti e caminhantes residentes no país, dos quais cerca de 60% são cidadãos italianos. O estilo de vida itinerante, o nomadismo, é hoje residual, envolvendo sobretudo grupos sinti. A maioria dos demais 40% de rom e sinti chegaram à Itália em tempos recentes, principalmente da península balcânica e da Romênia. Estes grupos tendem a se autodefinir como “rom”.

Entre os rom chegados recentemente à Itália, um grupo importante é constituído por refugiados de guerra, frequentemente desprovidos de documentos válidos de residência. Seus vistos concedidos por motivos humanitários estão já vencidos ou são de difícil renovação ou conversão em autorizações para trabalho (Schiavone, 1997).

Cerca de um terço da população rom e sinti residente na Itália habita em campos, os assim chamados “campos nômades”, isolados do resto da população. Parte destes campos são abusivos, parte são reconhecidos pelas administrações locais, parte foram construídos por estas administrações (Brunello, 1996). Conforme denúncia da Comissão Européia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI, 2002), “a situação de segregação física dos rom e sinti na Itália parece refletir um tipo de abordagem por parte das autoridades italianas baseada na consideração de que os rom são nômades e portanto querem viver em campos”. Do mesmo modo, a Comissão das Nações Unidas para a Eliminação da Discriminação Racial declarou em 1999 que “além da falta de serviços básicos, o habitar em campos implica não apenas uma segregação física para as comunidades rom, como também um isolamento político, econômico e cultural”.

A luta política para conquistar o direito de autodefinir-se não é uma questão abstrata. Como evidenciado pela citação inicial, trata-se de um debate cujos efeitos são sentidos e vividos diariamente nos campos. Escreve Veronika Szente, numa reportagem de Roma Rights sobre a situação nos campos de Florença:

“Na Itália, a questão dos rom foi reduzida a uma questão de nômades. Isso significa que a pergunta feita pela população, pelas autoridades e por muitos dos ativistas ligados aos rom é: como lidar com pessoas socialmente inadaptadas à vida na sociedade moderna, ligadas por tradição a um estilo de vida itinerante?”

A teoria do “nômade”, segundo o relatório do ERRC (European Roma Rights Center) sobre a Itália em 2000, “é frequentemente utilizada como justificativa para excluir os rom das responsabilidades de decisão normalmente previstas para os demais seres humanos”.

“CAMPOS NÔMADES” E LEIS REGIONAIS

“O campo não melhora a situação, nem a modifica. O campo circunda e exclui seus hóspedes, até que as pessoas digam ‘aqueles são verdadeiros rom, que não mudarão jamais’” (B. H., rom residente em Florença).

As etiquetas, as definições oficiais, expressam o que Michel Foucault denominou como regime de verdade. “A verdade – Foucault (1988, 13) escreve – é ligada por uma relação circular ao sistema de poder que a produz e sustenta, e aos efeitos que esta induz e que a reforçam”. As etiquetas constituem, tanto para os etiquetados quanto para os que etiquetam, o espaço conceitual dentro do qual se colocam as possibilidades de cada um agir para transformar o existente. O poder de definir é um instrumento fundamental nas mãos do detentor de poder, para racionalizar e gerir aqueles percebidos como estranhos/estrangeiros/diferentes; ao mesmo tempo, as etiquetas traçam os limites dentro dos quais os etiquetados podem atuar no jogo político e construir suas demandas e suas possibilidades de promoção social. O sociólogo Liégeois (1980, 28) afirma a propósito que:

“A legislação, pelos efeitos que produz, contribui para alimentar e

reforçar aqueles aspectos da imagem que lhe são indispensáveis [...]. A legislação faz o cigano viver na instabilidade, e este é depois qualificado como instável [...] o texto da lei se nutre da imagem. A imagem serve para racionalizá-lo e, por sua vez, também se alimenta de tal situação.”

Entre os anos oitenta e noventa, dez dentre as vinte regiões italianas adotaram leis destinadas à “proteção dos ciganos” e de sua “cultura nômade”. Cada lei define diversamente o seu objeto. Fala-se, por exemplo, de “nômade”, “rom”, “rom e sinti”, “ciganos”. Uma variedade de definições que é reconhecida porque, conforme sugere Marta (1994, 249), “o heterônimo constitui um elemento importante nas estratégias de intervenção das administrações públicas junto às populações ciganas”. Visando atingir o objetivo pré-fixado, as leis regionais elencam uma série de instrumentos. O mais significativo dos mesmos são os campos (veja-se, por exemplo, a lei 32/90 da Região Úmbria; a lei 11/88 da Região Friuli-Veneza Giulia; a lei 299/90 da Região Lombardia).

Mas como são definidos e identificados os destinatários das normas regionais? Fala-se em “minorias nômades” na Emilia Romagna, em “ciganos e nômades” na Ligúria, em “rom” no Vêneto, Lácio e Friuli-Veneza Giulia, em “rom e sinti” na Toscana, em “grupos tradicionalmente nômades e seminômades” na Lombardia, de “ciganos” na lei da província de Trento. Uma tal variedade de denominações, e mais as explicações oferecidas pelos etnólogos, dão uma idéia da dificuldade enfrentada pelo legislador ao tratar da matéria. Cai-se assim, por vezes, em definições quase tautológicas. A lei regional da Lombardia n. 299/89, por exemplo, no artigo 1, parágrafo 3, afirma: “para fins da presente lei, por nômades se entende aqueles pertencentes às etnias tradicionalmente nômades e seminômades”.

Desse modo, a crença de que todos os rom e sinti sejam nômades e, portanto, desejosos de viver em campos, isolados da sociedade majoritária, termina ratificada e

englobada na lei. O resultado dessa afirmação é que muitos rom são forçados por lei a viver em campos, realizando e ao mesmo tempo corroborando a imagem que deles têm os italianos.

Fica evidente, nas leis regionais, a ligação entre proteção do nomadismo e construção de campos. Os dois termos parecem ligados por uma relação de causa e efeito. Um aspecto que emerge dos textos normativos é o limitado conhecimento sobre os rom residentes no território, sobre as pessoas reais e suas necessidades; pelo contrário, ao centro do constructo e da lógica normativa está o mito do “cigano autêntico” e de como preservá-lo. Segundo Sibley (1995), “se os rom podem ser considerados exóticos e interessantes à distância, tornam-se sujeitos desviantes quando se movem no interno da sociedade majoritária”. Por outro lado, conforme sugere Fonseca:

“quanto mais os ciganos parecem exóticos, mais ‘genuínos’ e, paradoxalmente, aceitáveis são considerados (na imaginação popular; senão no bar da aldeia). Vence quem melhor personifica o estereótipo” (Fonseca, 1995, 238).

O isolamento dos rom nos campos cumpre uma função central para a manutenção e reforço dos estereótipos. Privados da palavra e escondidos dos olhares dos verdadeiros cidadãos, existem somente como personificações dos estereótipos enraizados no imaginário coletivo. Faz-se necessária a pergunta: poderia a experiência direta romper este círculo de auto-referências? Segundo Sibley (1981, 6):

“Onde o sujeito minoritário entra em contato estreito com a sociedade majoritária, sobretudo nas cidades, a imagem romântica, o mito das culturas minoritárias, mantém-se como ponto de referência segundo o qual se baseia a avaliação da pessoa real. A experiência do contato direto pode contradizer o mito, mas nunca superá-lo. O mito pode se manter porque a falência das expectativas míticas é atribuído ao desvio ou às patologias sociais resultantes do processo de urbanização.”

Por tudo o dito acima, parece claro que a superação do “cigano mítico” é uma questão central inclusive para os que lidam com as políticas de habitação, e tal superação não se pode obter simplesmente retirando dos campos os rom. A segregação do campo rom, o seu caráter de gueto (Sigona, 2002), representa muito mais do que a falta da casa. O campo gera uma economia própria, uma sociedade, uma cultura. Faz-se portanto necessário responder a tal complexidade tanto com intervenções dirigidas, onde os rom sejam participantes ativos das políticas quanto, ao mesmo tempo, com a desconstrução na sociedade majoritária da imagem-esquema do “cigano” (Piasere, 2004). Posicionar no centro das políticas os rom e a sociedade majoritária, sobretudo os demais habitantes das periferias degradadas, é um modo de recordar a quem invoca e lamenta a morte do “cigano autêntico” que a maior parte dos campos são projetados, pensados e construídos pelos nossos arquitetos, agrimensores, engenheiros. Portanto, mais que *habitat* natural dos rom, são uma projeção arquitetônica de como a sociedade majoritária vê os “ciganos”. Uma projeção de conseqüências dramaticamente reais. O círculo vicioso que leva à construção de campos para milhares de rom sedentários, não apenas marca a sua vida cotidiana, mas igualmente define os limites dentro dos quais se guardam seus sonhos, expectativas e possibilidades de promoção social (Sigona, 2003).

NÔMADE E/OU REFUGIADO

Não obstante o crescente número de refugiados que chegam ao país, a Itália não definiu até agora seu papel como nação de asilo. A maioria destas pessoas tem duas vias possíveis a percorrer: transitar pelo país rumo a destinos de melhor acolhimento no norte da Europa; ou buscar o canal da lei de imigração, incluindo a esperança de, após um período de ilegalidade, ser regularizado em uma das anistias periódicas características da política imigratória

italiana. Paradoxalmente, tentar a via do reconhecimento através da Convenção de Genebra, no caso de fluxos de massa, termina por ser uma das vias mais tortuosas para aqueles verdadeiramente necessitados de proteção (Hein, 2000, 139-161; Zetter et al, 2003). Este é o quadro geral onde se inscreve a resposta italiana ao caso da crise dos refugiados do Kosovo.

Os rom kosovares apareceram nas telas italianas somente ao término do bombardeamento da região pelas forças aliadas, não obstante um êxodo silencioso de meses. Apareceram quando, mesmo com a guerra oficialmente terminada, barcos carregados de pessoas continuavam a chegar à costa da Puglia. Os recém-chegados levantaram muitas dúvidas na opinião pública. Estes refugiados de fato não se adaptavam bem ao discurso oficial da guerra. Dois eram os nós não resolvidos, os pontos que soavam particularmente dissonantes: se a guerra terminara, por que havia ainda gente que fugia do Kosovo? E como era possível que os bons albaneses, as vítimas por excelência, cumprissem agora o papel de carrascos? Alguns argumentavam que se tratava de refugiados disfarçados, pessoas querendo aproveitar da generosidade do país. "Fingem ser kosovares, mas são nômades!", dizem. "Como pode um nômade, um sem pátria, ser um refugiado, uma pessoa que escapa do próprio país?", acrescentavam. Eram os "nômades" arquitetando mais uma das suas. Misturavam-se aos pobres refugiados kosovares, imitavam o seu desespero e sofrimento para gozar das vantagens do acolhimento italiano.

Trata-se, no fundo, de velhos estereótipos. A questão é saber quais os impactos dos mesmos na definição de políticas e de práticas de intervenção sobre os rom.

A decisão do então ministro do Interior, de não estender a aplicabilidade das medidas de proteção temporária previstas no decreto do Primeiro Ministro (12 de maio de 1999) aos milhares de refugiados que chegavam às praias italianas após o fim dos bombardeios da OTAN, torna ainda mais procedente a dúvida expressa no parágrafo anterior.

Os protestos suscitados pela decisão do ministro permitiram que a situação se

estabilizasse parcialmente, possibilitando a muitos rom acessar ao processo de asilo, nos casos de negativa da proteção temporária. Para quase todos, porém, a única forma de acolhimento real foram os "campos nômades" onde residiam parentes e amigos.

A presença de rom provenientes do Kosovo foi estimada em cerca de 10 mil no ano de 1999. Segundo relatório da Comissão Européia contra o Racismo e a Intolerância (ECRI, 2002), os rom "comparativamente beneficiaram-se menos que outros grupos das diversas oportunidades de regularização". Muito frequentemente, a única saída é a clandestinidade. Segundo dados recolhidos por Monasta (2001), em 2001, 2.936 dos cerca de 20 mil rom estrangeiros residentes em acampamentos legais e ilegais na Itália são provenientes do Kosovo.

NÃO CIDADÃOS

A definição do rom como "nômade" serve também para destacar um outro aspecto. A percepção dos rom como estrangeiros, como não italianos. Sob esta ótica podem ser lidas as práticas administrativas que delegam aos departamentos de "Estrangeiros e Nômades" questões inerentes a grupos rom e sinti de cidadania italiana (ver Turim, Roma). A esse respeito, afirma Piasere que

"A analogia nômade/cigano = estrangeiro é uma constante em nosso inconsciente coletivo, que as disposições oficiais continuam a confirmar, levando sempre à mesma equiparação: o nômade, como o estrangeiro, não deve gozar (ou não goza de fato) de todos os direitos de um cidadão" (Piasere, 1996, 26).

Trata-se de práticas enraizadas, manifestas em administrações tanto de direita quanto de esquerda. Como sublinha a pesquisa de Clough Marinaro sobre as políticas da administração de centro-esquerda governada por Rutelli em Roma quanto à numerosa comunidade rom residente, não obstante as boas intenções iniciais, as políticas da prefeitura fundam-se na premissa implícita de que os rom sejam "inerentemente nômades, desonestos

e incapazes de viver numa sociedade moderna" (Clough Marinaro, 2003, 203-204). Na prática, a "teoria dos nômades" é com frequência utilizada para fornecer uma legitimação cultural à marginalização dos rom.

A tendência de negar as peculiaridades e diferenças internas à comunidade rom e sinti, "um mundo de mundos", como definido por Piasere (1999), é um elemento importante das políticas italianas. Seguem-se dois corolários: assumir sua homogeneidade cultural e social e pretender a unanimidade quando se exprime suas necessidades e aspirações. Nas leis regionais, a negação das diferenças se manifesta também na falta de diferenciação entre sinti e rom de cidadania italiana ou não. Isso não ocorre na Ligúria e Lombardia (ver lei regional da Ligúria, 1992, artigo 1, parágrafo 2; lei regional da Lombardia 299/89, artigo 4, parágrafo 3), mas se trata de casos isolados. A falta de distinção entre estatutos jurídicos diferentes torna-se um obstáculo adicional para que as normas, definidas como "de tutela" dos rom, possam realmente exercer tal função.

Escreve Jean-Pierre Liégeois sobre a utilização instrumental, por parte do poder político, de elementos culturais, presumidos ou não, dos grupos "ciganos":

"O discurso político, [...] faz uso abundante de imagens estereotipadas, seja no modo de representar ciganos e viajantes nos textos de lei e nas regulamentações, seja nas definições introduzidas ao curso da ação política. [...] Por isso, ao longo dos anos, assiste-se a uma transformação das imagens em função do uso que delas feito e da evolução das instituições" (Liégeois, 1994, 156).

O "discurso público", o conjunto de definições públicas produzidas pela mídia (nacional e local), legitimadas por especialistas, cientistas ou testemunhas privilegiadas, assumidas como expressão da verdade e tornadas operativas no sistema político, determina o limite no qual se pode definir a cultura alheia, e seleciona os elementos que aparecem como mais funcionais ao próprio discurso (Dal Lago, 1998).

CONCLUSÕES

"O cigano não é definido como é, mas sim como deve ser por necessidade de ordem sócio-política" (Liégeois, 1980, 9).

A crise do Kosovo, com a chegada à Itália de milhares de refugiados de etnia rom representa, no percurso aqui traçado, um momento chave. Um momento no qual se manifesta claramente o conflito entre os estereótipos consolidados associados aos "nômades" e as exigências de sobrevivência de ciganos em carne e osso fugidos da guerra. Conflito que encontrará uma acomodação nas práticas das pessoas envolvidas, mantendo porém sem mudança os estereótipos consolidados. Como se viu, de fato estes tendem a resistir ao confronto com a realidade, oferecendo uma chave de leitura para esta.

A breve análise do caso dos rom na Itália evidenciou também a circularidade da relação entre definições oficiais, políticas e práticas burocráticas, e o seu objeto. Conforme já dito, as definições oficiais, mais que descrever a realidade, a criam e modelam. Através da política dos "campos nômades", fundada sobre falsas premissas e escasso conhecimento das necessidades das pessoas reais destinatárias da intervenção, as administrações italianas criaram espaços de segregação que terminam não apenas por reforçar os estereótipos da sociedade majoritária, mas também por forçar, direta e indiretamente, os rom a viverem estes estereótipos. De "nômades" a nômades.

* *Nando Sigona / Oxford Brookes University.*

NOTAS

1- A tradução mais usual, para português, de *rom* é justamente « cigano ». Porém, os rom consideram o termo depreciativo, e como o artigo busca justamente criticar o estereótipo anti-rom, optou-se por não adotar a designação tida como insultuosa (nota do tradutor).

2- Grupos de nômades da Europa Ocidental, considerados à parte dos rom, já que estes são em geral provenientes da Europa Oriental e dos Balcãs (n. do t.).

3- No original, em inglês, "politically correct" (n. do t.).

4- No original italiano, "politetiche" (n. do t.).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRUNELLO, P.
(1996) (ed.) *L'urbanistica del disprezzo*. Roma: manifesto libri.
- CERD
(1999) *Concluding Observations on Italy*. Geneva: United Nations.
- CLOUGH MARINARO, I.
(2003) 'Integration or marginalization? The failures of social policy for the Roma in Rome', *Modern Italy*, 8, 2 (2003): 203-218.
- DAL LAGO, A.
(1998) (a cura di) *Lo straniero e il nemico*, Milano: Costa & Nolan.
- ECRI
(2002) *2nd Report on Italy adopted the 22nd June 2001*. Strasbourg: ECRI.
- ERRC
(2000) *Campland. Racial segregation of Roma in Italy*. Budapest: ERRC.
- FONSECA, I.
(1995) *Bury me standing. The Gypsies and their journey*. New York: Vintage Books.
- FOUCAULT, M.
(1988) Foucault, M. (1988) *Storia della sessualità: La volontà di sapere, vol. I*, Milano: Feltrinelli (ed. orig. 1976).
- HEIN, C.
(2000) "Italy: gateway to Europe, but not gatekeeper?" in Van Selm, J. *Kosovo's refugees in the European Union*, London: Pinter.
- KARPATI, M.
(1969) 'La situazione attuale degli zingari in Italia', *Lacio Drom*, no.3-4-5: 77-83.
- KARPATI, M. (a cura di)
(1993) *Zingari ieri e oggi*, Roma: edizioni Lacio Drom.
- LIÉGEOIS, J.P.
(1980) 'Il discorso dell'ordine. Pubblici poteri e minoranze culturali', *Lacio Drom*, n.5: 9-29.
- LIÉGEOIS, J.P.
(1994) *Roma, Tsiganes, Voyageurs*, Strasbourg: Council of Europe.
- MARTA, C.
(1994) 'Zingari, Rom e nomadi: una minoranza di difficile definizione' in Vallini, C. (ed.) *Minoranze e lingue minoritarie*, Napoli: IUO.
- MONASTA, L.
(2001) *Note sulla mappatura degli insediamenti di Rom stranieri presenti in Italia*. Università di Firenze.
- PIASERE, L.
(1991) *Popoli delle Discariche. Saggi di antropologia zingari*. Roma: CISU.
- PIASERE, L.
(1995) (a cura di) *Comunità zingare, comunità girovaghe*, Napoli: Liguori.
- PIASERE, L.
(1996) "Stranieri e nomadi" in P. Brunello (a cura di) (1996), pp.23-28.
- PIASERE, L.
(1999) *Un Mondo di Mondi. Antropologia delle culture rom*. Napoli: l'ancora.
- PIASERE, L.
(2004) *I rom d'Europa. Una storia moderna*. Bari, Roma: Laterza.
- SCHIAVONE, G.
(1997) 'I Rom rifugiati' in Osella C. (ed) *Zingari profughi, il popolo invisibile*. Torino: edizioni Gruppo Abele.
- SIBLEY, D.
(1981) *Outsiders in Urban Societies*. Oxford: Blackwell.
- SIBLEY, D.
(1995) *Geographies of Exclusion*. London and New York: Routledge.
- SIDOTI, S.
(2002) *Pratiche d'erranza quotidiana in una comunità di Caminanti siciliani, Progetto OPRE ROMA: The Education of Gypsy Childhood in Europe*.
- SIGONA, N.
(2002) *Figli del Ghetto. Gli italiani, i campi nomadi e l'invenzione degli zingari*. Trento: Nonluoghi.
- SIGONA, N.
(2003) 'How can a 'nomad' be a 'refugee'? Kosovo Roma and Labelling Policy in Italy', *Sociology*, 37 (1): 69-79.
- SORAVIA, G.
1981, 'Zingari in Sicilia', *Lacio Drom*, n.2: 31-33.
- SZENTE, V.L.
(1997) 'Field Report: Italy', *Roma Rights*, autunno '97, pp.51-53.
- VIAGGIO, G.
(1997) *Storia degli Zingari in Italia*. Roma: Anicia.
- ZETTER, R.
(1991) "Labelling refugees: Forming and transforming a bureaucratic identity". *Journal of Refugee Studies*, 4(1): 39-61.
- ZETTER, R.; GRIFFITHS, D. E N. SIGONA
(2002) *Survey of Policy and Practice of Refugee Integration in the EU*. Oxford: OBU (rapporto di ricerca).

“A PRAÇA É NOSSA!”

FACES DO PRECONCEITO NUM BAIRRO PAULISTANO

Sidney A. Silva *

Situada entre o cruzamento de duas ruas movimentadas de um bairro tradicional da capital paulista, encontra-se a praça Padre Bento, conhecida, popularmente, como Praça do Pari. Cercada por algumas casas comerciais, bares e pela imponente Igreja de Santo Antonio, esta praça passou a ser o lugar de encontro para muitos imigrantes bolivianos, últimos a chegarem neste bairro, atraídos pelos empregos oferecidos por outros imigrantes, entre eles judeus e coreanos, que os antecederam nas pequenas confecções da cidade.

No início a convivência parecia ser pacífica, já que a ocupação da praça ocorria somente nos domingos à tarde. Entretanto, na medida em que a presença boliviana e de outros imigrantes hispânicos começou a crescer, alguns problemas vieram à tona e os moradores locais, por sua vez, sentiram-se incomodados com estes “invasores” temporários. Este foi o começo de um conflito que culminou na expulsão dos bolivianos da Praça do Pari no ano de 2002, pois no entender dos moradores locais, a praça que estes imigrantes ocuparam “tem dono”, e seus “legítimos” frequentadores resolveram restabelecer a “ordem” e a “tranquilidade” perdidas.

Tal fato caracteriza-se como uma manifestação explícita de preconceito em relação a novos grupos de (i) migrantes que continuam chegando na metrópole

paulistana, em busca da realização de seus sonhos pessoais e familiares, tal como o fizeram outros imigrantes no final do século XIX e início do século XX. Nesse sentido, este artigo propõe-se a tecer algumas considerações sobre os significados destes acontecimentos num país que se diz aberto aos imigrantes, pelo menos do ponto de vista do discurso oficial e do senso comum. Na prática, a história da imigração parece apontar para algumas contradições, que trataremos de explicitar ao longo deste texto.

Pari: um bairro marcado pelas sendas da (i) migração

Situado entre os rios Tietê e Tamanduatef, o bairro do Pari teve a sua história inicial vinculada à atividade da pesca, pois era desses rios que os seus moradores, indígenas, portugueses e mestiços, tiravam o sustento para suas famílias e, ao mesmo tempo, contribuía para dinamizar a economia da então Vila de Piratininga. Para facilitar a pesca, os pescadores colocavam em alguns pontos do rio armadilhas denominadas por eles de “pari”, as quais consistiam numa cerca de taquara ou cipó que eram colocadas de uma margem à outra do rio. Daí advém o nome deste bairro, que, segundo o recenseamento de 1765 tinha cerca de quinze residências e 72 pessoas (Ponciano, 2004:204). Com

a chegada da ferrovia, a partir de 1870, indústrias se instalaram no bairro e, ao longo da mesma, surgiram outros bairros operários, entre eles, Moóca, Barra Funda, Brás, Belém e Belenzinho.

Para facilitar o comércio local, chegou a ser criada uma alfândega entre o Brás e o Pari, uma extensão daquela existente em Santos. Em razão do grande número de trens, em 1891 foi implantado no bairro um dos maiores pátios ferroviários da cidade, denominado de Pátio do Pari.

Oswaldo, morador do Pari há 72 anos, de ascendência portuguesa e italiana, testemunhou algumas mudanças pelas quais passou este bairro durante a sua história. Ele conta que ainda se lembra “de quando andavam vendendo leite de cabra na rua” pois, segundo Oswaldo, um homem tinha cinquenta animais, o qual vendia o leite em copo ou em litro, e era baratinho. Acrescenta ainda que, “na Avenida Valtier passava o bonde que ia até o ponto final de ônibus e depois retornava ao Largo São Bento”.

Em 1914 foi fundada a paróquia Santo Antônio do Pari, a qual foi inaugurada no dia 13 de junho de 1924, dia em que se festeja este santo de origem portuguesa e que viveu na Itália. Desde a sua fundação esta igreja é dirigida pelos frades franciscanos. Com o aumento da presença italiana no vizinho bairro do Brás e no próprio Pari, estes imigrantes começaram a frequentar a praça Padre Bento nos fins de semana, para cantar e dançar.

Com o processo de industrialização, novos personagens entraram em cena, desta vez, os migrantes internos, que além de sua mão-de-obra, contribuíram para uma maior diversificação cultural da capital paulista. Em 1893, São Paulo já apresentava uma grande variedade de sotaques e tradições, uma vez que naquele ano, 54,6% da população paulistana era estrangeira (Hall, 2004: 121). Esta forte presença se manteve até 1950, embora no conjunto da população do estado os migrantes nacionais já ultrapassavam os oriundos de outros países (Durham, 2004: 185).

Assim, a diversidade étnica e cultural da capital paulista é perceptível nos chamados bairros operários, entre eles o Pari, onde, além de italianos, portugueses e espanhóis, temos a presença dos sírio-libaneses, que já eram numerosos na cidade no início dos anos 30, particularmente, nos distritos da Sé e Santa Efigênia (Truzzi, 1997:41). A existência de vários tipos de comércio pertencentes a esses imigrantes, da Liga Juventude Islâmica do Brasil e de uma mesquita voltada para a comunidade muçulmana, atesta a importância da presença deles no bairro.

A partir da década de 1970, temos a chegada dos coreanos, que apoiando-se numa organização interna de auto-ajuda, denominada por eles de *kye*, e na contratação de mão-de-obra clandestina dentro da comunidade, passaram a dominar rapidamente a produção e o comércio de roupas em São Paulo (Shoi, *apud* Silva, 1997: 86). E para suprir a necessidade de mão-de-obra barata nas confecções, a solução estaria nas mãos de outros imigrantes, já que explorar os próprios compatriotas não contribui para consolidar a imagem de imigrantes bem sucedidos diante da opinião pública paulistana. É neste contexto que bolivianos, paraguaios, peruanos, entre outros, começaram a chegar no Pari, Brás e Bom Retiro, atraídos pela propaganda de boas oportunidades no mercado de trabalho paulistano. Porém, o que este mercado tem a lhes oferecer são empregos mal remunerados e sem nenhum direito trabalhista assegurado, como é o caso do setor da confecção (Silva, 1997:126).

Apesar das condições desfavoráveis

enfrentadas por muitos deles, este tipo de inserção subordinada no mercado de trabalho é capaz de propiciar a possibilidade de mobilidade econômica, na medida em que o imigrante for capaz de conjugar o trabalho familiar e a contratação de outros compatriotas para a prestação de serviços. Apoiadas numa rede de aliciamento e contratação de mão-de-obra, grande parte dela indocumentada, as pequenas confecções nascem, muitas vezes, como um empreendimento familiar e, de certa forma, artesanal, para depois se transformar em pequenas e médias empresas, incorporando, inclusive, modernas tecnologias no seu processo de produção.

Nesta perspectiva, o setor da confecção continua alimentando nestes imigrantes o sonho de uma vida melhor, a qual significa passar da condição de costureiros à condição de oficinistas, ainda que para tanto eles tenham que se sujeitar às duras condições de trabalho, as quais são impostas por compatriotas ou por empregadores de outras nacionalidades (Silva, 1999:114). A perseguição deste sonho explica, em parte, a manutenção do fluxo de imigrantes bolivianos para a capital paulistana, particularmente, para bairros tradicionais da cidade, como o Brás, o Pari e o Bom Retiro, vivendo em condições de insalubridade, semelhantes àquelas enfrentadas pelos italianos e outros imigrantes no final do século XIX.

A origem dos conflitos e a exacerbação dos preconceitos

Com o aumento da presença de bolivianos na cidade de São Paulo, atingindo o seu pico no final dos anos 90, a frequência destes imigrantes na Praça do Pari também aumentou, pois segundo estimativas da Pastoral do Migrante existem cerca de 32 mil latino-americanos na região do Brás e Pari. Todos os domingos à tarde e parte da noite, os bolivianos enchem essa praça em busca de um momento de lazer, de alguma informação sobre o país de origem, de uma nova proposta de trabalho, para reencontrar-se com algum compatriota,

paquerar, comprar produtos típicos, degustar comidas regionais ou ainda ouvir músicas bolivianas e latinas. Com o aumento do número de frequentadores, começaram a surgir alguns problemas, entre eles, a violência, em razão do excesso de bebidas, limpeza insuficiente do local, música em alto volume, entre outros. Incomodados com esta presença, moradores do bairro organizaram um abaixo assinado, objetivando a expulsão dos bolivianos daquela praça, isto com a anuência de um líder político local, Adilson Amadeu, e do pároco da Igreja de Santo Antonio. E como se não bastasse, a intolerância tornou-se pública através de uma faixa colocada na praça, com os seguintes dizeres: "A praça é nossa! Exigimos respeito. Estamos aqui há mais de cem anos". Porém, é bom lembrar que os moradores que se crêem os "donos" legítimos da referida praça, com certeza tem alguma ascendência européia, ou seja, seus antepassados vieram de países como Portugal, Itália, Espanha, entre outros e, portanto, também eram estrangeiros na terra que hoje é a sua pátria.

No rescaldo dos fatos, depois de várias tentativas de negociação, envolvendo várias entidades, a Prefeitura concedeu aos bolivianos um novo espaço no mesmo bairro, num local mais isolado, o qual foi denominado por eles de Praça *Kantuta*, nome de uma pequena flor do altiplano tida como símbolo pátrio, porque tem as três cores da bandeira boliviana - o vermelho, o amarelo e o verde. A transferência para a nova praça aconteceu no início de junho de 2002, mês em que se realiza a tradicional quermesse de Santo Antonio naquela praça. Portanto, era necessário "limpar" a área para os festejos.

Para os bolivianos, a transferência foi vista como um ato generoso da Prefeitura Paulistana, a qual prometeu oferecer uma infra-estrutura básica para o seu funcionamento. Entretanto, até a sua regulamentação, efetuada no dia 24 de setembro de 2004, a praça funcionava de forma precária, situação esta que ainda persiste.

Além da feira gastronômica e dos multiserviços lá oferecidos, esta praça passou a ser o palco de manifestações culturais, como as festas de *alasitas* e o

carnaval.

A primeira é celebrada no dia 24 de janeiro, na cidade de La Paz, dia do deus da fartura, uma deidade incaica denominado de *Ekeko*. A origem desta festa remonta à época pré-colombiana e é uma reprodução em miniatura das feiras comerciais da colônia. A sua representação é a de um boneco sorridente vestido com

um *chullo* ou gorro de lã, um chaleco diminuto, sandálias de couro nos pés e um poncho vermelho sobre os ombros. Nas costas ele leva produtos em miniatura e outros objetos fundamentais à vida das pessoas.

Segundo a tradição, neste dia cada pessoa deve comprar as *alasitas*, ou seja, objetos em miniaturas - como casas, carros,

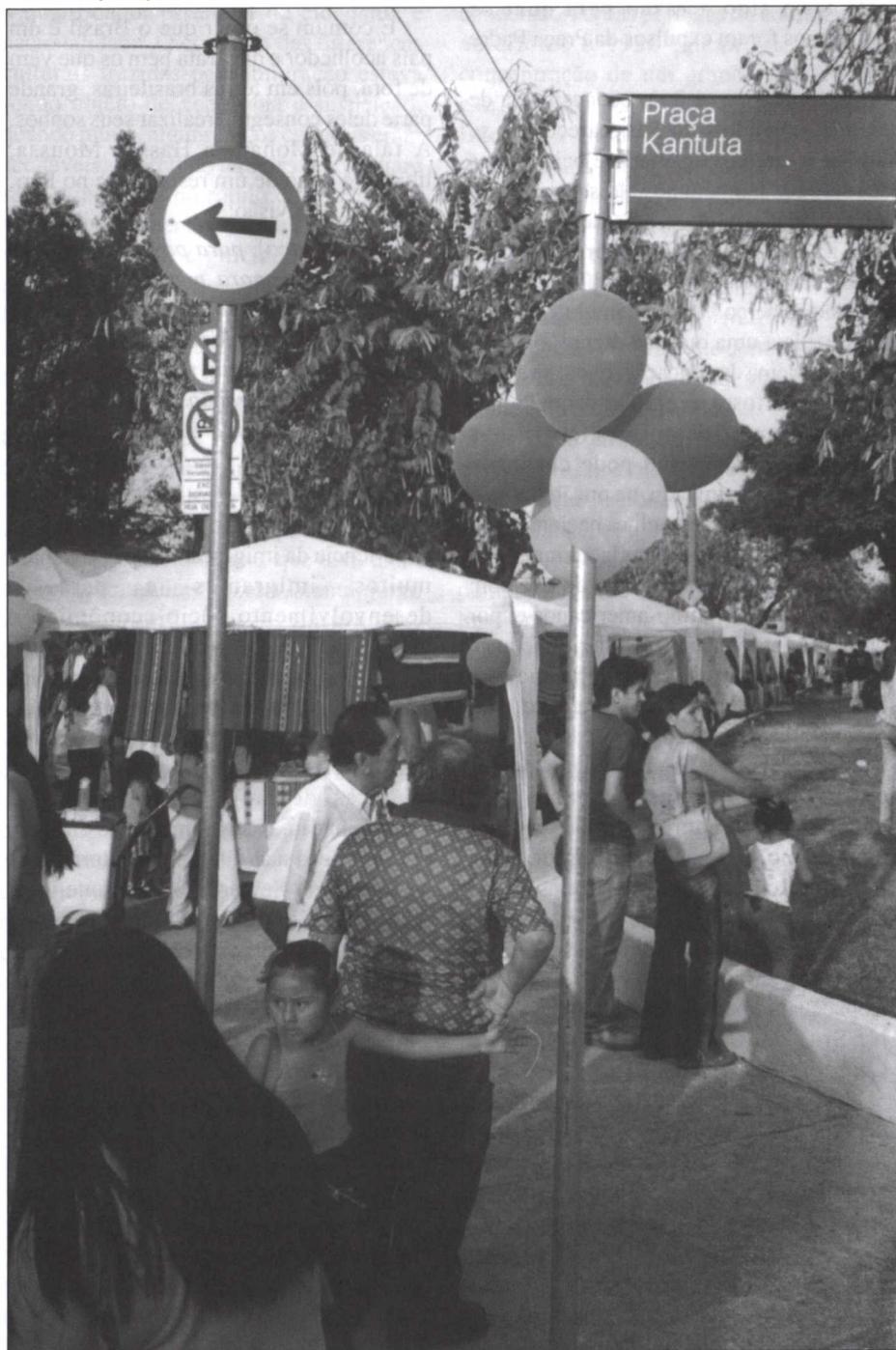
máquinas de costura, dinheiro, entre outros - representando o desejo de vir a possuir estes bens materiais no futuro, levando-os ao meio-dia a uma igreja para serem abençoados por um padre. De igual forma deve-se realizar o ritual da *ch'alla*, uma libação com bebidas alcoólicas oferecida à *Pachamama* por um *Yatiri* (sacerdote andino), para que a Mãe Terra também permita a realização dos desejos de cada um.

Em São Paulo, a primeira edição da festa foi realizada com poucas barracas na Praça do Pari, em 1999. Depois da sua transferência para a Praça Kantuta, em 2002, o festival cresce a cada ano em expressão e em número de participantes, estes de todas as idades e classes sociais. Todos os anos é realizada uma cerimônia de abertura da festa, organizada pela Associação Padre Bento, que é a encarregada de gerir as atividades na referida praça. Dela participam autoridades representativas da comunidade, o padre da pastoral dos migrantes e outros convidados. Depois de algumas palavras de abertura do presidente da Associação Gastronômica Padre Bento é tocado o hino nacional boliviano, cantado com emoção pelos bolivianos (as) presentes.

Concluída a cerimônia de abertura, o festival continua com a entrada do *Ekeko* em pessoa, representado nos últimos anos pelo Dr. Rolando Panoso Terán, presidente da Sociedade Folclórica Boliviana, o qual é acompanhado por um grupo de dançarinos que apresenta a "dança do *Ekeko*". A expectativa na praça é grande, pois todos querem tocar o *Ekeko* com suas *alasitas* na mão ou simplesmente pegar notas de dinheiro distribuídas por ele, pois, nesse momento, dramatização e mito se fundem numa única festa, permeados pelo mágico-religioso. Dando continuidade à festa, o próprio grupo folclórico apresenta algumas danças típicas, entre elas a *morenada*, a *diablada*, os *caporales* entre outras, tudo em homenagem à deidade que personifica a abundância.

O carnaval é outra festa realizada anualmente na Praça Kantuta, onde no domingo de carnaval acontece uma "entrada" com vários grupos folclóricos, que apresentam danças típicas da Bolívia, como *chutas*, *morenada*, *caporales*, *tinkus*,

Foto: Sidney A. Sylva



diablada, entre outras. A cada ano novos grupos vão se integrando à festa, como é o caso de *los Terribles Quirkinchos* (tatus), formado por um grupo de orurenhos residentes em São Paulo para o carnaval de 2005. Outra especificidade deste carnaval é a participação das crianças, as quais tomam parte num concurso de fantasias. Entre os jovens e adultos, a grande sensação é a tradicional brincadeira de jogar espuma e globos cheios de água nos que passam pelo local, prática já pouco constatada no carnaval brasileiro.

Na terça de carnaval acontece a *ch'alla* da casa e dos instrumentos de trabalho, entre eles as máquinas de costura, pedindo à *Pachamama* saúde, trabalho e prosperidade. Entretanto, este ritual não se restringe ao ambiente privado da casa, mas é realizado também na Praça Kantuta, onde os bolivianos procuram um pedaço de terra para ali fazerem as suas oferendas e pedidos à Mãe Terra, dizendo: “*Pachamama*, Terra Santa, esta Terra me criou, esta Terra me come”.

Além disso, temos a despedida do carnaval no primeiro domingo da quaresma, chamado de domingo de *Tentación*, uma alusão às tentações sofridas por Cristo no deserto.

Apesar de todo esforço de organização da Associação Gastronômica Padre Bento, a feira dominical boliviana enfrenta uma situação paradoxal: se por um lado, ela contribui para reforçar as identidades dos bolivianos em São Paulo, por outro, ela propicia também a exacerbação de preconceitos, os quais acabam sendo extensivos a todo o grupo na cidade. Os motivos para tanto são explicitados por Elisabeth, moradora do Pari há quarenta anos, segundo a qual o bairro era “uma beleza, uma maravilha. Agora está um lixo”. Na sua opinião esta deterioração se deve à presença dos migrantes internos que são acolhidos nos albergues municipais existentes no bairro e pela presença da feira boliviana. Esta visão preconceituosa é compartilhada por Wagner, morador do bairro há dez anos e neto de portugueses, segundo o qual o incômodo é resultante do não respeito da parte dos bolivianos das regras da boa convivência, como, por exemplo, passar em frente da casa de alguém e jogar uma fralda suja da criança,

ou ainda estacionar em local de guia rebaixada. Isto o leva a concluir que “eles não têm educação” e, portanto, são um povo que “não tem cultura”. Para ele a solução para o problema seria colocá-los num lugar à parte e fechado, “onde não incomodassem ninguém”. Outro morador argumenta que os bolivianos “são muito trabalhadores”, porém deixam a desejar no que se refere à limpeza, pois, segundo ele, esta teria sido a razão pela qual os bolivianos foram expulsos da Praça Padre Bento.

Entretanto, a visão preconceituosa de alguns moradores do Pari parece não se limitar à circunscrição desse bairro, mas se reproduz também nos altos escalões da administração pública, pois, segundo uma funcionária do governo brasileiro, o problema da higiene na Bolívia “é uma questão de berço”. Nesse sentido, a cultura é reduzida a uma questão menor, ou seja, num problema de educação, como se a falta de assepsia fosse exclusiva daquele país ou de grupos de migrantes menos favorecidos. Tal visão pode encontrar explicação, por um lado, na opção política e econômica feita pelas elites nacionais que sempre preferiram estreitar laços mais com os Estados Unidos e Europa, do que com os seus vizinhos latino-americanos e, por outro, no desconhecimento da rica herança cultural reproduzida pelos bolivianos em São Paulo, seja na anterior praça do Pari, seja na atual praça *Kantuta*. Além desses “pedaços” bolivianos na cidade, temos outros importantes espaços de manifestações culturais apropriados por eles, como é o caso do Memorial da América Latina, por ocasião das festas pátrias, e da igreja N. Sra. da Paz, onde no mês de agosto são celebradas as suas festas devotas, entre elas a de N. Sra. de Copacabana, padroeira da Bolívia e a de N. Sra. de Urkupiña, padroeira de Cochabamba (Silva, 2003).

Contudo, o preconceito transforma o desconhecido em algo a ser evitado e rejeitado de antemão, porque tudo o que é estranho aos padrões culturais vigentes, apresenta-se como ameaçador e, até mesmo, como diabólico. A seguir, explicitaremos as razões pelas quais visões etnocêntricas foram sendo construídas ao longo da história da imigração brasileira e

que, por sua vez, se manifestam na atual conjuntura, seja nas atitudes pouco receptivas de alguns Agentes da Polícia Federal, seja nos estranhamentos manifestos no cotidiano do bairro em foco.

A imigração e suas apropriações na construção da brasilidade

É comum se ouvir que o Brasil é um país acolhedor e que trata bem os que vêm de fora, pois em terras brasileiras, grande parte deles conseguiu realizar seus sonhos. A fala de Mohaman Hassan Moussa, libanês e dono de um restaurante no Pari, confirma esta visão:

“Lá (Libano), para passear, para ver a família; aqui agora, meu trabalho, onde eu ganho o meu pão, onde nasceram os meus filhos e estudaram. Eu tenho três filhos, graças a Deus formados. O mais velho fez administração de empresa, o do meio é fisioterapeuta e a minha filha, a caçula, é jornalista. Graças a Deus a gente está aqui no Brasil.”

Se, por um lado, é verdade que a experiência da imigração foi positiva para muitos imigrantes e para o desenvolvimento sócio-econômico e cultural do país, por outro, não se pode negar as dificuldades enfrentadas pelos ádvenas, tanto do passado quanto do presente. Entre elas vale destacar a exploração de sua mão-de-obra nas lavouras de café, o isolamento, a discriminação, o cerceamento de direitos, a negação das suas diferenças culturais, etc, pois segundo Seyferth, o imigrante ideal para o Brasil era o “lavrador e artesão, desde que morigerado, resignado, sóbrio, trabalhador e submisso às autoridades” (Seyferth, 2004: 23).

Na verdade, segundo a mesma autora, o país sempre esteve aberto à imigração, mesmo a partir de 1934, quando se estabeleceu cotas, desde que os imigrantes fossem “brancos”, pois o que estava em jogo era a própria constituição étnica da nação brasileira, a qual deveria ser branca e afiliada a uma herança cultural lusitana (Neiva, apud: Seyferth, 2004: 30). A partir desta perspectiva assimilacionista não havia espaço para a manifestação das

diferenças culturais e, como tal, deveriam ser anuladas, pois elas representavam um perigo à unidade nacional. A campanha de nacionalização, iniciada em 1937, é o resultado da política nacionalista do Governo Vargas, cujos desdobramentos são a proibição do uso de línguas estrangeiras nas escolas étnicas, bem como a intervenção nas associações comunitárias, gerando, assim, um clima de desconfiança que acabaria por denunciar aqueles que insistissem em usar a língua materna (Seyferth, 2004:31).

Com a mudança do cenário político brasileiro, a partir dos anos 60, o estrangeiro passa a ser uma possível ameaça à segurança nacional e, portanto, era preciso precaver-se deste perigo externo e, ao mesmo tempo, proteger o trabalhador nacional da concorrência com a mão-de-obra estrangeira. Neste contexto, surge em 1980 o Estatuto do Estrangeiro, inspirado por uma preocupação policialesca e nacionalista, que na verdade visava dificultar a entrada no Brasil de imigrantes pobres e pouco qualificados, advindos, em grande parte, de países latino-americanos e africanos. Entretanto, como nem sempre as legislações estão em sintonia com a dinâmica migratória, a qual, em geral, é estimulada por interesses econômicos, criou-se no país a figura do imigrante indocumentado, vulnerável a toda e qualquer forma de exploração e extorsão, seja de parte de patrões inescrupulosos, seja dos grupos organizados em tráfico humano, e não raras vezes, de pessoas envolvidas com a venda de documentos falsificados.

Além do cerceamento de direitos, que impede o exercício da sua cidadania, os imigrantes mais pobres estão sujeitos a outras formas de discriminações, oriundas, em geral, da sua condição social, étnica e cultural, pois no caso dos bolivianos, a associação entre pobreza, origem étnica, ou seja, indígena, e falta de cultura é automática, particularmente entre brasileiros que desconhecem as dificuldades enfrentadas por estes imigrantes em São Paulo, bem como a sua contribuição econômica e cultural para a cidade.

Se o Brasil é um país que sempre esteve aberto aos estrangeiros, onde estariam

então as razões para se discriminar novos imigrantes que continuam chegando em São Paulo, inclusive por pessoas cujos antepassados também foram imigrantes e enfrentaram discriminações, como é o caso dos italianos? Um verso de 1927, publicado por Antônio de Alcântara Machado em “Brás, Bexiga e Barra Funda”, mostra como eles eram vistos pelos brasileiros:

*Carcamano pé-de-chumbo
Calcanhar de frigideira
Quem te deu a confiança
De casar com brasileira?*

Além destes preconceitos, estes imigrantes enfrentaram hostilidades em razão de suas opções políticas, ou seja, foram acusados de estarem disseminando idéias socialistas e anarquistas entre os operários brasileiros (Hall, 2004: 125).

Em primeiro lugar, como afirma João Baptista Borges Pereira, é preciso ter presente que, “(...) a história da humanidade parece ser a seqüência contínua da construção e quebra do etnocentrismo: os povos fecham-se e abrem-se aos *diferentes* sob a ação de múltiplos fatores sociais, culturais, políticos, econômicos, etc. (Borges Pereira, 1996:19). (grifo do autor). Em segundo lugar, o fenômeno da emigração recolocou o Brasil no circuito das migrações internacionais, obrigando o governo brasileiro a tomar uma série de medidas para acompanhar os seus emigrados nos mais diferentes contextos, ainda que tais medidas estejam mais relacionadas às remessas de dólares feitas pelos brasileiros, do que propriamente voltadas a uma política de emigração. Nesse sentido, a preocupação com a forma de como os brasileiros são tratados lá fora, obriga-nos a avaliar também como tratamos os “outros” por aqui.

No caso que estamos focando, dois fatores parecem ser preponderantes na construção de preconceitos. O primeiro deles é de ordem étnico-cultural, pois para muitos brasileiros a experiência da imigração que ficou, é aquela que está ancorada num imaginário de que o imigrante “bom” é aquele que veio da Europa para “desbravar” as terras brasileiras, e graças à sua “cultura superior”, ascendeu socialmente e, ao

mesmo tempo, contribuiu para “branquear” a nação brasileira.

Tal visão é explicitada através da fala do Sr. Osvaldo, morador antigo do Pari, o qual relata a história da imigração no referido bairro, a partir dos referenciais acima citados. Diz ele:

“Aqui era só a colonização italiana. Português era mais na Vila Maria. E uma outra raça, alemão, pouquíssimo. Mas o forte era mesmo italiano, espanhol... Depois começou chegar japonês, mas eles não gostavam da cidade, paravam aqui e iam para o interior, gostavam de lavoura, café... Agora eles não gostam mais de lavoura pesada, gostam de miudeza, pimentão, pepino..., isto dá mais lucro para eles. Mas é uma raça trabalhadora. Depois vieram os lituanos, poloneses... Depois começou a vir a migração do Norte, isso depois que Juscelino montou aqui as montadoras de automóveis, e aí começou a vir gente de tudo quanto é lado. E agora, ultimamente, só gente que não presta, boliviano vem com cinco, seis filhos, tudo jogado aí, arruma filho para não poder ser mais mandado embora. Aqui para baixo está tudo infestado de Bolivianos.”

E acrescenta:

“Muçulmano aqui é muito pouco, o muçulmano já é outra cultura, não se pode comparar a cultura do muçulmano com a do boliviano, do paraguaio... Por que a Espanha é hoje umas das grandes potências do Mundo? Porque a colonização foi muito boa. Os árabes ficaram lá setecentos anos. Já na Itália foi o contrário, foram os fenícios. Antigamente o comércio era dominado pelos sírio-libaneses, aqueles que andavam com as coisas no ombro, vendendo colchas. Em resumo, com a minha experiência de trinta e seis anos viajando, o Sul eu achei que é outra cultura. O sul do Paraná é outra cultura, o Norte não, tem muito aventureiro. Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, parece que você está em outro país.”

A partir desta leitura preconceituosa da (i) migração, a origem étnica e a cultura passam a ser os referenciais determinantes do sucesso ou do fracasso na história dos imigrantes. Na verdade, é preciso ter

presente um segundo fator explicativo para o suposto sucesso dos imigrantes que chegaram antes dos bolivianos, ou seja, a conjuntura econômica, a qual era favorável a quem escolhesse São Paulo para trabalhar e viver. Hoje temos exatamente o inverso, inclusive, os imigrantes são acusados pelos trabalhadores locais de “roubarem” os poucos empregos disponíveis no disputado mercado de trabalho paulistano, os quais supostamente seriam destinados aos nacionais.

Tal visão foi explicitada pelo prefeito José Serra no dia da sua posse, pois segundo ele, também filho de imigrantes, São Paulo era “a terra das oportunidades para quem vinha de fora, para migrantes da Europa e da Ásia, para migrantes de todas as regiões do Brasil”. Entretanto, reconhece o próprio prefeito que, “é possível que São Paulo não venha a ser de novo uma terra de oportunidades para grandes correntes migratórias. Mas certamente pode voltar a sê-lo para seus moradores”. Isto significa que os moradores desta cidade devem ser tratados como cidadãos, sejam eles (i) migrantes ou não. Nesta perspectiva, toda e qualquer forma de preconceito deve ser combatida, inclusive aquela que, segundo Odylo Costa Filho, é a pior de todas no Brasil: a “de se negar o preconceito” (Costa Filho, 1960:01).

Talvez o problema maior esteja na cabeça daqueles que sempre apresentaram uma imagem distorcida de um país que não é branco, mas que sempre se esforçou para sê-lo. Daí a valorização da imigração européia e asiática e os estranhamentos em relação a tudo o que vem da periferia desta América indígena e negra, o que parece nos acompanhar desde os tempos coloniais. Por isso não causa nenhuma estranheza o fato de que moradores contíguos a algumas praças da cidade se sintam incomodados com o som da flauta andina, tal como se sentiam incomodados os moradores da Casa Grande com os sons advindos dos atabaques tocados nas Senzalas. Isto revela que, “fracassada a experiência romântica do início do século XIX, que tentou impor uma imagem branca para esse país mestiço” (Schwarcz, 1994: 22), a forma de tratar a diferença mudou pouco entre aqueles que ainda insistem em

pautar as relações sociais no Brasil, a partir dos privilégios de classe e de classificações raciais. Tal postura contrapõe-se à proposta de uma sociedade multicultural e multiétnica, a qual implica no respeito ao direito à diferença em condições de igualdade, superando os racismos e etnocentrismos (Seyferth, 2004:16).

Resgatar a contribuição das matrizes formadoras de nossa cultura, a indígena, a européia e a africana, é a condição precípua para se iniciar a desconstrução de preconceitos que ainda persistem entre nós, exatamente por desconhecermos o processo de *mestiçagem cultural e biológica*, ensejado pelo processo de colonização. Tal processo engendrou uma dinâmica peculiar à cultura brasileira, conferindo a algumas práticas culturais, dentre elas as festas devotas ou “profanas”, um poderoso elemento de aglutinação e demarcação da identidade nacional. Isto porque as festas, como uma linguagem polissêmica, são capazes de incorporar o diferente e re-significá-lo, a partir de novos parâmetros. Num contexto de migração e discriminação, como o vivenciado pelos bolivianos, as festas devotas passaram a ser um importante espaço de reafirmação de identidades e, ao mesmo tempo, de diálogo com o novo contexto cultural em que estão inseridos (Silva, 2003:186).

É por isso que não é difícil ver traços culturais comuns das matrizes formadoras entre as culturas latino-americanas, como é o caso da africana, seja nas *Diabladas*, *Morenadas*, e *Caporales* bolivianos, ou nos *Maracatus*, *Bumba-meu-boi* e *Moçambique* brasileiros, só para citar alguns exemplos. Procurar entender os processos de re-apropriação e re-significação de elementos culturais realizados pelos negros e mestiços no Brasil, e pelos indígenas e *cholos* da América Hispana, é o primeiro passo para que o diálogo entre as culturas abra um caminho de aproximação e intercâmbio entre brasileiros e bolivianos, capaz de vencer os preconceitos e etnocentrismos que tanto nos aviltam e empobrecem.

* Sidney A. Silva é Antropólogo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA MACHADO, Antônio de

(2004) *Brás, Bexiga e Barra Funda/Laranja da China*. São Paulo, Ed. Martin Claret.

BORGES PEREIRA, João B.

(1996) “O retorno do racismo” In: *Raça e Diversidade*. SCHWARCZ, Lília Moritz e QUEIROZ, Renato da Silva (orgs). São Paulo, Edusp, pp. 17-27.

COSTA FILHO, Odylo

(1960) “Pequenas histórias do preconceito de cor numa terra onde ele há”. In: *Revista Senhor*, Rio de Janeiro, nº 3, março.

DURHAM, Eunice

(2004) *A Dinâmica da Cultura: ensaios de antropologia*. São Paulo, Cosac Naify.

HALL, Stuart

(2003) *Da diáspora. Identidades e mediações*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.

HALL, Michael

(2004) “Imigrantes na cidade de São Paulo” In: *História da Cidade de São Paulo. A cidade na primeira metade do séc. XX*. PORTA, Paula (org.). São Paulo, Paz e Terra, pp.121-151.

NOGUEIRA, Oracy

(1979) *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo, T. A. Queiroz.

PONCIANO, Levino

(2004) *São Paulo: 450 bairros, 450 anos*. São Paulo, Ed. Senac São Paulo.

SEYFERTH, Giralda

(2004) *Imigração e Diferenciação cultural: a problemática dos conceitos de etnicidade, raça e multiculturalismo*. Encontro anual da ANPOCS, Caxambu.

SCHWARCZ, Lília K. M.

(1994) “Diálogos nada Arbitrários” In: *Os Herdeiros da Noite: fragmentos do imaginário negro – Palmares 300 anos/ textos de Emanuel Araújo e outros*. Pinacoteca do Estado, pp. 21-22.

SILVA, Sidney A.

(1997) *Costurando Sonhos. Trajetória de um grupo de imigrantes bolivianos em São Paulo*. São Paulo, Paulinas.

SILVA, Sidney A.

(1999) “Estigma e mobilidade: o imigrante boliviano nas confecções de São Paulo”. In: *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.16 nº 1/2 – Jan-dez., pp. 111-119.

SILVA, Sidney A.

(2003) *Virgem/Mãe/Terra. Festas e Tradições bolivianas na metrópole*. São Paulo, Hucitec/FAPESP.

TRUZZI, Oswaldo M.S.

(1997) *Patrícios. Sírios e Libaneses em São Paulo*. São Paulo, Hucitec.

ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITO NA EXPERIÊNCIA DOS IMIGRANTES BRASILEIROS NO PORTO, PORTUGAL

*Igor José de Renó Machado **

T

odas as preocupações dos imigrantes brasileiros no Porto estão como que atadas ao universo mais significativo da vida cotidiana, que é o do trabalho. De certa forma, o trabalho ou a busca de um emprego confere um nexo central às ações e relações dos imigrantes. As relações de amizade em geral se formam nos locais de trabalho; a descoberta dos bares noturnos para os imigrantes também é apresentada aos imigrantes recém-chegados pelos companheiros de trabalho mais antigos; a busca de emprego se faz através das relações de amigos, conhecidos ou conhecidos de conhecidos que trabalham em algum lugar onde é possível arranjar trabalho; as brincadeiras nos churrascos e nas confraternizações se referem aos acontecimentos dos locais de trabalho, etc.

Por outro lado, a relação com a sociedade portuguesa também passa pelo local de trabalho: os primeiros patrões portugueses, as primeiras experiências de exploração, a percepção da fragilidade da situação de ilegalidade, o contato com fregueses portugueses (no caso dos que trabalham como atendentes). O trabalho, motivo primeiro para a emigração, como

atestam várias entrevistas que realizei entre os imigrantes, é uma preocupação onipresente para grande maioria dos brasileiros com os quais entrei em contato. O universo do trabalho medeia tanto a relação dos imigrantes com a “comunidade brasileira” já instalada no Porto como a relação com a sociedade portuguesa.

É por esse motivo que este artigo versa principalmente sobre uma dimensão específica da vida cotidiana dos brasileiros no Porto: àquela que se refere justamente ao universo do trabalho, não apenas na sua narrativa pura e simples, mas numa tentativa de entender como a experiência do trabalho se articula tanto aos estereótipos portugueses sobre os brasileiros como à construção de uma identidade brasileira específica dos brasileiros imigrantes.

O CAMPO

As reflexões apresentadas neste artigo são baseadas no trabalho de campo desenvolvido para a realização da minha tese de doutorado (Machado, 2003). O trabalho de campo foi realizado entre

março e outubro de 2000, além de duas outras estadias mais rápidas, a primeira em janeiro e fevereiro de 1998 e a segunda em fevereiro de 2002. Meu recorte espacial circunscreveu uma grande área, uma vez que os brasileiros não se agrupam em lugares específicos da cidade. O centro da pesquisa foi a cidade do Porto, onde se concentra grande parte das atividades econômicas dos brasileiros, mas os imigrantes moram nas cidades do entorno, que poderíamos chamar de “grande Porto”. São elas: Matosinhos, Leça da Palmeira, Vila Nova de Gaia, Maia, Gondomar, Valongo.

O fato de estarem espalhados por lugares dispersos e, muitas vezes, longe uns dos outros facilita, ou potencializa, o papel de bares e restaurantes brasileiros como os pontos de encontro privilegiados, como os lugares onde brasileiros travam conhecimento uns com os outros e estreitam suas redes de relações. Os bares e restaurantes, onde uma parte considerável da pesquisa foi realizada, são, de certa forma, os nós de redes sociais que se espalham não uniformemente pela grande Porto e também por cidades do interior do norte de Portugal. Conectam, num mesmo ambiente, várias redes de trabalhadores de diversos lugares, formando um mapa do mundo do trabalho de imigrantes brasileiros no Porto.

A CIDADE DO PORTO NO CONTEXTO DA IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL

No contexto português, a cidade do Porto agrega menos imigrantes que outras regiões. Os dados de 2000, embora se refiram apenas aos imigrantes legalizados, permitiam inferir que Lisboa e redondezas eram o grande centro de imigração brasileira em Portugal e que o Porto era o segundo lugar onde se concentravam mais brasileiros¹. Isso representava cerca de 3.308 brasileiros vivendo legalmente no Porto em 1999, número que não revelava de forma alguma a extensão da presença brasileira naquela localidade, dado o

enorme número de indocumentados que encontrei em 2000. O processo de legalização de 2001 demonstrou como era relevante o número de imigrantes ilegais àquela altura.

A imigração brasileira recém legalizada após 2001 continua centrada na área metropolitana de Lisboa, com cerca de 63% do total de legalizados. Em seguida surge Faro (sul de Portugal), como segundo destino e Porto como terceiro, com cerca de 9,5% e 7,5%, respectivamente. O que vemos é uma maior concentração de brasileiros em Lisboa e uma dispersão maior pelas demais regiões. O Porto continua a ser o segundo maior concentrador de brasileiros². Mas com cerca de 11% dos imigrantes, Porto viu menos brasileiros serem legalizados em 2001 do que em Faro, por exemplo. Ao contrário da região de Lisboa, Porto concentra pouca imigração “em português”, e apenas os números de guineenses são de alguma relevância, ainda assim menor que o de chineses (Machado, 2003:303). O maior contingente de ilegais no Porto era (embora não tenhamos conhecimento sobre a situação atual) de ucranianos, com 5.510 legalizações em 2001, seguidos de 1.933 legalizações de brasileiros (Machado, 2003:308).

Vê-se que em 2001, no Porto, houve um aumento de 216% na população de imigrantes. Esse aumento foi menor que o que aconteceu em outras dez regiões, mostrando que em termos relativos o Porto não tem sido um dos principais destinos. Mas, em termos absolutos, Porto é a terceira região com mais imigrantes, muito atrás de Lisboa/Setúbal e pouco atrás de Faro. As regiões de Lisboa e Algarve exercem mais atração para os imigrantes que as demais regiões de Portugal.

O PERFIL DOS IMIGRANTES BRASILEIROS

O alvo da pesquisa foi majoritariamente os imigrantes “pobres”, buscando um contraste em relação à imagem vigente na época, que pressupunha uma imigração brasileira altamente

qualificada e bem remunerada. Essa imagem era derivada dos números oficiais da imigração em Portugal. A imigração brasileira no Porto não é predominantemente de classe média, como ainda se imagina em reportagens de televisão no Brasil e mesmo em algumas mídias portuguesas. Ao contrário, a maioria das pessoas é pobre e com baixa formação escolar. Há mais garçons que dentistas, mais músicos que professores de ginástica, mais jogadores de futebol que todas as categorias de profissionais liberais juntas. Na década de 90 do século passado a imigração brasileira aparecia como predominantemente qualificada (Machado, 1997; Baganha e Góis, 1998/99). Mas essas afirmações eram baseadas em dados que apresentavam limitações e ofereciam um quadro que poderia ser distorcido³.

Isso é especialmente verdade no caso brasileiro, já que, ao contrário de outros grupos de imigrantes em Portugal, não há estudos etnográficos sobre brasileiros que fossem capazes de matizar as possíveis falsas impressões dos dados oficiais. Trabalhando com o Censo e os dados do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) até 2000, a impressão de uma maior qualificação e a idéia de uma imigração especializada por parte dos brasileiros predominavam. Meu estudo de caso indicou (obviamente, apenas para o caso, mas pode ser uma forma de matizar aqueles dados) que a imigração ilegal fugia completamente desses parâmetros. O perfil que encontrei foi o de classe mais baixa que a média apresentada pelos números.

O fato do número de legalizações concedidas aos brasileiros em 2001, no âmbito da lei de imigração deste ano⁴, ter significado um aumento de mais de 100%, indica como os dados anteriores ignoravam um contingente enorme da população de imigrantes brasileiros. Assim, esse artigo trata de uma população que não aparecia claramente nos números de 2000, mas que pessoalmente considero mais representativa da maioria dos brasileiros em Portugal. Alguns dados preliminares sobre os imigrantes legalizados em 2001, entre eles brasileiros, talvez possam trazer alguma novidade a esse cenário, ajudando a valorizar meu argumento.

O LUGAR NO MERCADO DE TRABALHO

Os três grandes grupos de atividades econômicas executadas por brasileiros são, segundo o SEF⁵, aqueles englobados pelas categorias [1] 451/455⁶, com 25,5%, a [2] 551/555 com 22% e a [3] 701/748, com 22,5%. O primeiro grupo [1] se refere a atividades relacionadas com a construção civil, e deve-se notar que é nominalmente a atividade econômica que mais empregava brasileiros, embora num nível significativamente abaixo da média dos imigrantes em geral, que ficava em 39,5%. Os brasileiros trabalhavam menos na construção civil que os demais imigrantes. O segundo grupo [2] trata do comércio com restaurantes em geral, desde hotéis até cafés e snack bares. Pela experiência em pesquisa, posso dizer que a profissão predominantemente executada por brasileiros nesse campo de atividade econômica era a de garçom. Com 22% dos brasileiros trabalhando nesta área, temos uma grande diferença com relação aos imigrantes em geral, que eram apenas 11,3% atuando no mesmo campo (se excluirmos os brasileiros da média geral, a diferença aumenta ainda mais).

Se somarmos ao "atendimento ao público em geral", categoria que utilizo para definir a principal atuação dos brasileiros no mercado de trabalho, as categorias [4] 501/505, [5] 511/517 e [6] 521/526, teremos outro quadro. O grupo [4], com 1,68% de brasileiros, refere-se a atividades no comércio de automóveis e combustíveis, o grupo [5], com 4,4% de brasileiros, a atividades no comércio grosso (atacado) em várias áreas e o grupo [6], com 6% de brasileiros, ao comércio a retalho em geral (varejo). As principais profissões que brasileiros desempenhavam nesses campos econômicos eram as de vendedores diretos ao público, seja como frentistas, vendedores em lojas nos shoppings, vendedores em lojas atacadistas, etc. A soma destas atividades era de 12,3%, contra 8% da média de todos os imigrantes. Somando aos 22% dos

brasileiros que trabalhavam na hotelaria (categoria [2]), teríamos 34,3% de brasileiros atendendo ao público, numa estimativa que pressupõe que todos trabalhavam como atendentes, o que não é, obviamente, certo. Mas vale como exercício de análise.

A categoria [3] 701/748, com 22% de brasileiros, é extremamente vasta. Nela cabem desde promotores de venda e compra de bens imobiliários, alugueiros de automóveis e máquinas em geral, consultoria de informática e comércio de informática em geral, consultoria jurídica, arquitetura, engenharia, publicidade, até segurança e limpeza industrial (Machado, 2003:309-318). A categoria é tão vasta que acaba sendo pouco útil. Nela estavam desde o engenheiro altamente qualificado até o trabalhador de uma agência de segurança privada, desde o advogado até o funcionário de uma consultoria em informática. Estavam contidos desde a famosa imigração qualificada brasileira até mais um grupo significativo de atendentes ao público. Mas ainda assim, vamos imaginar que estes brasileiros fossem todos qualificados e que a soma das categorias [3], [4], [5] e [6], feita acima, represente um número razoável de atendentes. Teríamos uma distribuição de cerca de 34% de brasileiros servindo o público, 22,5% trabalhando com a construção civil e 22% em empregos mais qualificados. Os demais 21,5% desempenhariam diversas atividades. Diferentemente do relatório no qual se baseiam tais análises, que afirma que a construção civil é quem mais empregava brasileiros, podemos visualizar que o trabalho de atendimento e relacionamento com o público era um nicho mais favorável aos brasileiros (a média dos imigrantes em geral nas mesmas categorias era de cerca de 19%). Lembremos que os números acima se referem ao contingente de 22.558 brasileiros que se regularizaram no regime especial de autorização de permanência em 2001 e não aos brasileiros em geral, o que pode causar mudanças nestas análises preliminares. Mas como o número de regularizações ultrapassou o de imigrantes legalizados em 2000 (22.411) em mais de 100%, podemos pensar que esses números indicam o real perfil da imigração

brasileira, que continua crescendo⁷. Os dados acima também indicam a importância da profissão "empregado de balcão e empregado de mesa" entre os brasileiros, e apenas entre os brasileiros. No Porto, a construção civil ainda não tinha em 2000 a mesma importância que parecia já ter para os brasileiros em Lisboa.

TRABALHO, ESTEREÓTIPOS E PRECONCEITO

Os trabalhadores brasileiros, portanto, dirigem-se principalmente para o mercado do atendimento ao público. A hotelaria ainda era, em 2000, a melhor fonte de empregos, como vimos acima, principalmente por uma suposta "vantagem estrutural" dos brasileiros: eles têm fama de festivos, simpáticos e, ainda por cima, falam português. Essa "fama" garante espaço no mercado e uma posição privilegiada na hierarquia das alteridades. O que chamo de "hierarquias das alteridades" é uma forma de escalonar em termos valorativos as diferentes populações que se encontram dentro de Portugal. Defendo a idéia de que a atual hierarquia que qualifica as populações imigrantes em Portugal, e na qual os brasileiros têm um lugar privilegiado, é fruto das hierarquias coloniais portuguesas, tão bem expostas nas grandes feiras coloniais do começo do século XIX (Thomaz, 1997).

Determinadas características são esperadas dos trabalhadores brasileiros. As principais são a alegria, simpatia e cordialidade. Acreditando que os brasileiros são portadores atávicos de uma série de características, os empregadores portugueses procuram por esses imigrantes para determinados trabalhos. É por isso que o atendimento em geral era a grande fonte de emprego para brasileiros na cidade do Porto. Muitos trabalhavam como garçons, vendedores de lojas, representantes de vendas, músicos. De certa forma, o brasileiro em Portugal é um entertainer. O papel do entertainer delegado ao brasileiro não é, contudo, isento de conotações ideológicas: o processo que se desenrola é

o de uma subordinação sistemática do brasileiro aos estereótipos que rotulam todos os brasileiros como pessoas alegres e simpáticas. Estes estereótipos têm também outras conotações, pois ao mesmo tempo em que brasileiros são considerados alegres, são vistos como menos intelectualizados, sexualmente desregrados e pouco educados. Ou seja, reproduz-se aqui uma antinomia clássica do pensamento colonial, que é a divisão do mundo entre civilização e selvageria. Ao lado da civilização, obviamente, estão os produtores do discurso ideológico, os colonizadores (no caso, ex-colonizadores). Ao lado selvagem da equação estão os povos dominados pelo colonialismo (McClintock, 1995/1997; Stoler, 1997 e Young, 1995).

Os brasileiros passam pelo que chamo de processo de exotização. Estes processos são fenômenos sociais de efetivação dos estereótipos, têm relação íntima com a sua produção, mas vão além da mera constatação da sua existência. Esses processos referem-se não apenas à imposição de imagens estereotipadas a determinadas populações, o que poderíamos chamar de “orientalismo”, afinal, é disso que trata parte da obra de Said (1990): de como determinadas imagens sobre o outro são construídas e passam a ter autonomia simbólica, num processo de “encarceramento simbólico” dos nativos. Afinal, os que são descritos são em geral os que estão por baixo nas relações de poder estabelecidas.

Para além de ser submetida ao “orientalismo”, a “práxis” da população brasileira estereotipada se relaciona com as imagens constituídas do imaginário hegemônico português de uma forma específica. Ou seja, os imigrantes brasileiros não apenas estão sujeitos à construção das imagens estereotipadas por determinados agentes de poder, mas também são sujeitos ativos da exotização. Assim, adaptar-se mais eficientemente aos estereótipos portugueses pode conferir maior poder a determinadas pessoas, que impõem a sua própria forma de brasilidade, seja como cariocas, baianos, pernambucanos, etc. A imposição de uma leitura da brasilidade localizada em algum regionalismo não exclui a imagem

portuguesa da “brasilidade”, pois esta última é ampla e vazia o suficiente para abarcar qualquer um que não fuja dos estereótipos de malandragem, hipersexualidade e alegria. A forma com que essas características amplas serão elaboradas é que varia conforme a origem e o universo cultural do intermediador em questão.

Os imigrantes brasileiros, longe de serem receptáculos de estereótipos construídos à revelia das suas vontades, estavam, portanto, também engajados no reforço sistemático destes estereótipos. Isso mesmo: os brasileiros não eram apenas objetos da estereotipação, mas sujeitos ativos na promoção destes estereótipos. Esse processo de auto-subordinação se dá justamente através da inserção no mercado de trabalho. Quero indicar que a forma como os brasileiros na cidade do Porto organizam sua “vida coletiva” permite entender como eles progressivamente vão se tornando “exóticos”, no sentido determinado por um universo simbólico português abarrotado de imagens sobre os brasileiros.

EXOTIZAÇÃO

O trabalho é o principal caminho para os processos de exotização, já que os lugares oferecidos pelo mercado de trabalho português são relativos aos estereótipos: animadores, músicos, capoeiristas, dançarinos, jogadores de futebol e atendentes ao público em geral. Como o trabalho da maioria está ligado às imagens essencializadas/estereotipadas do Brasil, os imigrantes procuram reforçar a sua autenticidade enquanto brasileiros. Quanto “mais brasileiros” aparentarem ser, exercerão maior influência entre os brasileiros e ganharão maior legitimidade entre os portugueses com os quais encontram-se em posição simbolicamente subordinada, já que os empregos são mais facilmente conquistados por “aqueles que sabem o seu lugar”.

Encaixar-se no estereótipo português sobre o brasileiro facilita a vida do imigrante, que consegue seu emprego mais rapidamente. Por outro lado, a imagem que o imigrante passa a vender como a do “autêntico brasileiro” passa a ser esta

imagem exotizada. Num movimento coletivo de exotização, as percepções sobre a identidade brasileira começaram a se aproximar dos estereótipos portugueses. Os estereótipos “ganham vida” e os brasileiros viraram a imagem que deles esperavam os portugueses. Tendo em vista que relações de poder entre os imigrantes passam, entre outras coisas, pelo controle de uma larga rede de possíveis empregadores portugueses, os líderes acabam sendo alguns entre os que podem ser acionados em casos de busca de emprego. Esses líderes são brasileiros que, tendo se encaixado nas imagens correntes sobre o Brasil, conseguiram inserir-se solidamente no mercado de trabalho⁸. Tornaram-se intermediadores, cuja situação de mediação proporciona acúmulo de poder entre os demais imigrantes brasileiros.

INTERMEDIADORES

Para explicitar a relação dos intermediadores com os demais imigrantes, narrarei o caso de um deles, que chamarei de Mário⁹, ex-jogador de futebol, que veio para Portugal por volta de 1985 e jogou durante 5 anos em times de terceiro escalão português. Após encerrar sua carreira, passou por inúmeros empregos em diversos bares, por fim tornando-se cozinheiro de comidas típicas brasileiras. Nunca ficou sem emprego, devido ao fato do mercado de restaurantes brasileiros ter se consolidado nos últimos 10 anos em Portugal. Sendo cozinheiro de comidas brasileiras típicas, ex-jogador de futebol, recifense, tinha uma grande capacidade de “abrasileirar-se”, ou seja, de parecer mais autenticamente brasileiro. Na busca de representar mais a suposta essência da identidade brasileira numa ótica portuguesa, Mário sempre teve uma posição de destaque.

Como sempre trabalhou em diferentes restaurantes, também foi muito ativo como um dos brasileiros que mais ajudaram os imigrantes em dificuldades. São prosaicas as histórias de como hospedava em sua própria casa vários brasileiros, alguns dos quais mal conhecia, e suas tentativas de obter emprego para todos com muito empenho. Essa atividade como um

prestador ativo o colocou como personagem de destaque no circuito de relações dos brasileiros no Porto. Sua ação no cotidiano foi exemplar, no sentido de aproximar-se do ideal de “brasilidade autêntica”, tanto por ter acentuado o exotismo nos lugares de trabalho, como por ter atuado como um brasileiro “de bom coração” (outra das facetas da imagem portuguesa sobre o brasileiro). O seu empenho em arranjar empregos para os brasileiros era um dos fatores mais lembrados em conversas com outros imigrantes e mesmo os que não gostam nada de Mário reconheciam nele um autêntico brasileiro.

IDENTIDADES

A influência dos “mais autenticamente brasileiros” não se restringia à esfera econômica, mas a toda a vida social da “comunidade brasileira”, pois, tendo construído lugares de poder a partir da própria subordinação simbólica aos estereótipos portugueses, passaram a ser os referenciais num processo de construção de identidades entre os brasileiros no Porto. Como Hall (1996), acredito que as identidades são processos em construção, nunca imobilizadas e sempre sujeitas aos jogos de poder da vida cotidiana. Para Hall, o sujeito está se tornando fragmentado, composto por várias identidades, algumas vezes contraditórias; o processo de identificação, pelo qual construímos nossas identidades culturais tornou-se provisório, variável e problemático; não há identidade fixa; ela é formada e transformada continuamente e é definida historicamente; o sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos; as identidades não são unificadas em torno de um eu coerente.

A partir dessa perspectiva processualista da identidade, marcada pela percepção da importância das relações de poder na construção de identidades, podemos perceber o papel dos intermediadores¹⁰ brasileiros no Porto. Eles atuavam como pivôs de um processo de construção de uma identidade cultural brasileira imigrante focada na incorporação dos estereótipos portugueses. Assim, os brasileiros “micos-de-circo”, como um dos meus amigos imigrantes os

descrevia, passaram a sair do universo de representação português para o cotidiano das disputas políticas entre imigrantes brasileiros. Foi possível verificar um processo de “subordinação ativa” aos estereótipos, no sentido de ser um reforço sistemático. Esse reforço sistemático acabou, obviamente, por fortalecer as imagens estereotipadas a que os brasileiros estavam sujeitos em Portugal.

Na minha opinião, esse processo de subordinação ativa aos estereótipos resultou na construção de um lugar subalterno dos brasileiros na cidade do Porto. Era um processo de inserção espontânea de grande parte dos imigrantes aos lugares previamente oferecidos pela sociedade portuguesa: o lugar de grandes bobos da corte. Os brasileiros eram vistos por um lado como grandes artistas, criativos, inventivos e, por outro, como vagabundos, sexualmente depravados e burros. O lugar que cabia ao brasileiro imigrante em Portugal era o de entreter os portugueses.

É preciso fazer a ressalva que havia (e há) uma fonte dupla de produção dos estereótipos que “viraram realidade” na experiência dos imigrantes brasileiros pobres do Porto: havia o próprio Estado brasileiro, preocupado em vender a imagem do tropical exótico e da nação mestiça – para fins de turismo e solidificação da identidade nacional –, e havia a sociedade portuguesa, que tem, desde o período colonial, constantemente reelaborado imagens sobre o Brasil. Neste artigo deixei de lado a produção de estereótipos sobre os brasileiros fabricada pelo próprio Estado nacional e sociedade civil brasileiras, dedicando especial atenção à segunda das fontes, a sociedade portuguesa, a fim de analisar as especificidades dos processos de exotização em Portugal. Acredito que, embora possam ser vislumbrados em outros contextos nacionais, tais processos acontecem sempre de forma diferenciada, segundo as sociedades de recepção dos imigrantes.

COMENTÁRIOS FINAIS

Este artigo focalizou os processos cotidianos de exotização entre imigrantes brasileiros no Porto, Portugal. O que chamo de “processos de exotização” pode ser entendido como os movimentos de exacerbação, solidificação e essencialização de estereótipos e preconceitos sobre o Brasil e os brasileiros. Esses movimentos foram vistos claramente na forma como os imigrantes no Porto buscavam um lugar no mercado de trabalho por meio de uma suposta característica básica de todos brasileiros: a alegria. Eles vendiam a alegria e através dela posicionavam-se no mercado de trabalho. Além do lugar específico no mercado de trabalho para esta suposta mercadoria cultural, os processos de exotização tiveram conseqüências mais estruturais, pois grande parte do cotidiano dos brasileiros imigrantes de classe baixa no Porto foi construído em torno de disputas que envolviam estas imagens estereotipadas.

Vimos que o lugar preferencial de trabalho dos brasileiros era o do atendimento ao público. Este lugar tem relações íntimas com o lugar do Brasil no universo simbólico português, um lugar subalterno e tributário de um pensamento marcado fortemente pelas heranças do colonialismo. Assim, o mundo do trabalho foi responsável pelo que chamei de “subordinação ativa” aos estereótipos e preconceitos. Isso se deu por conta do lugar de poder conferido aos principais intermediários nesse processo de exotização. Esses intermediários passaram a ser o núcleo da construção de uma nova identidade brasileira imigrante, marcada pelo exotismo e pela subordinação às imagens de alegria, simpatia, cordialidade, hiper-sexualidade, pouca educação, etc. A vida dos brasileiros era marcada pelo processo sistemático de exotização, que se constrói principalmente no mercado de trabalho.

** Igor José de Renó Machado é Doutor em Ciências Sociais (Unicamp), Prof. da U.F. de São Carlos, Pesquisador associado ao CEMI (Centro de Estudos de Migrações Internacionais), IFCH/UNICAMP.*

NOTAS

1 - Destaque do INE (Instituto Nacional de Estatística português), 18 de abril de 2000. Resultados provisórios. População brasileira residente em Portugal - 1999. Dia da comunidade Luso-Brasileira - 22 de abril.

2 - Deve-se somar aos legalizados em 2001 os já legalizados anteriormente, o que devolve o segundo lugar ao Porto. Considera-se que os imigrantes em Setúbal fazem parte da área metropolitana de Lisboa.

3 - Sobre os dados a respeito da imigração em Portugal, Baganha e Gois afirmam que "... sabemos extremamente pouco sobre os imigrantes em Portugal, porque a única fonte disponível com consistência interna apresenta sérias limitações, dado que o número de características dos imigrantes tratadas e divulgadas pelo MAI-SEF é muito restrito e a sua divulgação sistemática com alguma profundidade só se inicia em 1990" (1998/99: 262). Portanto, continuam os autores: "O que sabemos refere-se sobretudo ao fluxo legal, pelo que é conveniente salvaguardar a hipótese de as características conhecidas serem uma pobre e, muito provavelmente errônea representação do fluxo migratório global. Quer os estudos sobre a componente ilegal do fluxo migratório português noutros períodos históricos (Baganha, 1990), quer a informação disponível sobre as partidas ilegais para a Europa depois da II Guerra mundial, mostram que o fluxo clandestino é substancialmente diferente do fluxo ilegal" (Baganha e Gois 1998/99:250).

4 - A "nova" lei de imigração de 2001 permitiu a legalização de um grande número de imigrantes que se encontravam na ilegalidade. Isso se deu através de uma nova figura jurídica, a "autorização de permanência". Essa autorização de permanência (AP) concede o direito de ficar em Portugal apenas por um tempo máximo de 5 anos, com renovações sucessivas a cada ano. Para que a AP seja concedida a cada pedido, é necessária a apresentação de um contrato de trabalho. A AP é diferente da autorização de residência (AR), que permite ao imigrante morar por tempo indeterminado em Portugal, desde que ela seja renovada de tempos em tempos (sem a exigência de contratos de trabalho). A expressão "nova lei" vem entre aspas porque alterações têm sido feitas desde 2001, tornando a "nova lei" de 2001 já defasada.

5 - Segundo o relatório conjunto do ACIME (Alto Comissariado para Imigração e Minorias Étnicas), IGT (Instituto Geral do Trabalho) e SEF sobre o processo de concessão de autorizações de permanência,

retirado do site do IGT em junho de 2002.

6 - Os números são os códigos oficiais do INE (Instituto Nacional de Estatística português) para os grupos de atividade econômica. As categorias que nos interessam estão discriminadas no texto.

7 - O número total de brasileiros legalizados em 2001 corresponde aos 22.411 de imigrantes com autorização de residência em 2000 mais os 22.558 brasileiros com autorização de permanência em 2001 e mais ainda os brasileiros que conseguiram a autorização de residência em 2000 e parte de 2001. A conta perfaz o total de 47254 imigrantes legais em Portugal em 2001. Mas lembremos que os dados que eu utilizei eram provisórios tanto no que se refere às autorizações de permanência como autorizações de residência concedidas. Dados do SEF, presentes em d'Almeira 2002:16 (apenas para o total de legalizados).

8 - Na tese de doutorado (Machado 2003) demonstro que não é apenas o controle do mercado de trabalho que proporciona mais prestígio e poder, mas que esta é uma das dimensões mais relevantes.

9 - O nome é, obviamente, fictício.

10 - Sobre imigrantes em lugares específicos de mediação como "intermediários culturais" ver Feldman-Bianco (1993, 1995 a, 1995 b e 1995 c), forma que adoto neste artigo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGANHA, M. I. & GOIS, P.

(1998/99) Migrações internacionais de e para Portugal: o que sabemos e para onde vamos? In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 52/53, nov. 98/ fev. 99.

D'ALMEIDA, André Corrêa

(2002) *Estudo do impacto da imigração em Portugal nas contas do Estado*. Versão para discussão. Lisboa. Estudo retirado da internet, www.acime.gov.pt, em 13/01/2003.

FELDMAN-BIANCO, Bela & HUSE, Donna

(1993) *Entre a Saudade da Terra e a América: Memória Cultural, Trajetórias de vida e (Re)construções de Identidade Feminina na Intersecção de culturas*. Mimeo.

FELDMAN-BIANCO, Bela

(1995a) "A Saudade Portuguesa na América: Artefatos Visuais, Histórias Orais e a Tradução de Culturas". In:

Horizontes Antropológicos, volume temático sobre Antropologia Visual, publicação do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRGS, Porto Alegre, Ano 1, nº 2, pp.59-68.

FELDMAN-BIANCO, Bela

(1995b) "A (Re)construção da Nação Portuguesa e a Transnacionalização de Famílias". *Cadernos CERU*, Centro de Estudos Rurais e Urbanos, USP, Série 2, vol. 6, pp. 89-104.

FELDMAN-BIANCO, Bela e HUSE, D.

(1995c) "Entre a Saudade da Terra e a América: Memória Cultural, Trajetórias de Vida e (Re)construções de Identidade Feminina na Intersecção de culturas". In: *Ler História*, nº 27/28, ISCTE, Lisboa, pp. 45-73.

HALL, Stuart

(1996) "Identidade cultural na diáspora". In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*. nº 24.

MACHADO, Fernando Luís

(1997) "Contornos e especificidades da imigração em Portugal". In: *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 24, Partido Popular. 9-44.

MACHADO, Igor José de Renó

(2003) *Cárcere público: processos de exotização entre os imigrantes brasileiros no Porto, Portugal*. Campinas: Unicamp. Tese de doutorado.

McCLINTOCK, Anne.

(1995) *Imperial Leather*. London: Routledge.

McCLINTOCK, Anne et al. (orgs.)

(1997) *Dangerous Liaisons: gender, nation and postcolonial perspectives*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

SAID, Edward.

(1990) *Orientalismo*. São Paulo: Cia. das Letras.

STOLER, Ann Laura

(1997) "Making empire respectable: the politics of race and sexual morality in twentieth-century". In: McClintock, Anne et al. (orgs.). *Dangerous Liaisons: gender, nation and postcolonial perspectives*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

THOMAZ, Omar Ribeiro

(1997) *Ecos do Atlântico Sul: representações sobre o terceiro império português*. (Tese de doutorado). São Paulo: USP.

YONG, Robert

(1995) *Colonial desire: hybridity in theory, culture and race*. London: Routledge.

SEJA UM COLABORADOR

Travessia está aberta à publicação de artigos de pesquisadores e estudiosos que analisam a realidade em que o migrante está envolvido, a partir dos diferentes ramos do conhecimento: social, político, cultural, econômico, antropológico, educacional, etc. A revista destina-se, fundamentalmente, a um público intermediário; quer ser uma ponte entre a produção acadêmica e a produção popular. Se for do seu interesse, envie artigos para a redação, seguindo as orientações abaixo elencadas:

- * Você irá escrever para uma revista e não para uma banca da academia, por isso, aproveite os conteúdos de suas pesquisas, mas seja criativo(a) na forma de apresentá-los. No título, por exemplo, não resuma sua tese, desperte a curiosidade do leitor.
- * De preferência, artigos que se enquadrem dentro dos temas previamente anunciados, conforme consta ao lado;
- * Tamanho: aproximadamente 350 linhas, fonte Times New Roman, corpo 12;
- * Intercalar o texto com alguns intertítulos;
- * Clareza de linguagem e simplificação dos conceitos;
- * Se possível, enviar algumas fotos em papel, com os respectivos créditos (posteriormente serão devolvidas); se digitalizadas, só em CD com resolução de 300 dpi.
- * Os artigos devem ser inéditos;
- * Fazer constar breve identificação do autor, endereços postal e eletrônico e telefone;
- * Notas: utilizar apenas nos casos em que o texto requer alguma explicação relevante; não utilize nota no título e no nome do autor; referência bibliográfica não é nota;
- * Referências: devem constar no interior do texto, entre parênteses, com o nome, ano e quando específicas, a página. Ex.: (Silva, 1996: .3);
- * Bibliografia - Ater-se à referida no texto, seguindo o padrão abaixo:
 - a) Livros: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo em itálico; local da publicação; nome da editora. Exemplo: FERNANDES, Florestan (1977) *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
 - b) Artigos: nome do autor; ano entre parênteses; título do artigo entre aspas; nome do periódico em itálico; volume (se houver) e nº; mês(es); nº da página. Exemplo: SARTI, Cynthia Andersen (1995) "São os Migrantes Tradicionais?". *Travessia-Revista do Migrante*, nº 23, setembro-dezembro, p.11.

NB: Por tratar-se de artigos breves, pede-se utilizar os recursos acima com parcimônia.

O autor de artigo publicado receberá dez exemplares do n.º.

O Conselho Editorial reserva-se o direito de submeter os artigos à sua apreciação.

PRÓXIMOS LANÇAMENTOS

**TRAVESSIA
Nº 52**

**J. B. SCALABRINI:
CEM ANOS**

(Mai-Ago/05)

**Prazo para envio
de artigos
(30/05/05)**

**TRAVESSIA
Nº 53**

**IMPLICAÇÕES
PSICOLÓGICAS**

(Set-Dez/05)

**Prazo para envio
de artigos
(30/07/05)**

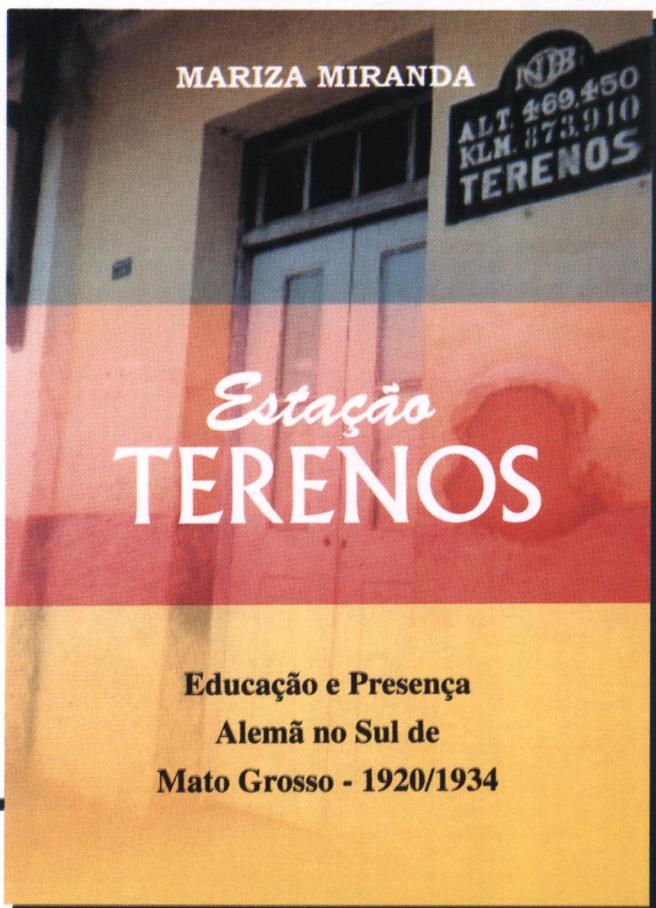
**TRAVESSIA
Nº 54**

**ESPAÇO
URBANO**

(Jan-Abr/06)

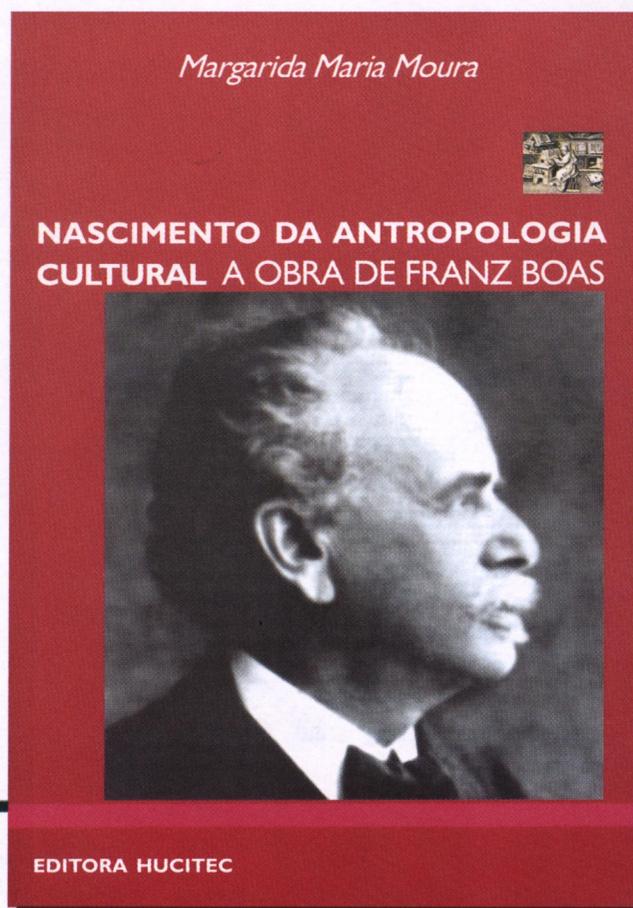
**Prazo para envio
de artigos
(15/12/05)**

ESPAÇO ABERTO À DIVULGAÇÃO DE LIVROS DOADOS À BIBLIOTECA DO CEM, ESPECIALIZADA EM MIGRAÇÕES



Marisa S. Miranda ao reconstruir a trajetória das famílias alemãs que, a partir de 1924 se fixaram em Terenos, no sul de Mato Grosso, mostra de maneira viva e punjente este fato pois, além da documentação cartorial baseou-se também em muitos relatos orais dos descendentes desses pioneiros.

Esse grupo de alemães que, juntamente com outros estrangeiros, foram trazidos pela Sociedade Hacker para povoar e desenvolver a região de Terenos era formado por pessoas com vivências urbanas (militares, pedreiros, cozinheiros) que, influenciadas pelo mito do sucesso de outras experiências migratórias, abandonaram seu país de origem e tentaram construir nova vida como agricultores, em uma região de cerrado cuja natureza, além de inóspita, era para eles completamente desconhecida.



Crítico do evolucionismo e do determinismo, Franz Boas foi o primeiro a afirmar pontualmente que o termo “raça” aplicado a tipos humanos é vago: o termo pode ter um significado biológico somente quando a raça representa um grupo uniforme e endógamo, na qual todas as linhas familiares são semelhantes, como nas linhagens puras dos animais domésticos. Ademais, sendo a história humana uma história de migrações, o rapto, o encontro fortuito e as trocas matrimoniais ensejaram miscigenação biológica e trocas culturais há muitos milênios.

Quanto à questão da mestiçagem abrangente de todos os tipos humanos do planeta, iniciada ainda em tempos pré-históricos, pesquisas contemporâneas na área da genética humana mostram que entre os chamados “brancos” há uma certa quantidade resquicial de genes específicos dos assim chamados “negros” e “amarelos”, o mesmo fenômeno se dando com esses outros tipos.

TRAVESSIA
revista do migrante

www.cemsp.com.br